



ADVERTÊNCIA

O Município de Pedreira/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo não se trata de “Sistema de Registro de Preços”, onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SUBSCRITOR DO EDITAL



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA – PARTICIPAÇÃO AMPLA

CONCORRÊNCIA Nº: 01/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 03/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP – UASG: 986843

OBJETO: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S), POR EMPREITA GLOBAL POR ITEM (FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS) PARA OS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.610.379,47

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/03/2024 às 9H

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA MINUTA DO CONTRATO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

ENDEREÇO ELETRÔNICO: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP**, por meio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, sediado na Praça Eptácio Pessoa, nº 03 – Centro, Pedreira, Estado de São Paulo – CEP 13.920-013, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para a(s) **contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s), por empreita global por item (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para os serviços de Recapeamento asfáltico e Sinalização Viária de diversas ruas do Município de Pedreira/SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Projeto Básico/Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,



controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global de cada item, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços globais ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*



4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

5.8.1. **Item 01:** R\$ 2.000,00;

5.8.2. **Item 02:** R\$ 1.500,00;

5.8.3. **Item 03:** R\$ 2.000,00.

5.9. **O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.**

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



5.11. Considerando que foi adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "**aberto**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira



colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, elabore a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da proposta readequada, das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração e do(s) cronograma(s) físico-financeiro(s), bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor global final da proposta vencedora.

5.18.4.1. Esgotado o prazo descrito no subitem 5.18.4, a sessão será retomada em data prevista, onde a licitante, após solicitação formal do Agente de Contratação/Comissão, deverá encaminhar os documentos elaborados e adequados ao valor global final da proposta vencedora.

5.18.4.2. ALERTA: os valores a serem apresentados nos documentos, deverão conter 02 (duas) decimais, e deverão ser devidamente conferidos, para que se evitem erros de cálculos e demais transtornos desnecessários durante a sessão, visando a celeridade do certame, visto que durante a sessão as propostas são conferidas manualmente através de calculadora.

5.18.4.3. Em caso de divergência entre os valores totais e unitários, prevalecerão os valores unitários.

5.18.4.4. Erros no preenchimento dos documentos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo



indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.18.4.5. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.18.4.6. Considera-se erro no preenchimento da planilha e demais documentos passíveis de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.18.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992); e

6.1.5. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal 3.816 de 17 de agosto de 2023.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. A análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. Por tratar-se de regime de empreitada por preço global de cada item, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário de cada item que compõe a planilha anexa ao edital;

6.7.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Os documentos em questão encontram-se descritos mais precisamente no **item 9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO - Exigências de habilitação**, do Termo de Referência, conforme abaixo transcritos:



7.1.2.1. Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.1.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.1.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.1.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



7.1.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.1.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

7.1.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

7.1.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

7.1.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

7.1.2.3.2.1. Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do Balanço de Abertura, conforme previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 14.133/2021)

7.1.2.3.2.2. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

7.1.2.3.2.2.1. Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

7.1.2.3.2.2.2. As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada extraídos do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

7.1.2.3.2.2.3. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício;

7.1.2.3.2.2.4. Os documentos e índices referidos acima deverão ser exigidos: a) para as empresas que NÃO adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até a data prevista em lei ou nos atos constitutivos da empresa; ou, b) para as empresas que adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao exercício encerrado, ou



em outra data determinada pela Receita Federal do Brasil para entrega e transmissão da ECD – Escrituração Contábil Digital.

7.1.2.3.2.3. A empresa deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira através da apresentação de declaração que apresente o atendimento dos índices econômicos abaixo, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada por profissional habilitado da área contábil.

Índice de Liquidez Geral (LG): Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante $\geq 1,00$ (um)

Índice de Liquidez Geral (LG) Exercício 202_: Exercício: 202_:

Resultado:

Índice de Liquidez Corrente (LC): Ativo Circulante

Passivo Circulante $\geq 1,00$ (um)

Índice de Liquidez Corrente (LC) Exercício 202_: Exercício 202_:

Resultado:

Índice de Solvência Geral (ISG): Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante $\geq 1,00$ (um)

Índice de Solvência Geral (ISG) Exercício 202_: Exercício 202_:

Resultado:

- A empresa que não tiver alcançado os resultados $\geq 1,00$ (um) para os índices acima, será considerada inabilitada.



- Patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.1.2.4. Qualificação Técnica

7.1.2.4.1. Deverá apresentar indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

7.1.2.4.2. Certidão(ões) ou atestado(s), regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Nº 14.133/21;

7.1.2.4.3. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

7.1.2.4.4. Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

7.1.2.4.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.1.2.5. Exigência de Atestado(s):

7.1.2.5.1. A comprovação deverá ser feita através de atestados ou certidões de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço que demonstrem a capacidade operacional na execução. Estes deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) da metragem correspondente a recapeamento asfáltico correspondente a cada item, constante na composição orçamentária deste Município, ou seja:

7.1.2.5.1.1. Para o item 01: aplicação de um mínimo de **13.000,00 m²** em pavimentação, recapeamento, recuperação e/ou tapa buracos asfálticos, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento).

7.1.2.5.1.2. Para o item 02: aplicação de um mínimo de **11.000,00 m²** em pavimentação, recapeamento, recuperação e/ou tapa buracos asfálticos, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento).

7.1.2.5.1.3. Para o item 03: aplicação de um mínimo de **12.000,00 m²** em pavimentação, recapeamento, recuperação e/ou tapa buracos asfálticos, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento).

7.1.2.5.2. Caso a unidade do serviço executado não seja em m², é permitido a conversão para demonstração de capacidade.

7.1.2.5.3. Observação: Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.



7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. No que tange a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. **Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples.**

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de visita técnica.

7.9.1. O licitante que optar por realizar visita técnica terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados na Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, no telefone (19) 3852-2228, com a Arquiteta Srª. Viviane C. O. Manzoli, ou outro(a) funcionário(s) designado no caso de ausência da mesma, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.



7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar visita, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico atestando que conhece o local e as condições de realização dos serviços acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64 e Decreto Municipal nº 3.816 de 17 de agosto de 2023):

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.



7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.pedreira.sp.gov.br, no link Licitações, junto ao edital de pregão eletrônico correspondente.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;



9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.



9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal nº 3.816/2023 de 17 de agosto de 2023.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacaopedreira.doc@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.pedreira.sp.gov.br.



11.11. Os Decretos Municipais citados neste edital encontram-se disponíveis no site www.pedreira.sp.gov.br, no link “Decretos Licitação”.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. **ANEXO I** – Projeto Básico/Termo de Referência;
 - 11.12.1.1. **Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar;
- 11.12.2. **ANEXO II** – Modelo de Planilha de Proposta;
- 11.12.3. **ANEXO III** – Minuta de Termo de Contrato;
- 11.12.4. **ANEXO III** – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 11.12.5. **ANEXO IV** – Termo de Ciência e Notificação;
- 11.12.6. **ANEXO V** – Planilha de Composição 01;
- 11.12.7. **ANEXO VI** – Planilha de Composição 02;
- 11.12.8. **ANEXO VII** – Quadro de Composição do BDI do Município de Pedreira/SP;
- 11.12.9. **ANEXO VIII** – Modelo de Quadro de Composição do BDI a ser preenchido;
- 11.12.10. **ANEXO IX** – Item 01: Planilha Orçamentária – Estância Santa Rita;
- 11.12.11. **ANEXO X** – Item 01: Planilha Orçamentária – Jardim Santa Clara;
- 11.12.12. **ANEXO XI** – Item 01: Planilha Orçamentária – Travessa Antonio Ganzarolli;
- 11.12.13. **ANEXO XII** – Item 01: Cronograma Físico-Financeiro
- 11.12.14. **ANEXO XIII** – Item 01: Memorial Descritivo;
- 11.12.15. **ANEXO XIV** – Item 01: Projeto – Recapeamento Asfáltico Estância Santa Rita;
- 11.12.16. **ANEXO XV** – Item 01: Projeto – Recapeamento Asfáltico Jardim Santa Clara;
- 11.12.17. **ANEXO XVI** – Item 01: Projeto – Recapeamento Asfáltico Travessa Antonio Ganzarolli;
- 11.12.18. **ANEXO XVII** – Item 01: Projeto – Sinalização Viária Estância Santa Rita;
- 11.12.19. **ANEXO XVIII** – Item 01: Projeto – Sinalização Viária Jardim Santa Clara I
- 11.12.20. **ANEXO XIX** – Item 01: Projeto – Sinalização Viária Jardim Santa Clara II;
- 11.12.21. **ANEXO XX** – Item 01: Projeto – Sinalização Viária Travessa Antonio Ganzarolli;
- 11.12.22. **ANEXO XXI** – Item 02: Planilha Orçamentária – Jardim Triunfo 78;
- 11.12.23. **ANEXO XXII** – Item 02: Planilha Orçamentária – Rua José Stranieri;
- 11.12.24. **ANEXO XXIII** – Item 02: Cronograma Físico-Financeiro;
- 11.12.25. **ANEXO XXIV** – Item 02: Memorial Descritivo;
- 11.12.26. **ANEXO XXV** – Item 02: Projeto – Recapeamento Asfáltico Jardim Triunfo 78 I;
- 11.12.27. **ANEXO XXVI** – Item 02: Projeto – Recapeamento Asfáltico Jardim Triunfo 78 II;
- 11.12.28. **ANEXO XXVII** – Item 02: Projeto – Recapeamento Asfáltico Jardim Triunfo 78 III;
- 11.12.29. **ANEXO XXVIII** – Item 02: Projeto – Recapeamento Asfáltico Rua José Stranieri;
- 11.12.30. **ANEXO XXIX** – Item 02: Projeto – Sinalização Viária Jardim Triunfo 78 I;
- 11.12.31. **ANEXO XXX** – Item 02: Projeto – Sinalização Viária Jardim Triunfo 78 II;



- 11.12.32. **ANEXO XXXI** – Item 02: Projeto – Sinalização Viária Jardim Triunfo 78 III;
- 11.12.33. **ANEXO XXXII** – Item 02: Projeto – Sinalização Viária Rua José Stranieri;
- 11.12.34. **ANEXO XXXIII** – Item 03: Planilha Orçamentária – Jardim Triunfo 79;
- 11.12.35. **ANEXO XXXIV** – Item 03: Cronograma Físico-Financeiro;
- 11.12.36. **ANEXO XXXV** – Item 03: Memorial Descritivo;
- 11.12.37. **ANEXO XXXVI** – Item 03: Projeto – Recapeamento Asfáltico Jardim Triunfo 79 I;
- 11.12.38. **ANEXO XXXVII** – Item 03: Projeto – Recapeamento Asfáltico Jardim Triunfo 79 II;
- 11.12.39. **ANEXO XXXVIII** – Item 03: Projeto – Recapeamento Asfáltico Jardim Triunfo 79 III;
- 11.12.40. **ANEXO XXXIX** – Item 03: Projeto – Sinalização Viária Jardim Triunfo 79 I;
- 11.12.41. **ANEXO XL** – Item 03: Projeto – Sinalização Viária Jardim Triunfo 79 II;
- 11.12.42. **ANEXO XLI** – Item 03: Projeto – Sinalização Viária Jardim Triunfo 79 III;
- 11.12.43. **ANEXO XLII** – Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA nº 0623312-61.

Pedreira/SP, 06 de fevereiro de 2024.

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SUBSCRITOR DO EDITAL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s), mediante concorrência pública, por empreita global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para os serviços de Recapeamento asfáltico e Sinalização Viária de diversas ruas do município de Pedreira/SP, nos termos da tabela abaixo, e conforme condições exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITENS	ESPECIFICAÇÕES
01	Recapeamento e Sinalização Viária: Estância Santa Rita, Jardim Santa Clara e Travessa Antonio Ganzarolli
02	Recapeamento e Sinalização Viária: Jardim Triunfo 78 e Rua José Stranieri
03	Recapeamento e Sinalização Viária: Jardim Triunfo 79

O BDI da referida obra é de **26,75%**, conforme quadro de composição de BDI anexo.

O(s) quantitativo(s) foram estimado(s) com base na demonstração constante nas planilhas orçamentárias, constante nos autos do processo.

O prazo de execução do objeto de cada item será de **120 dias**, conforme cronogramas físico-financeiros elaborados anexos ao processo. Qualquer prorrogação dos prazos aqui definidos, estará subordinada ao Art. 111 e Art. 115 § 5 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Há várias fundamentações que levaram à necessidade de realizar o recapeamento asfáltico nas vias citadas. Algumas das principais necessidades incluem:

Desgaste e envelhecimento: Com o tempo, o asfalto sofre desgaste natural devido ao tráfego intenso, variações climáticas, exposição aos raios solares e ações de agentes químicos presentes na atmosfera. Esses fatores podem causar fissuras, trincas e deformações no pavimento, comprometendo sua integridade estrutural.

Deficiências no pavimento: O pavimento asfáltico pode apresentar uma série de deficiências, como buracos, ondulações, afundamentos, desgaste superficial, desprendimento da camada de rolamento, entre outros problemas. Essas falhas podem comprometer a segurança dos usuários, causar danos aos veículos e prejudicar a fluidez do tráfego.

Necessidade de melhorias estruturais: Em alguns casos, o recapeamento asfáltico é necessário para fortalecer a estrutura do pavimento, especialmente quando ocorre a deterioração das camadas subjacentes, como a base e o subleito. O reforço estrutural pode envolver a remoção



das camadas danificadas e a reconstrução do pavimento, garantindo uma base sólida para o novo revestimento asfáltico.

Aumento da capacidade de carga: Quando uma via apresenta um aumento significativo no volume de tráfego ou no peso dos veículos que a utilizam, pode ser necessário recapear o pavimento para aumentar sua capacidade de carga e garantir sua durabilidade. Isso pode envolver o aumento da espessura da camada asfáltica ou a utilização de materiais mais resistentes.

Melhoria da qualidade da via: O recapeamento asfáltico também pode ser realizado como parte de um projeto de melhoria da qualidade da via, visando proporcionar maior conforto e segurança aos usuários. Isso pode incluir a redução de ruídos, a melhoria da drenagem, a sinalização adequada e a adoção de técnicas mais avançadas de pavimentação.

Em suma, a necessidade de realizar um recapeamento asfáltico surge principalmente devido ao desgaste natural do pavimento, às deficiências estruturais, ao aumento da demanda de tráfego e à busca por melhorias na qualidade da via. Através desse processo, é possível restabelecer as condições adequadas da superfície de rolamento, garantindo segurança, conforto e durabilidade ao sistema viário.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (apêndice desse Termo de Referência).

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução da obra será conforme os projetos e memorial descritivo que compõe o instrumento convocatório.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A(s) **CONTRATADA(s)** se comprometem pelo presente instrumento à:

Comunicar imediatamente o Contratante qualquer ocorrência ou anormalidade na execução dos serviços.

Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas Técnicas, com estrita observância da legislação em vigor.

Designar profissionais capacitados, para o cumprimento do objeto deste contrato.

Empregar, na execução dos serviços contratados, quer nas dependências do **CONTRATANTE**, quer nas suas próprias dependências, apenas profissionais técnico-especializados e habilitados com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto desta avença.

Substituir a qualquer tempo conforme solicitação do **CONTRATANTE**, qualquer elemento utilizado para os serviços, que por motivos técnicos, moral ou disciplinar seja considerado inconveniente.

Executar os serviços, com funcionários próprios, os quais não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo única e exclusivamente remunerados pela(s) **CONTRATADA(s)**.



A(s) contratada(s) serão responsável(is) pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/21.

Providenciar a **A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica)** junto ao CREA, no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados a partir da data de início dos serviços.

Assumir total responsabilidade para a execução dos serviços, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

Garantir a solidez e segurança do serviço, assumindo, por ela, inteira responsabilidade, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro;

A responsabilidade pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos será(ão) da(s) empresa(s) contratada(s) para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

5. VISTORIA

Tendo em vista que é imprescindível a avaliação prévia dos locais da obra para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades dos objetos, se faz obrigatória a visita técnica, devendo o licitante agendar a visita, na Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, no telefone (19) 3852-2228, com a Arquiteta Srª. Viviane C. O. Manzoli ou outro(a) funcionário(s) designado no caso de ausência da mesma.

O licitante que não realizar a visita técnica deverá apresentar declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando que conhece o local e as condições de realização dos serviços acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

OBS: A não realização da visita técnica ou a não apresentação da declaração, ocasionará na inabilitação do licitante no certame.

Fundamentação Legal: Art. 63, §2º, §3º e §4º da Lei Federal nº 14.133/21.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

O regime de execução é o de empreitada global por item (03 itens).

Para a produção dos resultados pretendidos a contratada deverá seguir rigorosamente os projetos e memoriais descritivos de cada item anexos ao processo.

A(s) contratação(ões) para execução(ões) dos serviços objeto do presente documento, terá(ão) vigência a partir da emissão da(s) ordem(ns) de serviços.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A descrição dos critérios de sustentabilidade socioambiental como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (apêndice desse Termo de Referência).

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



A contratação deverá contar com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

O contratado deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obrigará-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

A(s) contratação(ões) com a(s) empresa(s) vencedora(s) far-se-á por concorrência pública, conforme Minuta do edital a ser disponibilizada, considerando a proposta apresentada e disposições legais, vinculando a(s) empresa(s) vencedora(s) aos termos do Edital e demais anexos, à proposta apresentada e as disposições da Lei Nº 14.133/2021.

Rotinas de Fiscalização e Gestão Contratual: Será em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.790 de 21 de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.

Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julho-de-2023>

8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão de acordo com o(s) cronograma(s) físico-financeiros de cada item, anexos ao processo.

O **CONTRATANTE** pagará à(s) **CONTRATADA(S)** pela execução do objeto, através da sua tesouraria, da seguinte forma:

A(s) contratada(s) deverá(ão) emitir medição(ões), de acordo com o prazo definido nos Cronogramas Físico-Financeiros, a contar da data de início dos serviços constante na ordem de serviços, em conformidade com os serviços realizados, cujo prazo de verificação será de até 05 (cinco) dias úteis, onde o aceite importará na autorização da emissão da nota fiscal, e o pagamento ocorrerá em até **15 (quinze) dias** após a liquidação da nota.



O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Cabe destacar que no caso de não aprovação, será garantido o contraditório e ampla defesa, e no caso de erros, será considerado o mesmo prazo para reanálise.

A medição/nota fiscal deverão vir autorizadas pelo(a)(s) responsável(is) pela fiscalização da obra, sendo que no corpo da Nota Fiscal, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e este Município, assim como, mencionar "FINISA 623.312-61", sendo que tais documentos deverão vir com o aceite dos gestores do contrato.

Observa-se que no caso de atraso dos serviços por culpa da(s) **CONTRATADA(s)**, somente será permitida emissão de Nota Fiscal após concluída a etapa em que o cronograma tem que estar.

Em caso de atraso no pagamento devido à(s) **CONTRATADA(s)**, o **CONTRATANTE** deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.

Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da(s) contratada(s) quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

Encaminhar junto com a Nota Fiscal, também, a Planilha de Frequências dos funcionários e guias do(s) mês(es) do INSS, FGTS e PIS, devidamente recolhidas e acompanhadas com a Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo "SEFIP", ou seja, os funcionários constantes na planilha de frequência deverão constar na relação "SEFIP". Tais documentos são correspondentes ao período de execução dos serviços.

Os serviços objetos do presente contrato administrativo ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente, que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Prefeitura Municipal de Pedreira/SP será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, sendo vedada a emissão de boleto(s) bancário(s).

9.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.



Regime de execução

O regime de execução do contrato será mediante empreitada por preço global de cada item.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do Balanço de Abertura, conforme previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 14.133/2021)

Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada extraídos do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício;

Os documentos e índices referidos acima deverão ser exigidos: a) para as empresas que NÃO adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até a data prevista em lei ou nos atos constitutivos da empresa; ou, b) para as empresas



que adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao exercício encerrado, ou em outra data determinada pela Receita Federal do Brasil para entrega e transmissão da ECD – Escrituração Contábil Digital.

A empresa deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira através da apresentação de declaração que apresente o atendimento dos índices econômicos abaixo, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada por profissional habilitado da área contábil.

Índice de Liquidez Geral (LG): Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo

≥ 1,00 (um)
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Índice de Liquidez Geral (LG) Exercício 202_: Exercício: 202_:

Resultado:

Índice de Liquidez Corrente (LC): Ativo Circulante

≥ 1,00 (um)
Passivo Circulante

Índice de Liquidez Corrente (LC) Exercício 202_: Exercício 202_:

Resultado:

Índice de Solvência Geral (ISG): Ativo Total

≥ 1,00 (um)
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Índice de Solvência Geral (ISG) Exercício 202_: Exercício 202_:

Resultado:



A empresa que não tiver alcançado os resultados $\geq 1,00$ (um) para os índices acima, será considerada inabilitada.

Patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Qualificação Técnica

Deverá apresentar indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

Certidão(ões) ou atestado(s), regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Nº 14.133/21;

Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Exigência de Atestado(s):

A comprovação deverá ser feita através de atestados ou certidões de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço que demonstrem a capacidade operacional na execução. Estes deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) da metragem correspondente a recapeamento asfáltico correspondente a cada item, constante na composição orçamentária deste Município, ou seja:

Para o item 01: aplicação de um mínimo de **13.000,00 m²** em pavimentação, recapeamento, recuperação e/ou tapa buracos asfálticos, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento).

Para o item 02: aplicação de um mínimo de **11.000,00 m²** em pavimentação, recapeamento, recuperação e/ou tapa buracos asfálticos, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento).

Para o item 03: aplicação de um mínimo de **12.000,00 m²** em pavimentação, recapeamento, recuperação e/ou tapa buracos asfálticos, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento).

Caso a unidade do serviço executado não seja em m², é permitido a conversão para demonstração de capacidade.

OBS: Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



O valor global estimado por item está descrito na tabela abaixo, (conforme Planilhas de Composições Orçamentárias anexas ao processo).

ITENS	ESPECIFICAÇÕES	VALORES ESTIMADOS
01	Recapeamento Asfáltico e Sinalização Viária: Estância Santa Rita, Jardim Santa Clara e Travessa Antonio Ganzarolli	R\$ 2.502.951,66
02	Recapeamento Asfáltico e Sinalização Viária: Jardim Triunfo 78 e Rua José Stranieri	R\$ 1.920.236,86
03	Recapeamento Asfáltico e Sinalização Viária: Jardim Triunfo 79	R\$ 2.187.190,95

Poderá ser acrescido ou suprimido, nas mesmas condições contratuais, as porcentagens mencionadas no **Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto deste Termo de Referência correrão por conta da **dotação orçamentária**:

Unidade: 021301 DIV. OBRAS E CONS. DE VIAS URB. E RURAIS

Funcional: 15.451.0013.1188.0000 Recapeamento, pavimentação e infraestrutura diversas ruas da

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte de Recurso: 0 0700

Código de Aplicação: 100 052

Ficha nº: 4872

Nº da reserva: 28

Valor Reservado: R\$ 6.610.379,47

12. RESPONSÁVEL

Ricardo Sérgio Sartori
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E VIAS PÚBLICAS



APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Fundamentação legal: Art. 18, parágrafo 1º da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

Nosso município possui inúmeras vias públicas, que em sua maioria é pavimentada com camada de rolamento em CBUQ ou pavimento asfáltico.

O pavimento asfáltico sofre desgaste natural devido ao tráfego intenso, variações climáticas, exposição aos raios solares e ações de agentes químicos presentes na atmosfera. Esses fatores podem causar fissuras, trincas e deformações no pavimento, comprometendo sua integridade estrutural através de buracos, ondulações, afundamentos, desgaste superficial, desprendimento da camada de rolamento, entre outros problemas. Essas falhas podem comprometer a segurança dos usuários, causar danos aos veículos e prejudicar a fluidez do tráfego.

É necessária intervenção para a manutenção e preservação de vias públicas, garantindo sua durabilidade, segurança e conforto para os usuários. O objetivo deste estudo técnico preliminar é analisar a viabilidade e os requisitos necessários para a execução de um projeto de recuperação asfáltica em diversas vias do município.

Neste estudo, serão abordados diversos aspectos, tais como a avaliação das condições da via existente, o levantamento topográfico, a análise estrutural, a definição dos materiais e técnicas mais adequados, bem como a estimativa de custos e o cronograma de execução.

Serão considerados também fatores ambientais, de mobilidade urbana e de segurança durante a execução das obras, a fim de minimizar os impactos negativos para a população e garantir a qualidade dos serviços realizados.

Através deste estudo, pretende-se obter um diagnóstico preciso da situação atual das vias, identificando patologias e falhas no pavimento existente, além de definir soluções técnicas e adequadas para a recuperação da infraestrutura.

Espera-se que este estudo técnico preliminar forneça informações fundamentais para embasar a elaboração de um projeto detalhado de recuperação asfáltica, servindo como referência para a tomada de decisões e planejamento das atividades necessárias, a fim de garantir um resultado final eficiente e duradouro.

Salienta-se que este estudo é apenas uma etapa inicial do processo, sendo necessário realizar outras análises e estudos complementares antes da execução efetiva, como projetos executivos, licenciamentos e recursos financeiros.

Portanto, a realização deste estudo técnico preliminar é de extrema importância para garantir a eficiência e a segurança do processo, contribuindo para a melhoria da infraestrutura viária e o bem-estar da comunidade em geral.

Fundamentação legal: Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.



2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Somente à partir do exercício de 2025, as contratações a serem realizadas pelos órgãos da Administração Pública Municipal deverão obrigatoriamente serem precedidas da elaboração de seus respectivos Planos de Contratações Anuais, documento este que, embora não obrigatório pela Lei 14.133/2021 se mostra um dever do Município, no entanto, os materiais a serem adquiridos são essenciais e de uso continuado visando garantir os objetivos estratégicos deste Município.

Fundamentação legal: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso I do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Apesar de ser classificado pela legislação como serviço comum de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, os serviços de recuperação asfáltica demandam conhecimentos técnicos especializados, equipamentos específicos e materiais que atendam às normas técnicas, por isso a necessidade da contratação de empresa especializada, a qual ficará responsável tecnicamente pela execução dos serviços e pelos resultados almejados.

Sendo assim, entendemos necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para execução de recuperação do pavimento asfáltico em diversas ruas do município previamente definidas pela equipe de engenharia da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, a qual será executada em regime de contratação indireta, onde a administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa (contratada), cabendo à contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao contratado a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento.

A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Sujeição às normas técnicas e legais

Deverão ser seguidas as normas vigentes do DNIT e DER relacionadas à pavimentação asfáltica que garantam a boa prática na execução dos serviços bem como a qualidade dos materiais empregados, e ainda, todas as normas aplicáveis de segurança do trabalho.

Crítérios de sustentabilidade socioambiental

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública através do descarte correto de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão; racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; substituição das substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; separação e acondicionamento em recipientes adequados para destinação específica dos resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais; do recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final



ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais.

Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados aos produtos.

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais.

No mais, a contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE, e ainda, priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

Requisitos de qualidade

Deverão ser seguidas as especificações constantes nos projetos e memoriais descritivos.

Dentre os aspectos relevantes a serem considerados durante o processo de recuperação das vias, deverão ser priorizados a avaliação das condições existentes.

Antes de iniciar o serviço, é essencial realizar uma avaliação detalhada das condições do pavimento, identificando patologias, deformações e falhas estruturais. Isso pode ser feito por meio de inspeções visuais, levantamentos topográficos, ensaios de resistência do pavimento, entre outros métodos; a escolha dos materiais, cuja seleção adequada é crucial para garantir a qualidade e a durabilidade do pavimento asfáltico. Isso inclui a escolha do tipo de ligante asfáltico, dos agregados utilizados na mistura asfáltica, bem como de outros aditivos ou estabilizantes, dependendo das condições específicas da via.

Existem diferentes técnicas de execução disponíveis para a recuperação asfáltica, como fresagem, remendo profundo, camada de regularização, capeamento asfáltico, tapa buracos, reconstrução da camada de rolamento, entre outras. A escolha da técnica mais adequada se dará em função da análise prévia das características do pavimento existente, das patologias identificadas e dos objetivos específicos do projeto.

Durante a execução, é fundamental planejar e implementar medidas adequadas de gestão do tráfego, a fim de minimizar os impactos para os usuários da via. Isso pode envolver desvios temporários, sinalização adequada, controle de velocidade e comunicação efetiva com a comunidade.

É essencial realizar um controle de qualidade rigoroso ao longo de todo o processo de recapeamento asfáltico. Isso inclui monitorar a conformidade dos materiais utilizados, garantir a correta execução das etapas construtivas, realizar ensaios laboratoriais e de campo, e fazer inspeções regulares para verificar a qualidade do trabalho realizado.

No mais, após a conclusão da recuperação, é importante implementar programas de manutenção preventiva para preservar o pavimento e maximizar sua vida útil. Isso pode envolver a realização de inspeções periódicas, a aplicação de tratamentos superficiais, a reparação de pequenos defeitos e a limpeza regular da via.

Fundamentação legal: Inciso II do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

Demais requisitos para a prestação dos serviços:

Após estudo, entendo que se faz necessário exigências de qualificação técnica, em consonância com o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021.

**4 - ESTIMATIVA DO(S) QUANTITATIVO(S)**

A relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item a ser contratado resultou no levantamento detalhado de quantidade de insumos e serviços feito pelo corpo técnico do Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas da Prefeitura Municipal de Pedreira, com base em vistoria prévia realizada nas ruas do Município sendo selecionadas as vias através do critério de maior necessidade e tráfego mais intenso, resultando na relação de ruas em que serão executados os serviços, originando orçamento completo dos serviços a serem executados, inclusive com valor final de referência da contratação com base na tabela oficial fornecida pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) Boletim 192 data base 15 de dezembro de 2023.

Fundamentação legal: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**Justificativa Técnica**

Para resolução da situação explicitada existem duas soluções possíveis, o recapeamento asfáltico e o processo de tapa buracos.

Como são dois modelos distintos, a escolha do modelo adequado de recuperação irá demonstrar se o custo será menor ou maior. Para tanto, é preciso uma análise criteriosa do trabalho a ser executado considerando o nível de qualidade necessário para o pavimento, a importância da via para a economia da região e o próprio custo-benefício de realização de um trabalho completo de recuperação.

O processo de tapa buracos consiste na restauração de vasos ou buracos feitos com remendos asfálticos de forma superficial se o defeito fosse detectado em pequena escala, ou seja, não atingindo o subsolo, subcamada ou subsolo, caso contrário de forma profunda. Basicamente deve ser feito com um corte reto no revestimento (geralmente formando um retângulo), formando um ângulo de 90º com a superfície, evitando que o revestimento desmorone. Todo o local é então preparado, incluindo as bordas do corte para selar as rachaduras, após é aplicado um novo revestimento asfáltico para restaurar a superfície do pavimento. Se por um lado, essa técnica é a mais ágil e mais barata, o serviço de tapa-buracos em um pavimento só deve ser aplicado nas condições corretas. Sendo assim, a aplicação desse serviço num pavimento que está envelhecido e comprometido onera custos, pois a recuperação da capa de rolamento só será feita se a base estiver em boas condições e em uma pequena porção da via, caso contrário causaria muitos desníveis comprometendo o resultado almejado.

Já o processo de recapeamento asfáltico é necessário para fortalecer a estrutura do pavimento, especialmente quando ocorre a deterioração das camadas subjacentes, como a base e o subleito. O reforço estrutural pode envolver a remoção das camadas danificadas e a reconstrução do pavimento, garantindo uma base sólida para o novo revestimento asfáltico. É parte de um projeto de melhoria da qualidade da via, visando proporcionar maior conforto e segurança aos usuários incluindo a redução de ruídos, a melhoria da drenagem, a sinalização adequada e a adoção de técnicas mais avançadas de pavimentação, buscando melhorias na qualidade da via restabelecendo as condições adequadas da superfície de rolamento, garantindo segurança, conforto e durabilidade ao sistema viário. Consiste na construção de uma ou mais camadas de asfalto sobre um pavimento existente, geralmente incluindo uma camada para corrigir o nivelamento do pavimento antigo, seguida de uma camada de recapeamento. Apesar de apresentar um custo mais alto e demandar maior tempo de execução, esta técnica



elimina completamente as ondulações do pavimento e garante um tempo maior de durabilidade, gerando assim maior economia na manutenção da via.

Em complementação ao processo de tapa buracos ou recapeamento asfáltico é necessária a execução de nova sinalização viária visando garantir a manutenção da ordem no trânsito e a segurança dos usuários.

Dessa forma, analisadas as condições das vias a serem recuperadas, e os possíveis resultados que seriam alcançados em cada uma das situações, chegou-se à conclusão que o recapeamento asfáltico é a solução mais viável tecnicamente e seu custo, apesar de maior num primeiro momento, se torna vantajoso tendo em vista a durabilidade do serviço e a qualidade do resultado final na via.

Foram pesquisados processos licitatórios do mesmo objeto realizados por outros órgãos cujos resultados foram:

Local: Lajeado/RS

Órgão: MUNICIPIO DE LAJEADO

Unidade compradora: 001 - Coordenadoria Especial de Contratação de Serviços e Aquisição de Produtos

Modalidade da contratação: Concorrência - Eletrônica

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II

Tipo: Edital

Modo de Disputa: Aberto-Fechado

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 12/12/2023

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 12/12/2023 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 27/12/2023 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 87297982000103-1-000213/2023

Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Local: Areia Branca/RN

Órgão: MUNICIPIO DE AREIA BRANCA

Unidade compradora: 1 - Prefeitura Municipal de Areia Branca

Modalidade da contratação: Concorrência - Eletrônica

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II

Tipo: Edital

Modo de Disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 10/01/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 11/01/2024 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 25/01/2024 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 08077265000108-1-000001/2024

Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - Contratação de empresa para execução do projeto de conservação, requalificação, recuperação, capeamento e recapeamento da pavimentação em asfalto e recuperação das estradas vicinais no município de Areia Branca/RN.



Local: Nova Petrópolis/RS

Órgão: MUNICIPIO DE NOVA PETROPOLIS

Unidade compradora: 1 - Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis

Modalidade da contratação: Concorrência - Eletrônica

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II

Tipo: Edital

Modo de Disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 09/01/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 09/01/2024 09:10 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 23/01/2024 08:29 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 88572748000100-1-000001/2024

Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - Obra de engenharia constituída de recapeamento asfáltico com CBUQ da Rua Guilherme Schumann

Local: Canaã/MG

Órgão: MUNICIPIO DE CANAA

Unidade compradora: 01 - Prefeitura Municipal de Canaã

Modalidade da contratação: Concorrência - Eletrônica

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II

Tipo: Edital

Modo de Disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 08/01/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 09/01/2024 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 24/01/2024 12:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 18132712000120-1-000003/2024

Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA, CONFORME CONVÊNIO SEINFRA/MG.

Local: Água Fria de Goiás/GO

Órgão: MUNICIPIO DE ÁGUA FRIA DE GOIAS

Unidade compradora: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA DE GOIÁS

Modalidade da contratação: Concorrência - Eletrônica

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II

Tipo: Edital

Modo de Disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 03/01/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 20/10/2023 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 07/11/2023 08:29 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 25141292000103-1-000006/2023

Fonte: Megasoft Informática

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Recapeamento Asfáltico na Avenida 23 e Rua 23, Bairro Água Fria, através do convênio 911855/2021, e Rua 15, Rua 18 e Rua 20, Bairro Água Fria, através do Convênio 912707/2021, no município de Água Fria de Goiás – GO



Conforme demonstrado acima, diversas contratações para obras de recapeamento asfáltico, realizadas com fulcro na nova lei de licitações, foram realizadas por meio de concorrência eletrônica.

Verifica-se ainda que ampla gama de empresas que realizam obras desta natureza, inclusive que estão executando ou já executaram obras similares neste município.

Justificativa de Adoção da Modalidade da Licitação

Considerando o objeto deste estudo, que contempla serviços comuns de engenharia (todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens), e que, pela natureza do objeto, é possível definir previamente e precisamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, a modalidade de licitação para esta contratação deverá ser Concorrência na sua forma Eletrônica, sob o regime de empreitada por menor preço global por item, mediante Contrato nos moldes da Nova Lei de Licitações de nº 14.133/2021, com fulcro em seu art. 6º, inciso XXXVIII, alínea a. Tendo em vista as pesquisas feitas, o modo de disputa a ser utilizado é o "aberto".

Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

O serviço de recapeamento asfáltico e sinalização viária é usualmente utilizado pela municipalidade conforme contratos listados abaixo, todos eles já finalizados.

Contrato nº 123/2023 – Processo Licitatório nº 19/2023 – contratado através da modalidade Tomada de Preços com valor de R\$ 268.055,07 com a empresa JSA Construtora e Pavimentadora Ltda. – Execução de serviços de recapeamento asfáltico e sinalização horizontal viária da Rua Germiniano Stranieri – Parque Bela Vista – Município de Pedreira/SP, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários.

Contrato nº 209/2022 – Processo Licitatório nº 84/2022 – contratado através da modalidade Tomada de Preços com valor de R\$ 597.940,38 com a empresa Lanza Terraplanagem e Comércio Ltda. EPP - Execução de serviços de recapeamento asfáltico e sinalização horizontal nas Ruas Anibal Carbonatto, Remigio Cranchi e Archangelo Avi – Bairro Portal do Limoeiro e nas Ruas Pacífico Barbim, Ermelindo Arrelaro, Vitório Pavan e Victorino Piccolomini – Bairro Estância Santa Rita – Pedreira/SP.

Contrato nº 101/2022 – Processo Licitatório nº 48/2022 – contratado através da modalidade Tomada de Preços com valor de R\$ 2.619.622,44 com a empresa JSA Construtora e Pavimentadora Ltda. - Execução de serviços de recapeamento asfáltico e sinalização horizontal nas Ruas Ana Francisca de Oliveira, Cananéia, Idalina Steola, Mário Zarpelon, Do Trabalhador, XV de Novembro – Diversos Bairros – Pedreira/SP, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários.

Por fim, ressalta-se que, em todos os contratos citados, os serviços foram prestados de forma adequada e não foram aplicadas nenhuma sanção administrativa às empresas contratadas.

Fundamentação legal: Inciso V do § 1º do art. 18 e art. 82 da Lei 14.133/2021, inciso III do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023 e incisos I e VI do art. 33 do Decreto Municipal nº 3.809 de 11 de setembro de 2023.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



O valor estimado para contratação dos serviços, realizado através de valores unitários estimados da tabela oficial fornecida pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) Boletim 192 data base 15 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.610.379,47 (seis milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos), dividido em três itens, sendo o item 1 (um) no valor de R\$ 2.502.951,66 (dois milhões, quinhentos e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos), o item 2 (dois) no valor de R\$ 1.920.236,86 (um milhão, novecentos e vinte mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos e o item 3 (três) no valor de R\$ 2.187.190,95 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e noventa reais e noventa e cinco centavos) conforme planilhas anexas.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se de regime de Contratação Indireta, na qual a Administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa (contratada), cabendo à contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao contratado a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A contratação enquadra-se em serviços comuns de engenharia, não continuado mediante licitação, na modalidade concorrência eletrônica, tipo menor preço global por item com fulcro na lei nº 14.133/21 e decretos municipais regulamentadores;

Serviço com grande disponibilidade no mercado, sem necessidade de peculiaridades técnicas para atingir seus fins e com potencial similaridade dos produtos entregues caso fossem contratados com empresas diversas.

Fundamentação legal: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Apesar de se tratar exclusivamente de recapeamento asfáltico e sinalização viária, os locais de execução são diversos e o quantitativo considerado alto para os padrões de nosso município, o que possibilita a divisão do objeto em itens por critério de proximidade das vias.

Tendo em vista a existência de diversas empresas de pequeno, médio e grande porte nesta região que já prestaram serviços ao município, a divisão em itens possibilita a participação de todas, garantindo ainda o atendimento ao prazo esperado conforme cronogramas, uma vez que empresa de pequeno ou médio porte terão que executar a obra em diversas fases levando em conta a disponibilidade de menor número de maquinário e equipamentos. Com os serviços sendo executados por item, o prazo de execução final será menor visto que as ordens de serviços poderão ser emitidas concomitantemente. Abrindo-se a disputa para empresas de pequeno, grande e médio porte, estima-se que haverá uma maior disputa de lances para cada item, ocasionando uma melhor economia ao Município.



Fundamentação legal: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, art. 40 parágrafos 2º e 3º da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

As ruas e avenidas selecionadas atuam como importantes vias coletoras, sendo caracterizadas pelo alto fluxo de veículos em seus respectivos bairros. Além disso, o pavimento dessas vias encontra-se em um estágio avançado de deterioração, apresentando diversos problemas. A opção pelo recapeamento surge como uma solução eficaz para abordar os desafios enfrentados por essas vias atualmente, renovando a camada de rolamento, regularizando as ondulações e imperfeições, proporcionando uma maior aderência e segurança aos transeuntes.

Indicadores de desempenho da contratação

O desempenho da contratação deverá ser medido ao final de cada período do cronograma, quando será verificada a qualidade dos serviços executados, bem como o atendimento às normas reguladoras e ainda, aferida a área de cada via recapeada.

Fundamentação legal: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedreira já realizou este tipo de contratação inúmeras vezes, tendo demonstrado resultados positivos, bem como insta frisar que, no termo de referência serão estabelecidas todas as obrigações da Contratante e da Contratada e consequentemente no contrato, como nos processos anteriores, contendo direitos e deveres de cada parte. Muito embora, nos contratos anteriores, não terem sido observados equívocos ou dificuldades na execução do objeto, é prudente apresentar a matriz de riscos para execução do objeto.

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCAÇÃO
Roubos e furtos na obra	Prejuízos gerados por segurança inadequada no canteiro de obras gerando custos adicionais	Aumento dos custos	Planejamento interno da empresa	Contratada
Incapacidade de gerenciamento de obras e serviços concomitantes	Falta de mão de obra, materiais ou equipamentos para cumprimento dos prazos contratuais	Possível aumento do prazo para conclusão da obra, acarretando em possíveis sanções à contratada.	Gerenciamento eficiente da obra, contratação de mão de obra em quantidade suficiente, planejamento na entrega de materiais e manutenção de equipamentos	Contratada



Variação excessiva dos custos de materiais e combustíveis utilizados para execução da obra	Alteração dos preços em razão de políticas fiscais ou tributárias aplicadas pelos órgãos Estaduais ou Federais	Impossibilidade de execução da obra pelo aumento excessivo dos custos de execução	Planejamento interno da empresa	Contratada
Caso fortuito ou força maior	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior	Impossibilidade de continuidade parcial ou total da execução da obra	Reequilíbrio econômico-financeiro e/ou prorrogação do prazo de execução da obra	Contratante

No mais, não foi verificada nenhuma restrição interna de caráter técnico, operacional que possa dificultar a prática da solução a ser contratada.

Fundamentação legal: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

Fundamentação: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

O pavimento asfáltico consiste em uma estrutura de camadas, compostas por misturas de agregados, como areia e britas, e ligantes asfálticos de petróleo.

Uma das principais preocupações atualmente é a questão da preservação ambiental. Processos de quaisquer âmbitos buscam se voltar para a sustentabilidade e cuidado com o meio ambiente, por isso fala-se muito nas práticas de pavimentação sustentável.

O processo de produção dos pavimentos é feito em locais denominados usinas de asfalto, que são instalações responsáveis por realizar as misturas de forma adequada e dentro das especificações de quantidade e temperatura corretas.

Um dos pavimentos mais utilizados no Brasil, sendo o adotado neste caso, é o Concreto Betuminoso Usinado a Quente, chamado asfalto CBUQ, sendo um total de 99% das vias e rodovias brasileiras pavimentadas com essa mistura.

Para diminuir os impactos ambientais causados pelos processos de asfaltamento, é imprescindível fazer uma pavimentação sustentável, que são técnicas que implicam em boas práticas de produção, manutenção e reciclagem.



A pavimentação sustentável diz respeito a técnicas que diminuam o impacto ambiental causado nesse processo. Uma série de métodos são usados para melhorar o desempenho dos asfaltos e auxiliar na preservação e sustentabilidade.

Um asfalto CBUQ é feito para durar, pelo menos na teoria, aproximadamente 10 anos. Entretanto, na prática, isso raramente acontece, o que leva a necessidade de recapeamento com uma maior frequência.

Para o asfalto ter elevada durabilidade, é necessário traçar um projeto de produção bem definido que consiste em dosar a quantidade de materiais do cimento asfáltico de petróleo e os agregados de minério, além de secar e aquecer estes agregados e filtrar os gases liberados.

O uso de materiais de qualidade, bons equipamentos e controle tecnológico em laboratório para análise do produto, também são medidas que garantem a qualidade do asfalto CBUQ e consequentemente sua durabilidade.

Portanto, as práticas de pavimentação sustentável começam desde sua produção, pois, ao prolongar a vida útil do asfalto CBUQ, existirá a diminuição da necessidade de recapeamentos a cada três ou quatro anos, e o impacto ambiental causado nesse processo.

Desse modo, um asfalto durável e de qualidade auxilia na sua preservação e acaba gerando outras contribuições para a pavimentação sustentável, como manutenções de baixo custo e de baixo impacto ambiental, redução da produção, e inclusive, maior eficiência para o tráfego dos veículos, o que diminui o uso dos combustíveis, poluindo menos as cidades.

Outra prática de pavimentação sustentável indicada é a utilização de agregados recicláveis para a produção das misturas betuminosas.

O asfalto CBUQ removido deve ser usado como estrutura para um novo pavimento, ou destinado a reciclagem, para contribuir com a pavimentação sustentável.

De acordo com a resolução nº 307 (2002) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), os resíduos provenientes de pavimentação asfáltica são recicláveis e reutilizáveis.

A reutilização dos agregados do pavimento diminui a demanda de novos materiais, e consequentemente a exploração de novas pedreiras e a geração de resíduos. Os agregados reciclados podem ser usados na massa asfáltica e para a construção de camadas de base e sub-base, ajudando na pavimentação sustentável.

O asfalto é um produto que, inevitavelmente, causa danos ao meio ambiente, já que ele é derivado do petróleo, que por sua vez é poluente.

Entretanto, o petróleo é uma substância extremamente necessária, com usos muito importantes para a população, mesmo com seus impactos negativos.

Como não é possível substituir totalmente esse material, é necessário buscar alternativas ecologicamente corretas para minimizar os danos socioambientais. Por isso a pavimentação sustentável é tão importante, sendo uma forma de amenizar significativamente esses problemas.

As atividades de produção asfáltica implicam em custos econômicos e ambientais, como consumo de matérias primas, exploração de jazidas, energia, emissão de gases etc. Então procurar maneiras de fazer a pavimentação sustentável, reutilizando o asfalto CBUQ, auxilia na sustentabilidade, diminui a geração de resíduos, materiais e energia, e aumenta a qualidade do ar e da água.

Apesar de todos os aspectos negativos, o recapeamento asfáltico ainda é benéfico para o meio ambiente, gerando menor desgaste de pneus e suspensão dos veículos que circulam pelas vias e ainda reduzindo a possibilidade de acidentes, gerando assim, menor consumo de borracha, aço, plástico e outros materiais.

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.



13. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Neste caso não existe a possibilidade de contratação de pessoa física para a prestação de serviços de recapeamento asfáltico.

Fundamentação: Inciso IX do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

14. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Não se aplica a este objeto de estudo.

Fundamentação: Quando o objeto for a locação de imóveis, deverá considerar tudo o que está disposto no inciso X do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando as obrigações da municipalidade em manter as vias públicas acessíveis e seguras para os usuários e, considerando ainda a necessidade de manutenção para evitar maior degradação do pavimento o que geraria maior custo para recuperação posterior, opina-se pela contratação deste objeto através de concorrência, na forma eletrônica, mediante contrato.

Justificativa da viabilidade: Conforme demonstrado neste estudo, a contratação é uma necessidade do órgão para cumprimento de suas obrigações, sendo este o tipo de obra tecnicamente mais adequado levando-se em conta custo, agilidade na execução e resultado final. No mais, o recapeamento asfáltico acarreta a necessidade do refazimento da sinalização, estando atrelada ao ramo de atividade das empresas, sendo executado por diversas empresas no mercado, permitindo a obtenção de ampla disputa durante a concorrência, afim de que a Administração assegure a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023).

16. FONTE DE RECURSO

A contratação será custeada com recursos do FINISA.

17. RESPONSÁVEL(EIS)



Aceite do Secretário concluindo se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme exposto no art. 4º, §8º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

Pedreira (SP), 23 de janeiro de 2024.

Carlos Roberto Lavezzo

ENGENHEIRO CIVIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAS PÚBLICAS



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM (NS)	QUANT (S).	UNID (S).	DESCRIÇÃO(ÕES)	VALOR(ES) TOTAL(IS) DO(S) ITEM(NS)
01	01	UND	RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA: ESTÂNCIA SANTA RITA, JARDIM SANTA CLARA E TRAVESSA ANTONIO GANZAROLLI.	R\$
02	01	UND	RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA: JARDIM TRIUNFO 78 E RUA JOSÉ STRANIERI.	R\$
03	01	UND	RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA: JARDIM TRIUNFO 79.	R\$
VALOR GLOBAL:				R\$

- Apresentar o(s) endereço(s) de e-mail para comunicação.



ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

(Processo Administrativo nº ...)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../..., QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

O Município de Pedreira/SP por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Município em de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência nº 01/2024 – Processo Licitatório nº 03/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários, para os serviços de Repapeamento asfáltico e Sinalização Viária de diversas ruas do Município de Pedreira/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM (NS)	DESCRIÇÃO(ÕES)	VALOR(ES) TOTAL(IS) DO(S) ITEM(NS)
01	RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA: ESTÂNCIA SANTA RITA, JARDIM SANTA CLARA E TRAVESSA ANTONIO GANZAROLLI.	R\$
02	RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA: JARDIM TRIUNFO 78 E RUA JOSÉ STRANIERI.	R\$
03	RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA: JARDIM TRIUNFO 79.	R\$
VALOR GLOBAL:		R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global por item.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias**, conforme Cronogramas Físico-Financeiros constantes nos Anexos XII, XXIII e XXXIV do Edital, a contar da emissão da(s) Ordem(ns) de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. Quaisquer prorrogações do prazo definidos no subitem 2.1., estarão subordinadas ao art. 111 e art. 115 § 5 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

MATRIZ DE RISCO: Será conforme descrito no tópico 10 do Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor global da contratação é de R\$...... (.....), conforme item(ns) e valor(res) total(is) constante(s) na cláusula 1.2. deste Contrato.
- 5.2. No(s) valor(es) acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do(s) objeto(s) da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. As medições serão de acordo com o(s) Cronograma(s) Físico-Financeiros de cada item.
- 6.2. O **CONTRATANTE** pagará à(s) **CONTRATADA(S)** pela execução do objeto, através da sua tesouraria, da seguinte forma:
- 6.3. A(s) **CONTRATADA(S)** deverá(ão) emitir medição(ões), de acordo com o prazo definido no(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s), a contar da data de início dos serviços constante na Ordem de Serviços, em conformidade com os serviços realizados, cujo prazo de verificação será de até 05 (cinco) dias úteis, onde o aceite importará na autorização da emissão da nota fiscal, e o pagamento ocorrerá em até **15 (quinze) dias** após a liquidação da nota.



- 6.4. O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.
- 6.5. Cabe destacar que no caso de não aprovação, será garantido o contraditório e ampla defesa, e no caso de erros, será considerado o mesmo prazo para reanálise.
- 6.6. A medição/nota fiscal deverão vir autorizadas pelo(a)(s) responsável(is) pela fiscalização da obra, sendo que no corpo da Nota Fiscal, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e este Município, assim como, mencionar "FINISA 623.312-61", sendo que tais documentos deverão vir com o aceite dos gestores do contrato.
- 6.7. Observa-se que no caso de atraso dos serviços por culpa da(s) **CONTRATADA(s)**, somente será permitida emissão de Nota Fiscal após concluída a etapa em que o cronograma tem que estar.
- 6.8. Em caso de atraso no pagamento devido à(s) **CONTRATADA(s)**, o **CONTRATANTE** deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.
- 6.9. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da(s) contratada(s) quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.
- 6.10. Encaminhar junto com a Nota Fiscal, também, a Planilha de Frequências dos funcionários e guias do(s) mês(es) do INSS, FGTS e PIS, devidamente recolhidas e acompanhadas com a Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo "SEFIP", ou seja, os funcionários constantes na planilha de frequência deverão constar na relação "SEFIP". Tais documentos são correspondentes ao período de execução dos serviços.
- 6.11. Os serviços objetos do presente contrato administrativo ficarão sujeitos à incidência do **imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente, que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**
- 6.12. **As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.**
- 6.13. **Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Prefeitura Municipal de Pedreira/SP será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.**
- 6.14. **Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, sendo vedada a emissão de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).**

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se na tabela oficial fornecida pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) Boletim 192 data base 15 de dezembro de 2023.



- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



- 8.10.1. A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, inclusive as constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.32. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro



de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.34. Utilizar, se for o caso, somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.35.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.



9.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.36.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.36.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.36.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.36.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.36.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.38. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções



dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias úteis;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1., a multa será de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse



valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária nº:

Unidade: 021301 DIV. OBRAS E CONS. DE VIAS URB. E RURAIS

Funcional: 15.451.0013.1188.0000 Recapeamento, pavimentação e infraestrutura diversas ruas da

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte de Recurso: 0 0700

Código de Aplicação: 100 052

Ficha nº: 4872

Nº da reserva: 28

Valor Reservado: R\$ 6.610.379,47



14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no **prazo máximo de 1 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira, ... de de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024

CONTRATANTE: Município de Pedreira/SP

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: Prestação de serviços de recapeamento asfáltico e sinalização viária de diversas ruas do Município de Pedreira/SP, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____



Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

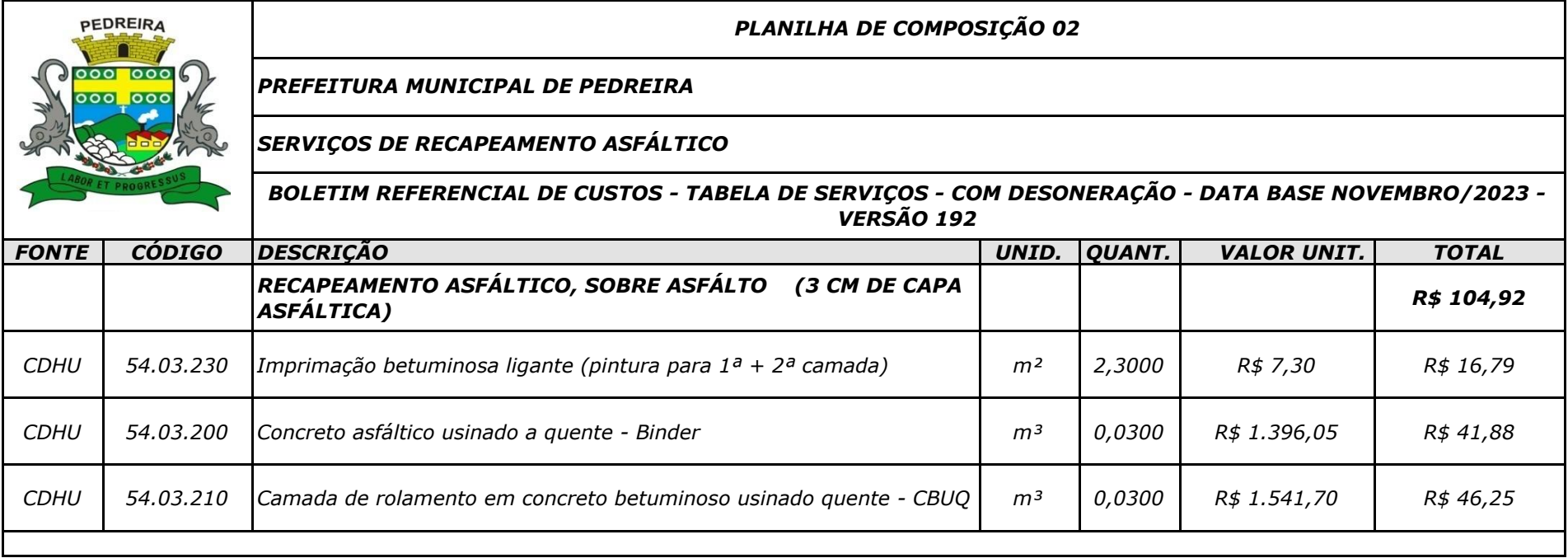
Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).





ANEXO XIII



QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

TIPO DE OBRA:		Recapeamento asfáltico	
ITEM		SIGLA	PERCENTUAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	4,01%
SEGURO E GARANTIA		SG	0,40%
RISCO		R	0,56%
DESPESAS FINANCEIRAS		DF	1,11%
LUCRO		L	7,30%
TRIBUTOS (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)		CP	3,65%
TRIBUTOS (ISS, variável de acordo com o município)		ISS	2,00%
TRIBUTOS (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)		CPRB	4,50%
BDI COM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)		BDI PAD	26,75%
Os valores de BDI foram calculados com o emprego da Fórmula:			
$[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-CP-ISS-CRPB)]-1$			
26,75%			

ANEXO XIII



QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

TIPO DE OBRA:

Recapeamento asfáltico

ITEM	SIGLA	PERCENTUAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	
SEGURO E GARANTIA	SG	
RISCO	R	
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	
LUCRO	L	
TRIBUTOS (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	
TRIBUTOS (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	
TRIBUTOS (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	
BDI COM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	0,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da Fórmula:

$$[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-CP-ISS-CRPB)]-1$$

0,00%

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA								
OBRA		RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
LOCAL		Ruas Arminio Begalli, Ricieri Camilotti, Pedro Carbonato, Antonio Serra, Vitorio Pavan e Joaquim Bernardes Pavão - Estância Santa Rita - Pedreira - SP.						
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178				
DATA		30/11/2023						
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL		
		ESTÂNCIA SANTA RITA						
		RUA ARMINIO BEGALLI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.552,78	R\$ 0,71	R\$ 1.102,47		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.552,78	R\$ 61,63	R\$ 95.697,83		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	61,28	R\$ 77,11	R\$ 4.725,30		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	9,04	R\$ 209,37	R\$ 1.892,70		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	24,64	R\$ 70,26	R\$ 1.731,21		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	27,60	R\$ 108,92	R\$ 3.006,19		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94		
					SUBTOTAL	R\$ 111.781,75		
		RUA RICIERI CAMILOTTI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	592,23	R\$ 0,71	R\$ 420,48		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	592,23	R\$ 61,63	R\$ 36.499,13		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	10,92	R\$ 77,11	R\$ 842,04		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,52	R\$ 209,37	R\$ 946,35		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	5,00	R\$ 70,26	R\$ 351,30		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47		
					SUBTOTAL	R\$ 40.872,32		
		RUA PEDRO CARBONATO						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.068,49	R\$ 0,71	R\$ 758,63		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.068,49	R\$ 61,63	R\$ 65.851,04		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	33,32	R\$ 77,11	R\$ 2.569,31		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,52	R\$ 209,37	R\$ 946,35		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	7,20	R\$ 70,26	R\$ 505,87		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	21,60	R\$ 108,92	R\$ 2.352,67		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47		
					SUBTOTAL	R\$ 74.796,89		

OBRA		RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
LOCAL		Ruas Arminio Begalli, Ricieri Camilotti, Pedro Carbonato, Antonio Serra, Vitorio Pavan e Joaquim Bernardes Pavão - Estância Santa Rita - Pedreira - SP.						
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178			
DATA		30/11/2023						
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL		
		RUA ANTONIO SERRA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.012,29	R\$ 0,71	R\$ 718,73		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.012,29	R\$ 61,63	R\$ 62.387,43		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	56,72	R\$ 77,11	R\$ 4.373,68		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,52	R\$ 209,37	R\$ 946,35		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	27,00	R\$ 70,26	R\$ 1.897,02		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	25,20	R\$ 108,92	R\$ 2.744,78		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47		
					SUBTOTAL		R\$ 74.881,01	
		RUA VITÓRIO PAVAN						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	930,24	R\$ 0,71	R\$ 660,47		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	930,24	R\$ 61,63	R\$ 57.330,69		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	4,60	R\$ 77,11	R\$ 354,71		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	4,60	R\$ 70,26	R\$ 323,20		
					SUBTOTAL		R\$ 58.669,07	
		RUA JOAQUIM BERNARDES PAVÃO						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.229,66	R\$ 0,71	R\$ 873,06		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.229,66	R\$ 61,63	R\$ 75.783,95		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	11,40	R\$ 77,11	R\$ 879,05		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	7,00	R\$ 70,26	R\$ 491,82		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47		
					SUBTOTAL		R\$ 80.762,13	
		SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00	R\$ 913,45	R\$ 5.480,70		
CDHU	01.20.010	Taxa de mobilização e desmobilização de equipamentos para execução de levantamento topográfico	TX	1,00	R\$ 1.183,91	R\$ 1.183,91		
CDHU	01.20.280	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	m²	6.385,69	R\$ 0,17	R\$ 1.085,57		
					SUBTOTAL		R\$ 7.750,18	
		TOTAL DA OBRA					R\$ 449.513,35	
		TOTAL DA OBRA + BDI = 26,75%					R\$ 569.758,17	
		TOTAL GERAL					R\$ 569.758,17	
BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS - COM DESONERAÇÃO - DATA BASE NOVEMBRO/2023								
VERSÃO 192								

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA						
OBRA	SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL					
LOCAL	Ruas Olívia Bagatin de Freitas, Florindo Pelatti, Antonio Batagliolli, José B. Silva, Luis Serra, Santo Antonio de Padua, Francisco Barreto, Guerino Peron, Eugenio Broglio, Adolfo Gracciolla, Antonio S. Nose, Antonio P. Miranda, João Fonseca, João Steula, Hemílio José Gasparini e Francisco Marinelli - Jardim Santa Clara - Pedreira - SP.					
OBJETO	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA		
DATA	30/11/2023			Nº 5060266178		
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
JARDIM SANTA CLARA						
RUA OLÍVIA BAGATIM DE FREITAS						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	3.909,57	R\$ 0,71	R\$ 2.775,79
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	3.909,57	R\$ 61,63	R\$ 240.946,80
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	32,80	R\$ 77,11	R\$ 2.529,21
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	24,00	R\$ 70,26	R\$ 1.686,24
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 253.406,55
RUA FLORINDO PELATTI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	2.280,86	R\$ 0,71	R\$ 1.619,41
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	2.280,86	R\$ 61,63	R\$ 140.569,40
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	17,20	R\$ 77,11	R\$ 1.326,29
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	12,80	R\$ 70,26	R\$ 899,33
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 147.148,68
RUA ANTONIO BATAGLIOLLI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	812,38	R\$ 0,71	R\$ 576,79
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	812,38	R\$ 61,63	R\$ 50.066,98
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	17,40	R\$ 77,11	R\$ 1.341,71
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	8,60	R\$ 70,26	R\$ 604,24
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 58.058,23

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL				
LOCAL		Ruas Olívia Bagatin de Freitas, Florindo Pelatti, Antonio Batagliolli, José B. Silva, Luis Serra, Santo Antonio de Padua, Francisco Barreto, Guerino Peron, Eugenio Broglio, Adolfo Gracciolla, Antonio S. Nose, Antonio P. Miranda, João Fonseca, João Steula, Hemílio José Gasparini e Francisco Marinelli - Jardim Santa Clara - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178		
DATA		30/11/2023				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
RUA JOSÉ B. SILVA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	799,71	R\$ 0,71	R\$ 567,79
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	799,71	R\$ 61,63	R\$ 49.286,13
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	17,40	R\$ 77,11	R\$ 1.341,71
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	8,60	R\$ 70,26	R\$ 604,24
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 57.268,38
RUA LUIS SERRA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	812,91	R\$ 0,71	R\$ 577,17
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	812,91	R\$ 61,63	R\$ 50.099,64
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	39,00	R\$ 77,11	R\$ 3.007,29
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	8,60	R\$ 70,26	R\$ 604,24
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	21,60	R\$ 108,92	R\$ 2.352,67
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 62.109,52
RUA SANTO ANTONIO DE PADUA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	811,89	R\$ 0,71	R\$ 576,44
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	811,89	R\$ 61,63	R\$ 50.036,78
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	39,00	R\$ 77,11	R\$ 3.007,29
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	8,60	R\$ 70,26	R\$ 604,24
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	21,60	R\$ 108,92	R\$ 2.352,67
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 62.045,93

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL				
LOCAL		Ruas Olívia Bagatin de Freitas, Florindo Pelatti, Antonio Batagliolli, José B. Silva, Luis Serra, Santo Antonio de Padua, Francisco Barreto, Guerino Peron, Eugenio Broglio, Adolfo Gracciolla, Antonio S. Nose, Antonio P. Miranda, João Fonseca, João Steula, Hemílio José Gasparini e Francisco Marinelli - Jardim Santa Clara - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178		
DATA		30/11/2023				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
RUA FRANCISCO BARRETO						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	565,89	R\$ 0,71	R\$ 401,78
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	565,89	R\$ 61,63	R\$ 34.875,80
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	42,00	R\$ 77,11	R\$ 3.238,62
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	42,00	R\$ 209,37	R\$ 8.793,54
					SUBTOTAL	R\$ 47.309,74
RUA GUERINO PERON						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	923,52	R\$ 0,71	R\$ 655,70
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	923,52	R\$ 61,63	R\$ 56.916,54
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	40,70	R\$ 77,11	R\$ 3.138,38
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	17,10	R\$ 70,26	R\$ 1.201,45
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	19,20	R\$ 108,92	R\$ 2.091,26
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 66.737,58
RUA EUGENIO BROGLIO						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.982,57	R\$ 0,71	R\$ 1.407,62
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.982,57	R\$ 61,63	R\$ 122.185,79
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	18,20	R\$ 77,11	R\$ 1.403,40
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	9,40	R\$ 70,26	R\$ 660,44
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 129.312,73
RUA ADOLFO GRACCIOLLA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.227,09	R\$ 0,71	R\$ 871,23
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.227,09	R\$ 61,63	R\$ 75.625,56
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	23,70	R\$ 77,11	R\$ 1.827,51
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	14,90	R\$ 70,26	R\$ 1.046,87
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 84.839,68

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORINZOTAL E VERTICAL				
LOCAL		Ruas Olívia Bagatin de Freitas, Florindo Pelatti, Antonio Batagliolli, José B. Silva, Luis Serra, Santo Antonio de Padua, Francisco Barreto, Guerino Peron, Eugenio Broglio, Adolfo Gracciolla, Antonio S. Nose, Antonio P. Miranda, João Fonseca, João Steula, Hemílio José Gasparini e Francisco Marinelli - Jardim Santa Clara - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178		
DATA		30/11/2023				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
RUA ANTONIO S. NOSE						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.098,59	R\$ 0,71	R\$ 780,00
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.098,59	R\$ 61,63	R\$ 67.706,10
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	23,70	R\$ 77,11	R\$ 1.827,51
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	14,90	R\$ 70,26	R\$ 1.046,87
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 75.015,96
RUA ANTONIO P. MIRANDA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	506,08	R\$ 0,71	R\$ 359,32
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	506,08	R\$ 61,63	R\$ 31.189,71
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	19,82	R\$ 77,11	R\$ 1.528,32
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	11,02	R\$ 70,26	R\$ 774,27
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 39.320,13
RUA JOÃO FONSECA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	484,19	R\$ 0,71	R\$ 343,77
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	484,19	R\$ 61,63	R\$ 29.840,63
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	18,52	R\$ 77,11	R\$ 1.428,08
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	9,72	R\$ 70,26	R\$ 682,93
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 37.763,92
RUA JOÃO STEULA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.402,77	R\$ 0,71	R\$ 995,97
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.402,77	R\$ 61,63	R\$ 86.452,72
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	22,30	R\$ 77,11	R\$ 1.719,55
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	13,50	R\$ 70,26	R\$ 948,51
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL				
LOCAL		Ruas Olívia Bagatin de Freitas, Florindo Pelatti, Antonio Batagliolli, José B. Silva, Luis Serra, Santo Antonio de Padua, Francisco Barreto, Guerino Peron, Eugenio Broglio, Adolfo Gracciolla, Antonio S. Nose, Antonio P. Miranda, João Fonseca, João Steula, Hemílio José Gasparini e Francisco Marinelli - Jardim Santa Clara - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178		
DATA		30/11/2023				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 95.585,26
RUA HEMILIO JOSÉ GASPARINI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	573,28	R\$ 0,71	R\$ 407,03
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	573,28	R\$ 61,63	R\$ 35.331,25
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	16,00	R\$ 77,11	R\$ 1.233,76
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	7,20	R\$ 70,26	R\$ 505,87
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 42.946,42
RUA FRANCISCO MARINELLI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	2.447,31	R\$ 0,71	R\$ 1.737,59
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	2.447,31	R\$ 61,63	R\$ 150.827,72
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	18,00	R\$ 77,11	R\$ 1.387,98
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	13,60	R\$ 70,26	R\$ 955,54
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 157.643,08
SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00	R\$ 913,45	R\$ 5.480,70
CDHU	01.20.010	Taxa de mobilização e desmobilização de equipamentos para execução de levantamento topográfico	TX	1,00	R\$ 1.183,91	R\$ 1.183,91
CDHU	01.20.280	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	m²	20.638,61	R\$ 0,17	R\$ 3.508,56
					SUBTOTAL	R\$ 10.173,17
TOTAL DA OBRA						R\$ 1.426.684,96
TOTAL DA OBRA + BDI = 26,75%						R\$ 1.808.323,19
TOTAL GERAL						R\$ 1.808.323,19
BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS - COM DESONERAÇÃO - DATA BASE NOVEMBRO/2023						
VERSÃO 192						

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA					 Pedreira Trabalhando por Você			
OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORINZOTAL E VERTICAL						
LOCAL		Travessa Antonio Ganzarolli - Vila Canesso - Pedreira - SP.						
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178			
DATA		30/11/2023						
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL		
		TRAVESSA ANTONIO GANZAROLLI						
		TRAVESSA ANTONIO GANZAROLLI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	756,69	R\$ 0,71	R\$ 537,25		
CDHU	COMPOSIÇÃO 02	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação e 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	756,69	R\$ 104,92	R\$ 79.391,91		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	42,40	R\$ 77,11	R\$ 3.269,46		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	15,60	R\$ 70,26	R\$ 1.096,06		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	18,00	R\$ 108,92	R\$ 1.960,56		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2´ e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94		
					SUBTOTAL	R\$ 91.723,75		
		SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00	R\$ 913,45	R\$ 5.480,70		
CDHU	01.20.010	Taxa de mobilização e desmobilização de equipamentos para execução de levantamento topográfico	TX	1,00	R\$ 1.183,91	R\$ 1.183,91		
CDHU	01.20.280	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestres	m²	756,69	R\$ 0,17	R\$ 128,64		
					SUBTOTAL	R\$ 6.793,25		
		TOTAL DA OBRA					R\$ 98.517,00	
		TOTAL DA OBRA + BDI = 26,75%					R\$ 124.870,30	
		TOTAL GERAL					R\$ 124.870,30	
BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS - COM DESONERAÇÃO - DATA BASE NOVEMBRO 2023							VERSÃO	
192								

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ITEM 01



OBRA	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA							 Prefeitura de PEDREIRA Trabalhando por Você 		
LOCAL	ESTÂNCIA SANTA RITA, JARDIM SANTA CLARA E TRAVESSA ANTONIO GANZAROLLI - MUNICIPIO DE PEDREIRA - SP									
	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	DIAS								
		15 DIAS	30 DIAS	45 DIAS	60 DIAS	75 DIAS	90 DIAS	105 DIAS	120 DIAS	
Lote 01	ESTÂNCIA SANTA RITA, JARDIM SANTA CLARA E TRAVESSA ANTONIO GANZAROLLI	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	100,00%
		R\$ 312.868,95	R\$ 312.868,95	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96
Total Simples		R\$ 312.868,95	R\$ 312.868,95	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 312.868,96	R\$ 2.502.951,66
Total Acumulado		R\$ 312.868,95	R\$ 625.737,90	R\$ 938.606,86	R\$ 1.251.475,82	R\$ 1.564.344,78	R\$ 1.877.213,74	R\$ 2.190.082,70	R\$ 2.502.951,66	

MEMORIAL DESCRITIVO – ITEM 01

PROJETO:- Recapeamento asfáltico e sinalização viária.

LOCAL:- Conforme quadro abaixo.

PROPRIETÁRIO:- Prefeitura Municipal de Pedreira.

TOTAL DE ÁREA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:	
Estância Santa Rita	Total 6.385,69 m²
Rua Arminio Begalli	1.552,78 m ²
Rua Ricieri Camilotti	592,23 m ²
Rua Pedro Carbonato	1.068,49 m ²
Rua Antonio Serra	1.012,29 m ²
Rua Vitório Pavan	930,24 m ²
Rua Joaquim Bernardes Pavão	1.229,66 m ²
Jardim Santa Clara	Total 20.638,61 m²
Rua Olivia Bagatim de Freitas	3.909,57 m ²
Rua Florindo Pelatti	2.280,86 m ²
Rua Antonio Batagliolli	812,38 m ²
Rua José B. Silva	799,71 m ²
Rua Luis Serra	812,91 m ²
Rua Santo Antonio de Padua	811,89 m ²
Rua Francisco Barreto	565,89 m ²
Rua Guerino Peron	923,52 m ²
Rua Eugenio Broglio	1.982,57 m ²
Rua Adolfo Gracciolla	1.227,09 m ²
Rua Antonio S. Nose	1.098,59 m ²
Rua Antonio P. Miranda	506,08 m ²
Rua João Fonseca	484,19 m ²
Rua João Steula	1.402,77 m ²
Rua Hemilio José Gasparini	573,28 m ²
Rua Francisco Marinelli	2.447,31 m ²
Travessa Antonio Ganzarolli	Total 756,69 m²
Total de área para recapeamento asfáltico (Item 01)	27.780,99 m²

CARACTERÍSTICAS:-

Aquisição de materiais e mão de obra para o recapeamento asfáltico e sinalização viária, de diversas ruas a serem executadas com concreto betuminoso usinado a quente com espessura de 3,00cm, sobre o pavimento existente de acordo com os projetos anexos.

SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA DE SEGURANÇA NAS OBRAS:-

A contratada deverá prover toda a sinalização provisória para desvio de tráfego nas vias públicas, com cavaletes, placas, cones, telas tipo tapume, etc., garantindo a segurança dos motoristas usuários, pedestres e funcionários nos locais de execução dos serviços.

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:-

Será feita a varrição da via a fim de retirar todo o material solto evitando que o mesmo prejudique a aderência do asfalto novo ao existente.

Após a varrição, será aplicada a imprimação betuminosa ligante RR-1C, incluindo perdas, em toda área que receberá a camada asfáltica. Após a pintura será executada a camada para a base da pista de rolamento em concreto asfáltico usinado a quente tipo Binder, após será aplicado a camada de rolamento em concreto betuminoso, usinado a quente, tipo CBUQ com espessura mínima compactada de 3 cm.

Observação: A executora do serviço de recapeamento deve apresentar em cada etapa do serviço, o Laudo de Controle Tecnológico das obras de recapeamento asfáltico e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA:-

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL:-

Deverá ser aplicada mediante processos de projeção pneumática, mecânica ou combinada. Deverá ser aplicada com película uniforme sobre pavimento limpo, seco e isento de óleos.

Materiais descritos na planilha orçamentária para a implantação do projeto de sinalização viária horizontal onde a execução da obra será feita de acordo com o projeto. Os serviços deverão atender as exigências da ABNT NBR 15741, 13159, 15402 e 13132.

SINALIZAÇÃO VERTICAL:-

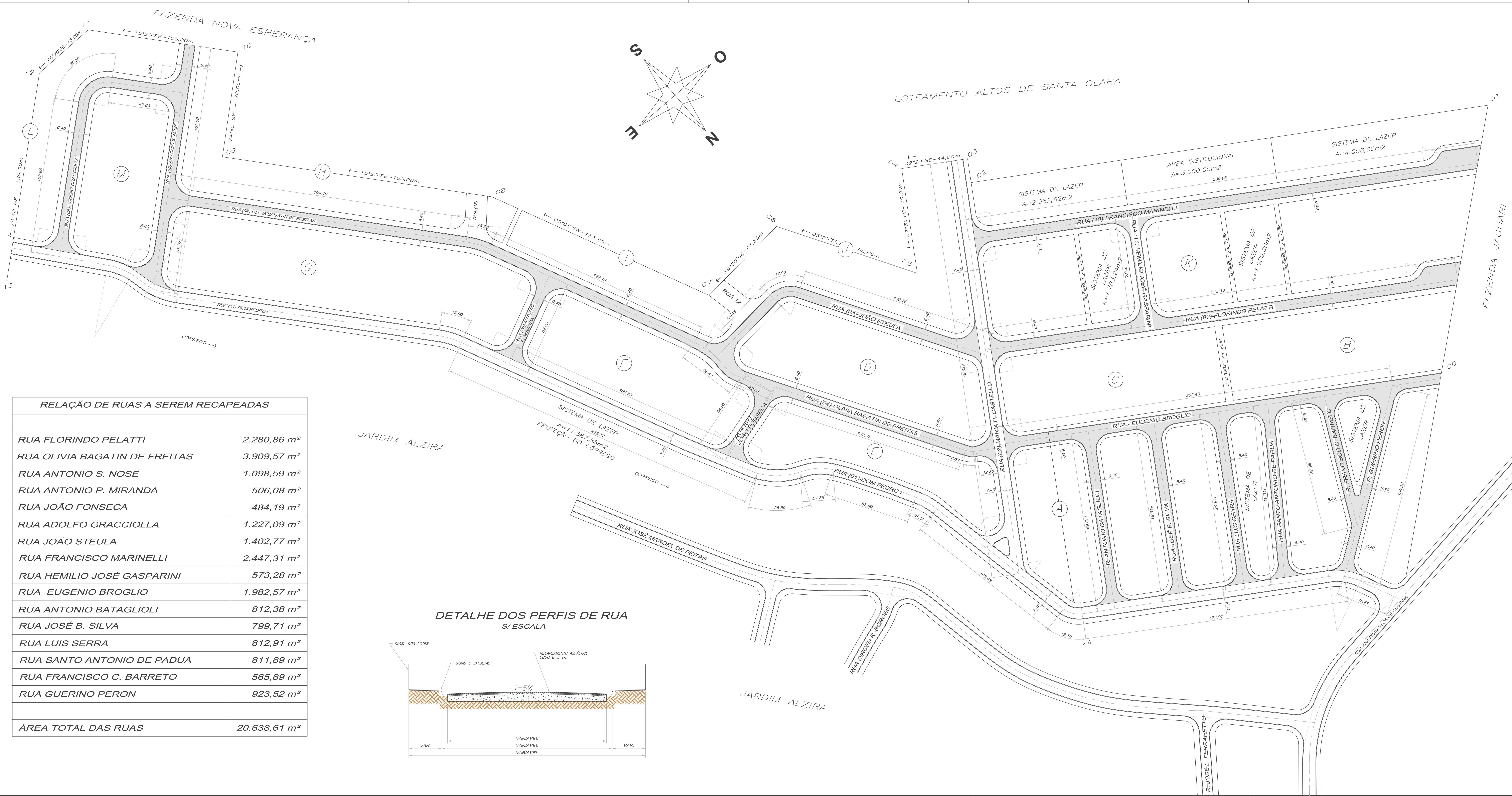
Serão instaladas placas de sinalização em chapa de aço tipo NB 1010/1020 com espessura de 1,25 mm, bitola 18, ou espessura de 1,50 mm, bitola 16 – ABNT NBR 11904, totalmente refletiva com película IA/IA – ABNT NBR 14644, com abraçadeira, parafusos e porcas para fixação da placa, fixadas em suportes em tubo de aço galvanizado de diâmetro de 2 ½". Para o chumbamento do suporte, será executado um furo com profundidade mínima de 0,5 m, que receberá concreto de FCK = 15MPa, com preparo mecânico em betoneira.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES:-

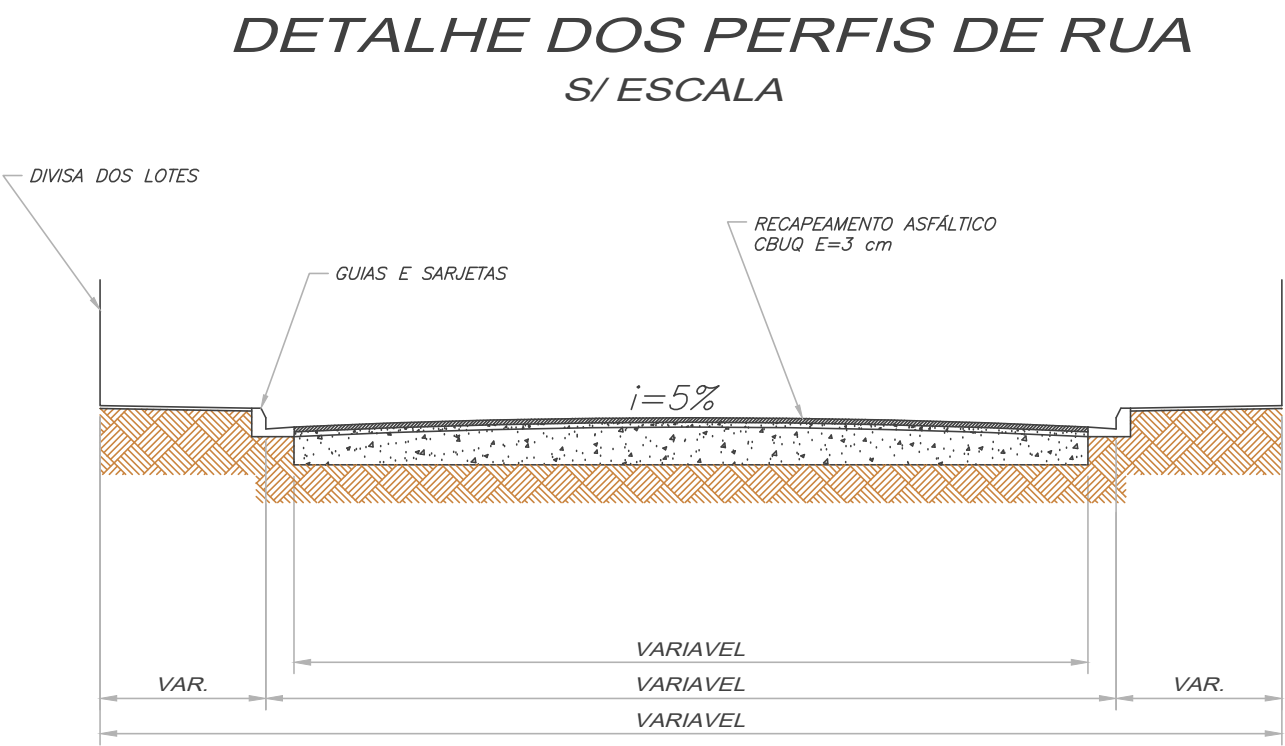
Deverá ser instalada a placa de identificação da obra no local indicado pelo responsável da fiscalização.

Após a finalização dos serviços de recapeamento asfáltico, deverá ser feito o levantamento planimétrico das áreas pavimentadas e a documentação entregue ao responsável pela fiscalização do contrato em arquivo digital e impresso com a ART ou RRT do responsável pelo levantamento.

Autor do projeto
Eng. Civil Carlos Roberto Lavezzo
CREA - 5060266178



RELAÇÃO DE RUAS A SEREM RECAPEADAS	
RUA FLORINDO PELATTI	2.280,86 m²
RUA OLIVIA BAGATIN DE FREITAS	3.909,57 m²
RUA ANTONIO S. NOSE	1.098,59 m²
RUA ANTONIO P. MIRANDA	506,08 m²
RUA JOÃO FONSECA	484,19 m²
RUA ADOLFO GRACCIOLLA	1.227,09 m²
RUA JOÃO STEULA	1.402,77 m²
RUA FRANCISCO MARINELLI	2.447,31 m²
RUA HEMILIO JOSÉ GASPARINI	573,28 m²
RUA EUGENIO BROGLIO	1.982,57 m²
RUA ANTONIO BATAGLIOLI	812,38 m²
RUA JOSÉ B. SILVA	799,71 m²
RUA LUIS SERRA	812,91 m²
RUA SANTO ANTONIO DE PADUA	811,89 m²
RUA FRANCISCO C. BARRETO	565,89 m²
RUA GUERINO PERON	923,52 m²
ÁREA TOTAL DAS RUAS	20.638,61 m²



LEGENDA:-

- A EXECUTAR O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO
- CONCLUÍDO

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

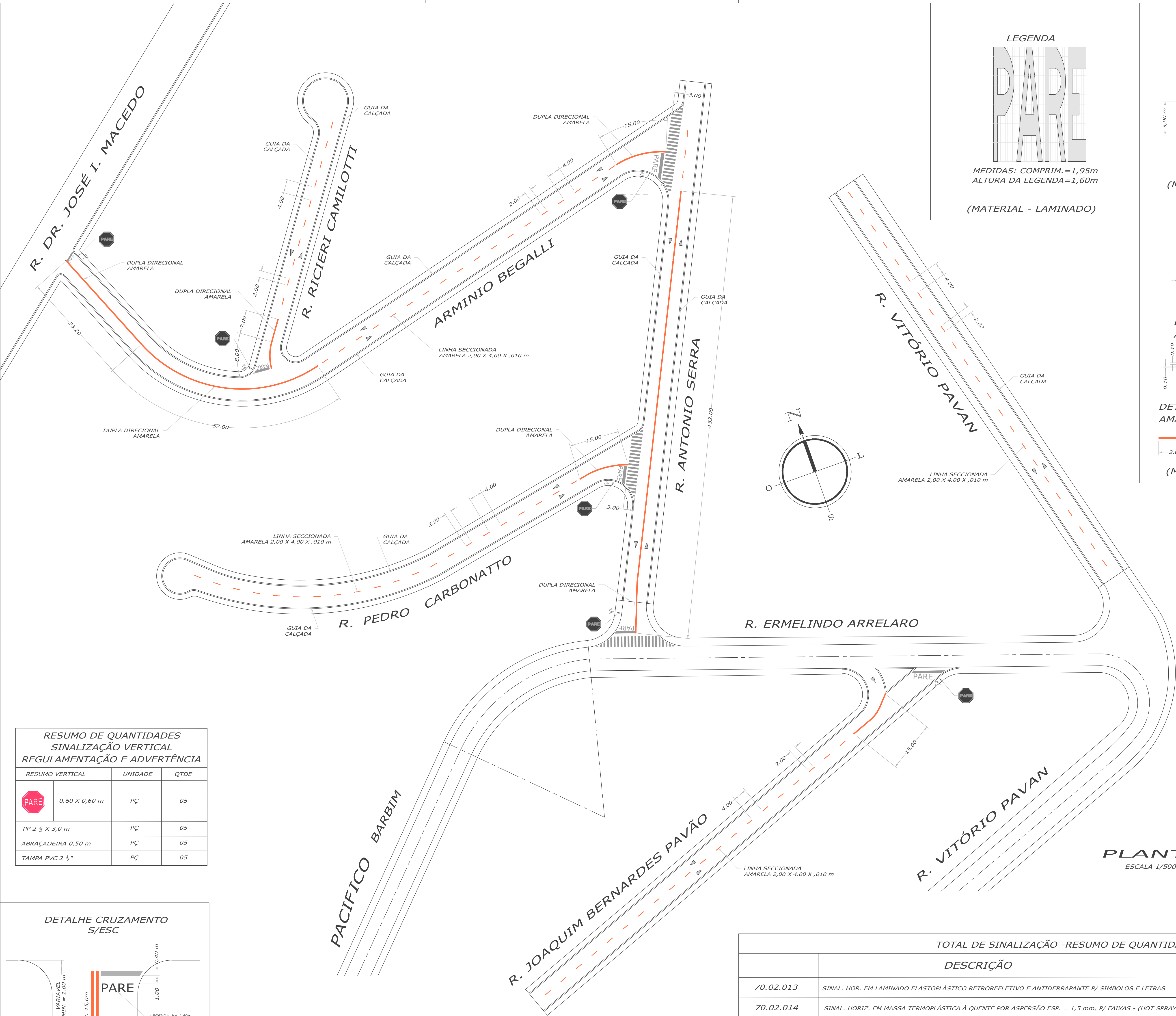
AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL - CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

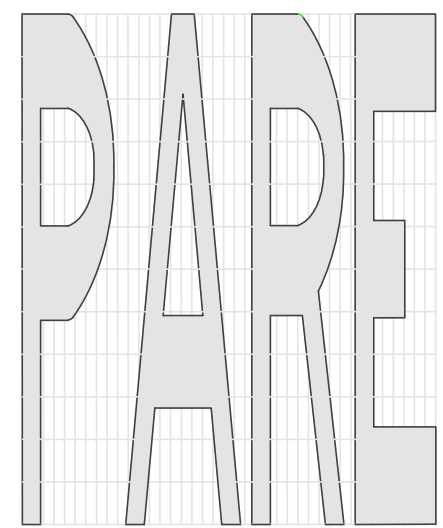
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

PROPOSTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
OBRA: RECAPEAMENTO ASFÁLTICA
LOCAL: JARDIM SANTA CLARA - PEDREIRA - SP
DATA: 05/12/2023
Escala: 1/1000
FOLHA: 01/01

PEDREIRA
Trabalhando por você



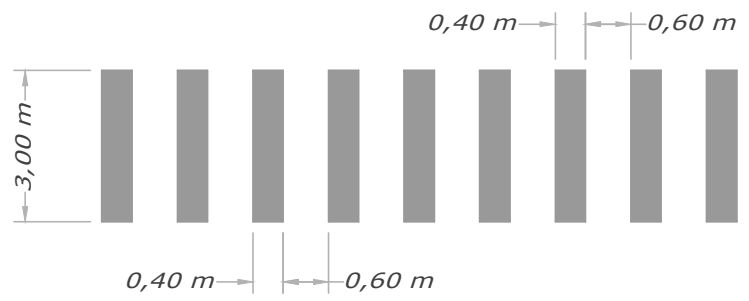
LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM. = 1,95m
ALTURA DA LEGENDA = 1,60m

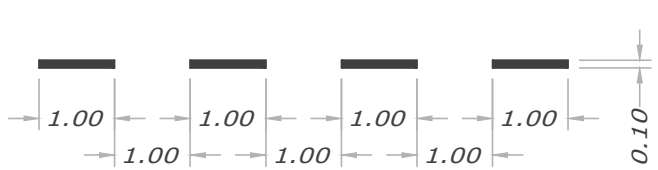
(MATERIAL - LAMINADO)

FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES S/ESC



(MATERIAL - TERMOPLASTICO)

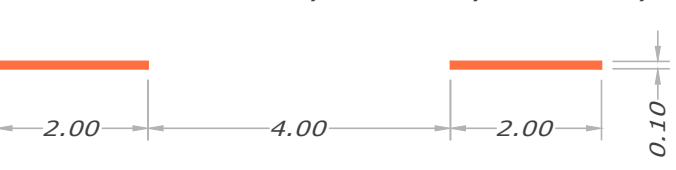
DETALHE - LINHA SECCIONADA BRANCA 1,0X1,0X0,10m



DETALHE - DUPLA DIRECIONAL AMARELA 0,10m



DETALHE - LINHA SECCIONADA AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m

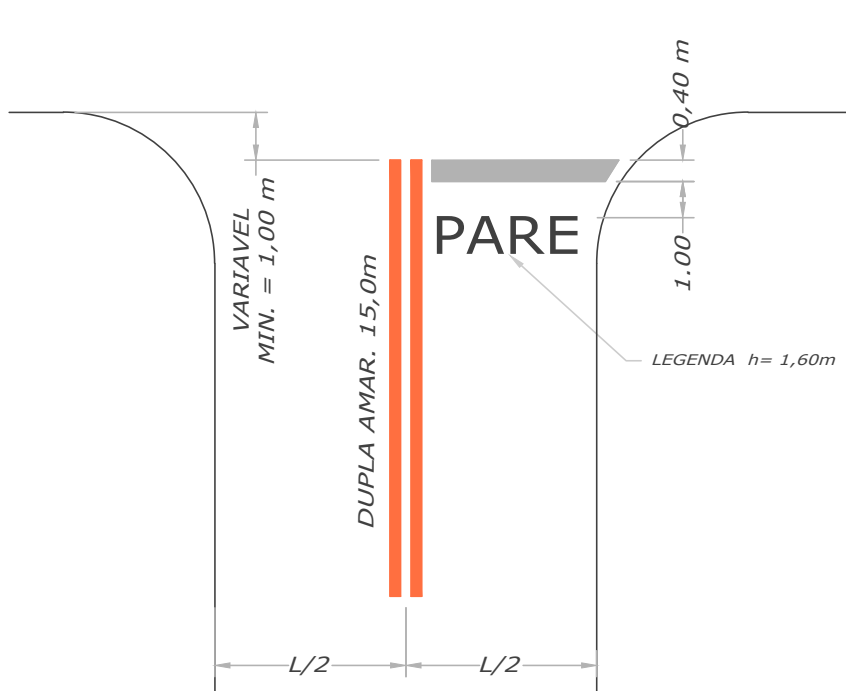


(MATERIAL - HOT SPRAY)

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA

RESUMO VERTICAL	UNIDADE	QTDE
 0,60 X 0,60 m	PC	05
PP 2 1/2 X 3,0 m	PC	05
ABRAÇADEIRA 0,50 m	PC	05
TAMPA PVC 2 1/2"	PC	05

DETALHE CRUZAMENTO S/ESC



(MATERIAL - HOT SPRAY)

Quantidade
100
200
300
400
500
600
700
800
900
1000
1100
1200
1300
1400
1500
1600
1700
1800
1900
2000
2100
2200
2300
2400
2500
2600
2700
2800
2900
3000
3100
3200
3300
3400
3500
3600
3700
3800
3900
4000
4100
4200
4300
4400
4500
4600
4700
4800
4900
5000
5100
5200
5300
5400
5500
5600
5700
5800
5900
6000
6100
6200
6300
6400
6500
6600
6700
6800
6900
7000
7100
7200
7300
7400
7500
7600
7700
7800
7900
8000
8100
8200
8300
8400
8500
8600
8700
8800
8900
9000
9100
9200
9300
9400
9500
9600
9700
9800
9900
10000

TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES			
	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SÍMBOLOS E LETRAS	BRANCA	22,60 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA Á QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	68,44 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA Á QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	74,40 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGRº CIVIL CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060296178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIÁRIA

PROJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

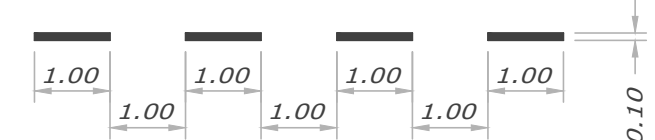
OBJETO: SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

LOCAL: RUAS ARMINIO BEGALLI, RICIERI CAMILOTTI, PEDRO CARBONATTO, ANTONIO SERRA, LITORAL PAVAN, JOAQUIM BERNARDES PAVÃO - EST. SANTA RITA - PEDREIRA - SP

PROJ. LAVEZZO DATA: 05/12/2023 INDIC. 01/01



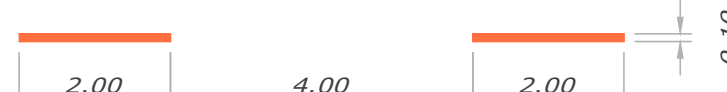
DETALHE - LINHA SECCIONADA
BRANCA 1,0X1,0X0,10m



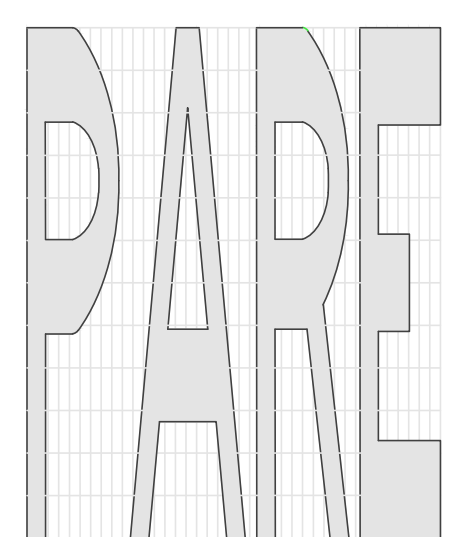
DETALHE - DUPLA DIRECIONAL
AMARELA 0,10m



DETALHE - LINHA SECCIONADA
AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m

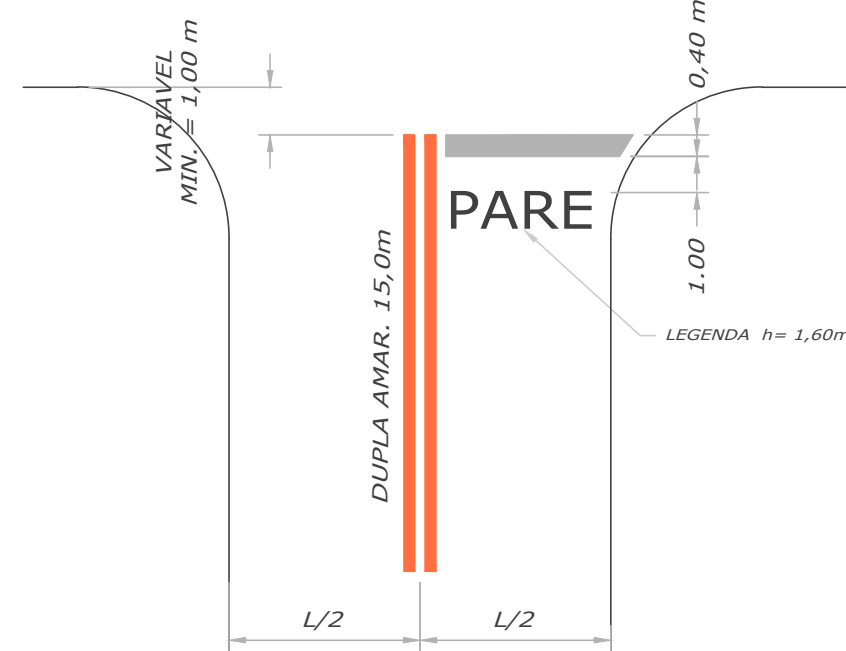


LEGENDA

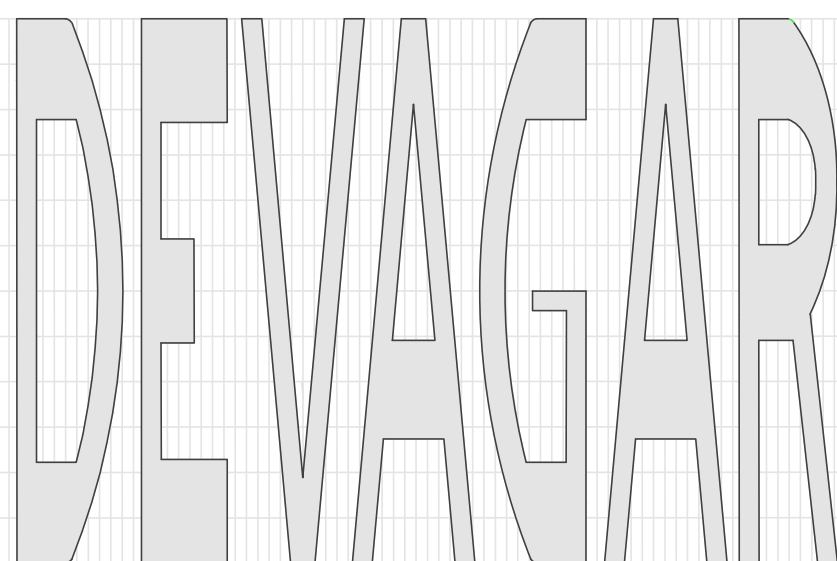


MEDIDAS: COMPRIM.=1,95m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m
(MATERIAL - LAMINADO)

DETALHE CRUZAMENTO
S/ESC



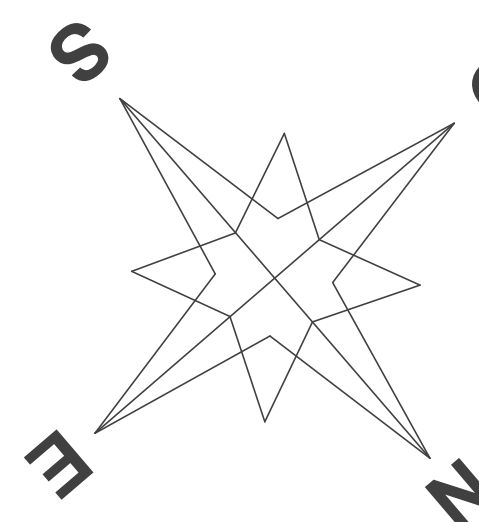
LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM.=2,50m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m
(MATERIAL - LAMINAD

ÁREA INSTITUCIONAL
A=3.000,00m²

SISTEMA DE LAZER
A=4.008,00m²



SISTEMA DE LAZER
A=2.982,62m²

K

TEMA DE
ZER
24m2

SISTEMA
LAZER
2,00m2

C

A

 B

DEVAGAR

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA			
RESUMO VERTICAL		UNIDADE	QTD
	0,60 X 0,60 m	PC	14
PP 2 ½ X 3,0 m		PC	14
ABRAÇADEIRA 0,50 m		PC	14
TAMPA PVC 2 ½"		PC	14

TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES			
	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SÍMBOLOS E LETRAS	BRANCA	112,40 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	94,50 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	62,40 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDSEIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA = 5060266178

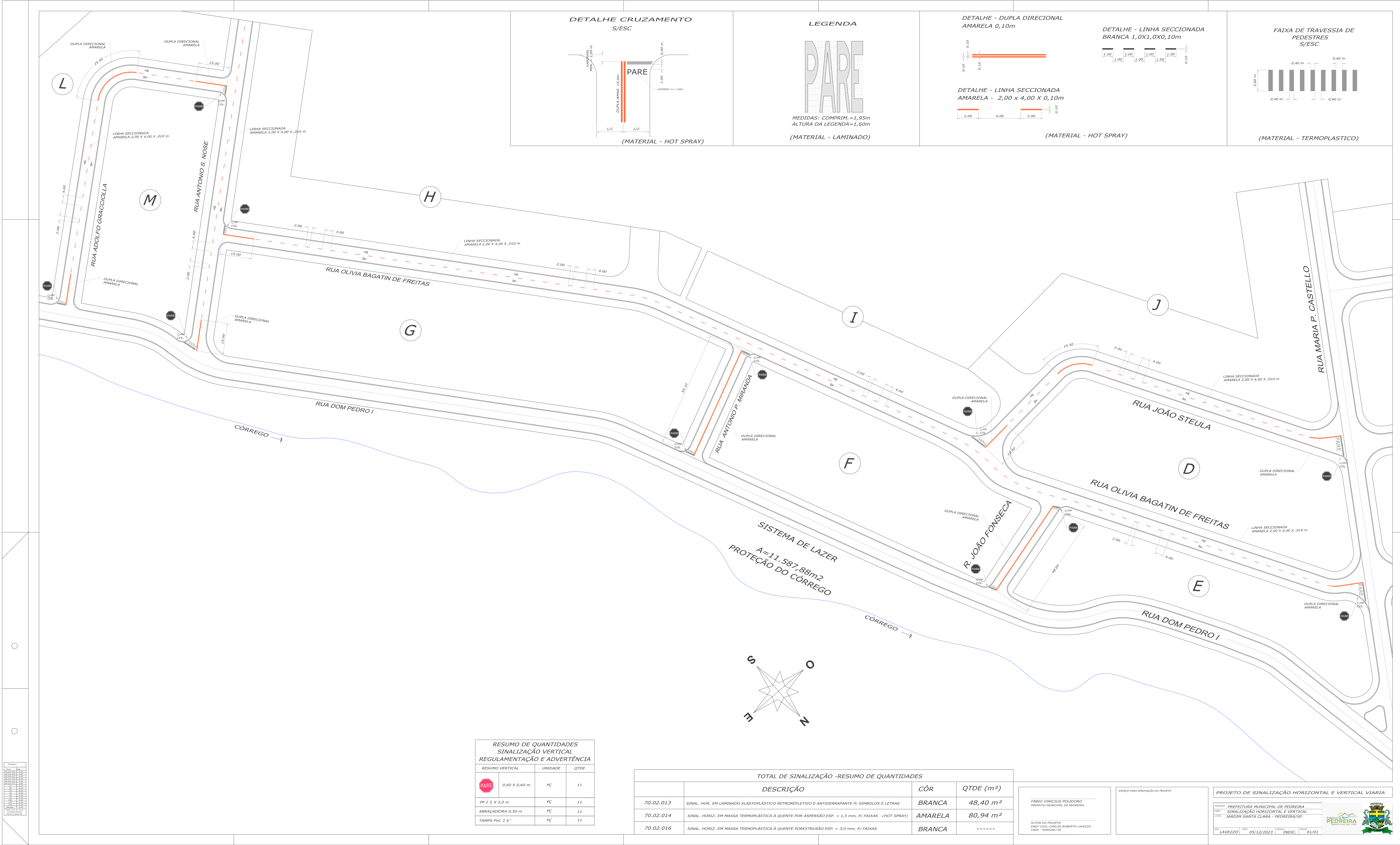
ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIARIA

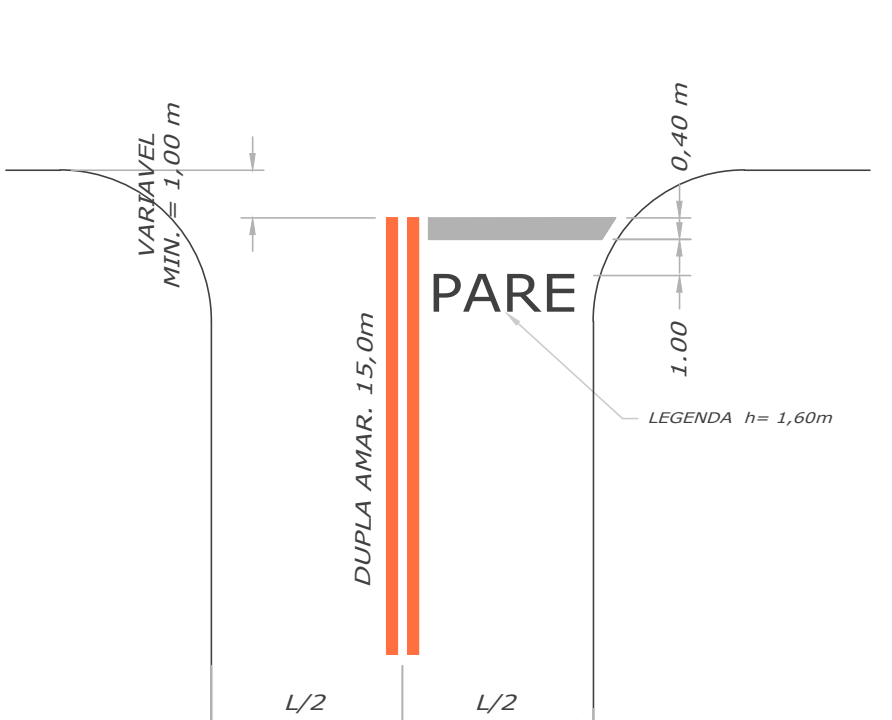
PORRET: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
RA: SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
LOCAL: JARDIM SANTA CLARA - PEDREIRA/SP.

ES. LAVEZZO	DATA 05/12/2023	ESCALA INDIC.	FOLHA 01/0
--------------------	------------------------	----------------------	-------------------



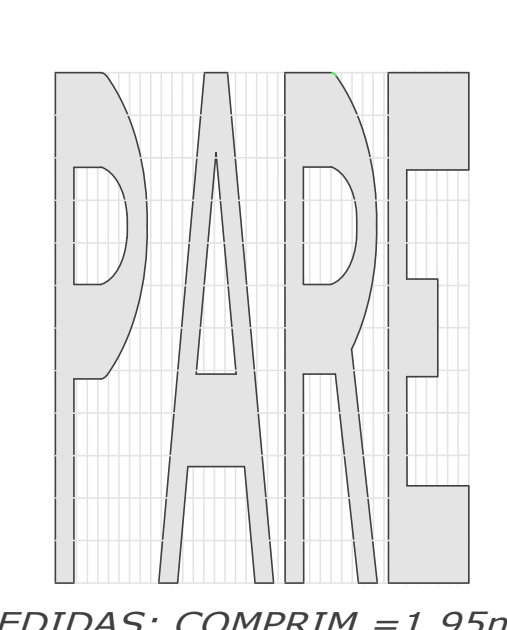


DETALHE CRUZAMENTO S/ESC



(MATERIAL - HOT SPRAY)

LEGENDA

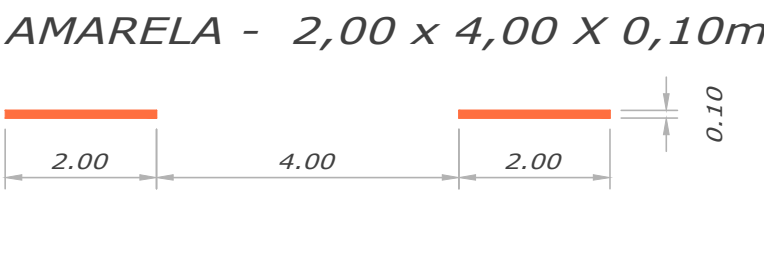


MEDIDAS: COMPRIM = 1,95m
ALTURA DA LEGENDA = 1,60m
(MATERIAL - LAMINADO)

DETALHE - DUPLA DIRECIONAL AMARELA 0,10m

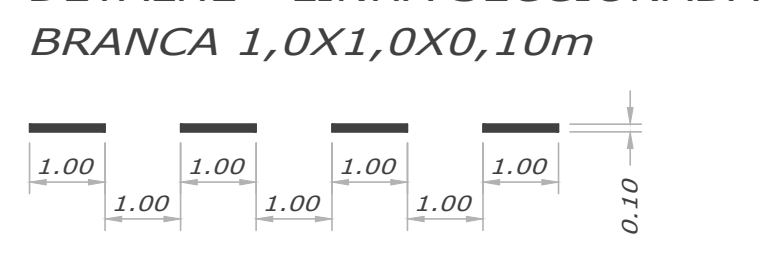


DETALHE - LINHA SECCIONADA AMARELA - 2,00 x 4,00 x 0,10m

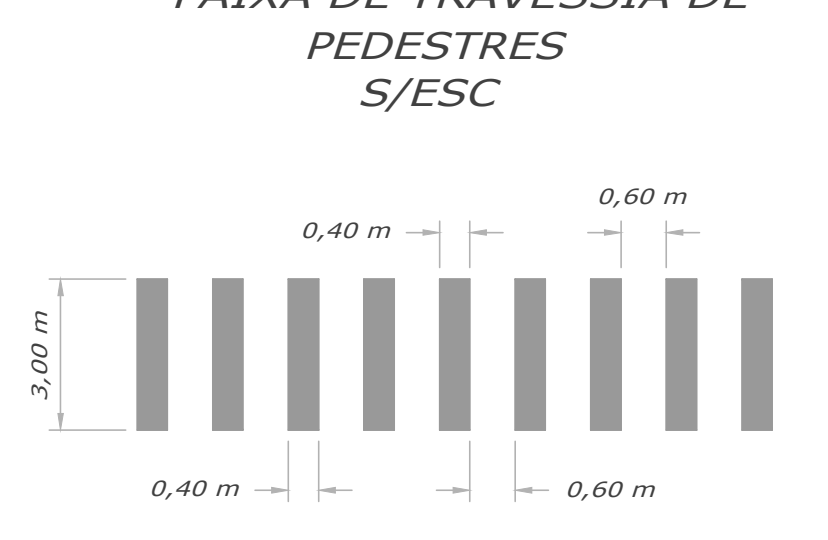


(MATERIAL - HOT SPRAY)

DETALHE - LINHA SECCIONADA BRANCA 1,0X1,0X0,10m



FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES S/ESC



(MATERIAL - TERMOPLASTICO)

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA		
RESUMO VERTICAL	UNIDADE	QTDE
 0,60 x 0,60 m	PC	11
PP-2 3 x 3,0 m	PC	11
ABRACADEIRA 0,50 m	PC	11
TAMPA PVC 2 1/2"	PC	11

TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES			
DESCRIÇÃO		CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SÍMBOLOS E LETRAS	BRANCA	48,40 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	80,94 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR EXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	-----

PABLO VINÍCIUS POLIDORO
PROFESSOR PLENEIRO DE PEDREIRA

ESPACIO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIÁRIA

PROJETO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
OBJETO	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
LOCAL	JARDIM SANTA CLARA - PEDREIRA/SP
PROJETO	LAVEZZO
DATA	05/12/2022
INDIC.	01/01



Diagram of a four-story building with a horizontal displacement of 0.10 units at the top. The building has four stories, each with a height of 1.00 unit. The displacement is shown as a horizontal arrow at the top right corner.

Diagram of a beam with three segments: 2.00 m, 4.00 m, and 2.00 m. A vertical line on the right indicates a height of 0.10 m.

PARE

RESUMO VERTICAL		UNIDADE	QTDE
	0,60 X 0,60 m	PÇ	02
PP 2 $\frac{1}{2}$ X 3,0 m		PÇ	02
ABRAÇADEIRA 0,50 m		PÇ	02
TAMPA PVC 2 $\frac{1}{2}$ "		PÇ	02

Diagrama de um trecho de rodovia com uma curva de 150m de raio. A pista é de 15,0m de largura, com uma faixa de 0,40m de largura para o acostamento. A distância entre os eixos das pistas é $L/2$. A largura total da pista é 15,0m. A largura total do acostamento é 1,60m. A largura total da pista e do acostamento é 16,60m. A largura total da pista e do acostamento é 16,60m. A largura total da pista e do acostamento é 16,60m.

Diagram illustrating the vertical dimensions and horizontal spacing of the wall section. The wall height is 3.00 m. The horizontal spacing between vertical elements is 0.40 m, and the horizontal spacing between horizontal elements is 0.60 m.

[illegible]

	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SIMBOLOS E LETRAS	BRANCA	8,80 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	15,60 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	18,00 m²

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA						
OBRA	SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL					
LOCAL	Ruas João Benedito B. Celeguim, Américo M. Cavazotti, Santo Niero, Guido Daldosso, Francisco Vilalva, Santo Scavassa, Anthero Moratori, José Noris, Nossa Senhora Aparecida e Rua do Trabalhador - Jardim Triunfo 78 - Pedreira - SP.					
OBJETO	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA		
DATA	30/11/2023			Nº 5060266178		
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
		JARDIM TRIUNFO 78				
		RUA JOÃO BENEDITO B. CELEGUIM				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	3.535,24	R\$ 0,71	R\$ 2.510,02
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	3.535,24	R\$ 61,63	R\$ 217.876,84
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	36,20	R\$ 77,11	R\$ 2.791,38
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	17,60	R\$ 209,37	R\$ 3.684,91
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	18,60	R\$ 70,26	R\$ 1.306,84
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	1,44	R\$ 1.548,76	R\$ 2.230,21
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	4,00	R\$ 1.255,47	R\$ 5.021,88
					SUBTOTAL	R\$ 235.422,08
		RUA AMÉRICO M. CAVAZOTTI				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	507,10	R\$ 0,71	R\$ 360,04
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	507,10	R\$ 61,63	R\$ 31.252,57
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	147,60	R\$ 77,11	R\$ 11.381,44
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	143,20	R\$ 70,26	R\$ 10.061,23
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 55.789,53
		RUA SANTO NIERO				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	3.004,89	R\$ 0,71	R\$ 2.133,47
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	3.004,89	R\$ 61,63	R\$ 185.191,37
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	17,10	R\$ 77,11	R\$ 1.318,58
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	12,70	R\$ 70,26	R\$ 892,30
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 192.269,97

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL				
LOCAL		Ruas João Benedito B. Celeguim, Américo M. Cavazotti, Santo Niero, Guido Daldosso, Francisco Vilalva, Santo Scavassa, Anthero Moratori, José Noris, Nossa Senhora Aparecida e Rua do Trabalhador - Jardim Triunfo 78 - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA	
DATA		30/11/2023			Nº 5060266178	
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
RUA GUIDO DALDOSSO						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.272,43	R\$ 0,71	R\$ 903,43
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.272,43	R\$ 61,63	R\$ 78.419,86
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	13,20	R\$ 77,11	R\$ 1.017,85
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	8,80	R\$ 70,26	R\$ 618,29
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 83.693,68
RUA FRANCISCO VILALVA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.199,95	R\$ 0,71	R\$ 851,96
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.199,95	R\$ 61,63	R\$ 73.952,92
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	12,80	R\$ 77,11	R\$ 987,01
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	8,40	R\$ 70,26	R\$ 590,18
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 79.116,32
RUA SANTO SCAVASSA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.129,74	R\$ 0,71	R\$ 802,12
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.129,74	R\$ 61,63	R\$ 69.625,88
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	12,20	R\$ 77,11	R\$ 940,74
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	7,80	R\$ 70,26	R\$ 548,03
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 74.651,02

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL				
LOCAL		Ruas João Benedito B. Celeguim, Américo M. Cavazotti, Santo Niero, Guido Daldosso, Francisco Vilalva, Santo Scavassa, Anthero Moratori, José Noris, Nossa Senhora Aparecida e Rua do Trabalhador - Jardim Triunfo 78 - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA	
DATA		30/11/2023			Nº 5060266178	
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
RUA ANTERO MORATORI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	939,15	R\$ 0,71	R\$ 666,80
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	939,15	R\$ 61,63	R\$ 57.879,81
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	11,40	R\$ 77,11	R\$ 879,05
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	7,00	R\$ 70,26	R\$ 491,82
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 62.651,73
RUA JOSÉ NORIS						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	653,22	R\$ 0,71	R\$ 463,79
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	653,22	R\$ 61,63	R\$ 40.257,95
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	10,20	R\$ 77,11	R\$ 786,52
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	5,80	R\$ 70,26	R\$ 407,51
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 44.650,02
RUA NOSSA SENHORA DA APARECIDA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.981,38	R\$ 0,71	R\$ 1.406,78
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.981,38	R\$ 61,63	R\$ 122.112,45
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	18,32	R\$ 77,11	R\$ 1.412,66
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,72	R\$ 209,37	R\$ 988,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	13,60	R\$ 70,26	R\$ 955,54
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 128.688,68

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORINZOTAL E VERTICAL				Prefeitura de PEDREIRA Trabalhando por Você			
LOCAL		Ruas João Benedito B. Celeguim, Américo M. Cavazotti, Santo Niero, Guido Daldosso, Francisco Vilalva, Santo Scavassa, Anthero Moratori, José Noris, Nossa Senhora Aparecida e Rua do Trabalhador - Jardim Triunfo 78 - Pedreira - SP.							
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178				
DATA		30/11/2023							
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO			UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL	
		RUA DO TRABALHADOR							
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento			m²	3.774,15	R\$ 0,71	R\$ 2.679,65	
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)			m²	3.774,15	R\$ 61,63	R\$ 232.600,86	
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo			m²	42,50	R\$ 77,11	R\$ 3.277,18	
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras			m²	17,60	R\$ 209,37	R\$ 3.684,91	
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas			m²	24,90	R\$ 70,26	R\$ 1.749,47	
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IAVIA - área até 2,0 m²			m²	1,44	R\$ 1.548,76	R\$ 2.230,21	
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m			UNID.	4,00	R\$ 1.255,47	R\$ 5.021,88	
							SUBTOTAL	R\$ 251.244,16	
		SERVIÇOS COMPLEMENTARES							
CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra			m²	6,00	R\$ 913,45	R\$ 5.480,70	
CDHU	01.20.010	Taxa de mobilização e desmobilização de equipamentos para execução de levantamento topográfico			TX	1,00	R\$ 1.183,91	R\$ 1.183,91	
CDHU	01.20.280	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre			m²	17.997,25	R\$ 0,17	R\$ 3.059,53	
							SUBTOTAL	R\$ 9.724,14	
		TOTAL DA OBRA							R\$ 1.217.901,33
		TOTAL DA OBRA + BDI = 26,75%							R\$ 1.543.689,94
		TOTAL GERAL							R\$ 1.543.689,94
BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS - COM DESONERAÇÃO - DATA BASE NOVEMBRO/2023									VERSÃO
192									

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA					 Pedreira Trabalhando por Você			
OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO HORINZOTAL E VERTICAL						
LOCAL		Rua José Stranieri - Jardim Ypê - Pedreira - SP.						
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178			
DATA		30/11/2023						
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL		
		RUA JOSÉ STRANIERI						
		RUA JOSÉ STRANIERI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	4.309,29	R\$ 0,71	R\$ 3.059,60		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	4.309,29	R\$ 61,63	R\$ 265.581,54		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	110,26	R\$ 77,11	R\$ 8.502,15		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	44,66	R\$ 70,26	R\$ 3.137,81		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	61,20	R\$ 108,92	R\$ 6.665,90		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47		
					SUBTOTAL		R\$ 289.681,25	
		SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00	R\$ 913,45	R\$ 5.480,70		
CDHU	01.20.010	Taxa de mobilização e desmobilização de equipamentos para execução de levantamento topográfico	TX	1,00	R\$ 1.183,91	R\$ 1.183,91		
CDHU	01.20.280	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	m²	4.309,29	R\$ 0,17	R\$ 732,58		
					SUBTOTAL		R\$ 7.397,19	
		TOTAL DA OBRA					R\$ 297.078,44	
		TOTAL DA OBRA + BDI = 26,75%					R\$ 376.546,92	
		TOTAL GERAL					R\$ 376.546,92	
BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS - COM DESONERAÇÃO - DATA BASE NOVEMBRO 2023								
192								

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ITEM 02



OBRA	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA							 		
LOCAL	JARDIM TRIUNFO 78 E RUA JOSÉ STRANIERI - MUNICIPIO DE PEDREIRA - SP									
	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	DIAS								
		15 DIAS	30 DIAS	45 DIAS	60 DIAS	75 DIAS	90 DIAS	105 DIAS	120 DIAS	
Lote 02	JARDIM TRIUNFO 78 E RUA JOSÉ STRANIERI	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	100,00%
		R\$ 240.029,60	R\$ 240.029,60	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 1.920.236,86
Total Simples		R\$ 240.029,60	R\$ 240.029,60	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 240.029,61	R\$ 1.920.236,86
Total Acumulado		R\$ 240.029,60	R\$ 480.059,20	R\$ 720.088,81	R\$ 960.118,42	R\$ 1.200.148,03	R\$ 1.440.177,64	R\$ 1.680.207,25	R\$ 1.920.236,86	

MEMORIAL DESCRITIVO – ITEM 02

PROJETO:- Recapeamento asfáltico e sinalização viária.

LOCAL:- Conforme quadro abaixo.

PROPRIETÁRIO:- Prefeitura Municipal de Pedreira.

TOTAL DE ÁREA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:	
Jardim Triunfo 78	Total 17.997,25 m²
Rua João Benedicto B. Celeguin	3.535,24 m ²
Rua Americo M. Cavazotti	507,10 m ²
Rua Santo Niero	3.004,89 m ²
Rua Guido Daldosso	1.272,43 m ²
Rua Francisco Vilalva	1.199,95 m ²
Rua Santo Scavassa	1.129,74 m ²
Rua Anthero Moratori	939,15 m ²
Rua José Noris	653,22 m ²
Rua Nossa Senhora Aparecida	1.981,38 m ²
Rua do Trabalhador	3.774,15 m ²
Rua José Stranieri	Total 4.309,29 m²
Total de área para recapeamento asfáltico (Item 02)	22.306,54 m²

CARACTERÍSTICAS:-

Aquisição de materiais e mão de obra para o recapeamento asfáltico e sinalização viária, de diversas ruas a serem executadas com concreto betuminoso usinado a quente com espessura de 3,00cm, sobre o pavimento existente de acordo com os projetos anexos.

SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA DE SEGURANÇA NAS OBRAS:-

A contratada deverá prover toda a sinalização provisória para desvio de tráfego nas vias públicas, com cavaletes, placas, cones, telas tipo tapume, etc., garantindo a segurança dos motoristas usuários, pedestres e funcionários nos locais de execução dos serviços.

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:-

Será feita a varrição da via a fim de retirar todo o material solto evitando que o mesmo prejudique a aderência do asfalto novo ao existente.

Após a varrição, será aplicada a imprimação betuminosa ligante RR-1C, incluindo perdas, em toda área que receberá a camada asfáltica. Após a pintura será executada a camada para a base da pista de rolamento em concreto asfáltico usinado a quente tipo Binder, após será aplicado a camada de rolamento em concreto betuminoso, usinado a quente, tipo CBUQ com espessura mínima compactada de 3 cm.

Observação: A executora do serviço de recapeamento deve apresentar em cada etapa do serviço, o Laudo de Controle Tecnológico das obras de recapeamento asfáltico e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

SINALIZAÇÃO VIARIA:-

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL:-

Deverá ser aplicada mediante processos de projeção pneumática, mecânica ou combinada. Deverá ser aplicada com película uniforme sobre pavimento limpo, seco e isento de óleos.

Materiais descritos na planilha orçamentária para a implantação do projeto de sinalização viária horizontal onde a execução da obra será feita de acordo com o projeto. Os serviços deverão atender as exigências da ABNT NBR 15741, 13159, 15402 e 13132.

SINALIZAÇÃO VERTICAL:-

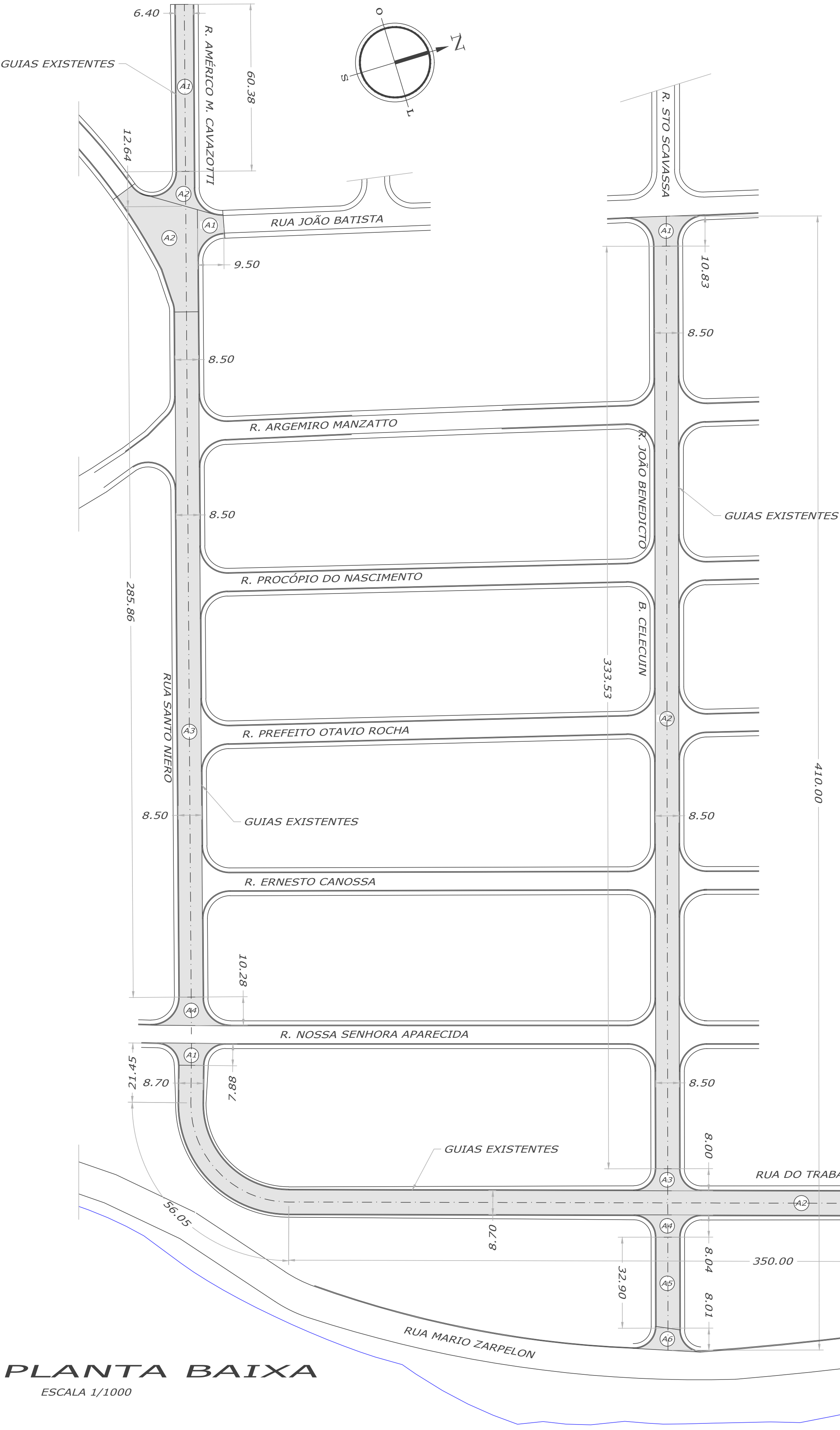
Serão instaladas placas de sinalização em chapa de aço tipo NB 1010/1020 com espessura de 1,25 mm, bitola 18, ou espessura de 1,50 mm, bitola 16 – ABNT NBR 11904, totalmente refletiva com película IA/IA – ABNT NBR 14644, com abraçadeira, parafusos e porcas para fixação da placa, fixadas em suportes em tubo de aço galvanizado de diâmetro de 2 ½". Para o chumbamento do suporte, será executado um furo com profundidade mínima de 0,5 m, que receberá concreto de FCK = 15MPa, com preparo mecânico em betoneira.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES:-

Deverá ser instalada a placa de identificação da obra no local indicado pelo responsável da fiscalização.

Após a finalização dos serviços de recapeamento asfáltico, deverá ser feito o levantamento planimétrico das áreas pavimentadas e a documentação entregue ao responsável pela fiscalização do contrato em arquivo digital e impresso com a ART ou RRT do responsável pelo levantamento.

*Autor do projeto
Eng. Civil Carlos Roberto Lavezzo
CREA - 5060266178*



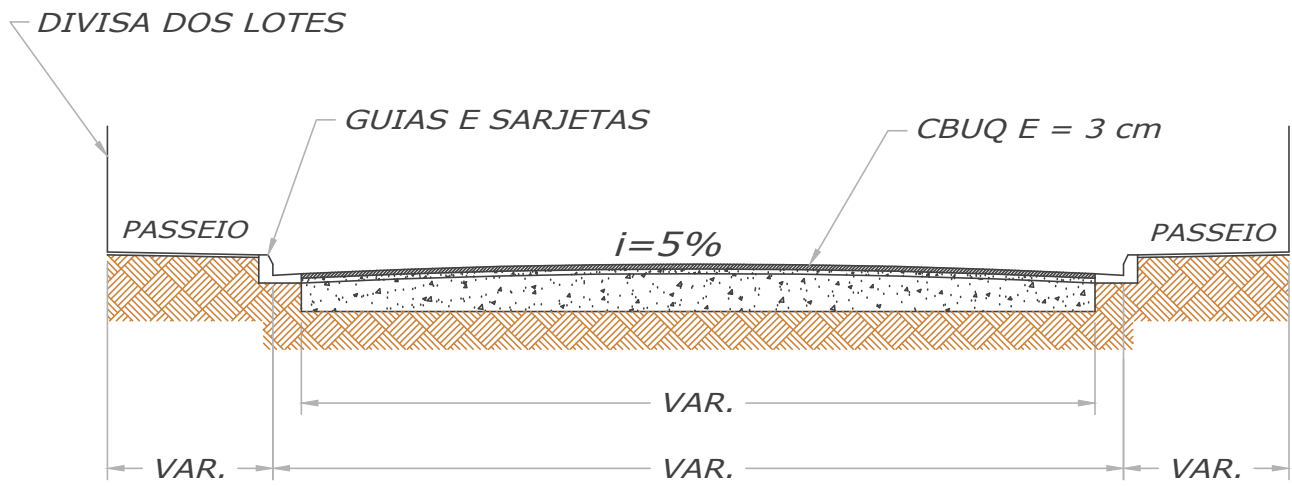
R. AMÉRICO CAVAZOTTI	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	386,43 m²
ÁREA - A2	120,67 m²
TOTAL	507,10 m²

RUA JOÃO BENEDICTO B. CELEGUIN	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	135,71 m²
ÁREA - A2	2.833,03 m²
ÁREA - A3	95,47 m²
ÁREA - A4	95,78 m²
ÁREA - A5	279,53 m²
ÁREA - A6	95,72 m²
TOTAL	3.535,24 m²

RUA SANTO NIERO	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	90,62 m²
ÁREA - A2	679,92 m²
ÁREA - A3	2.105,45 m²
ÁREA - A4	128,90 m²
TOTAL	3.004,89 m²

RUA DO TRABALHADOR	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	97,13 m²
ÁREA - A2	3.568,92 m²
ÁREA - A3	108,10 m²
TOTAL	3.774,15 m²

DETALHE DOS PERFIS DE RUA
S/ ESCALA



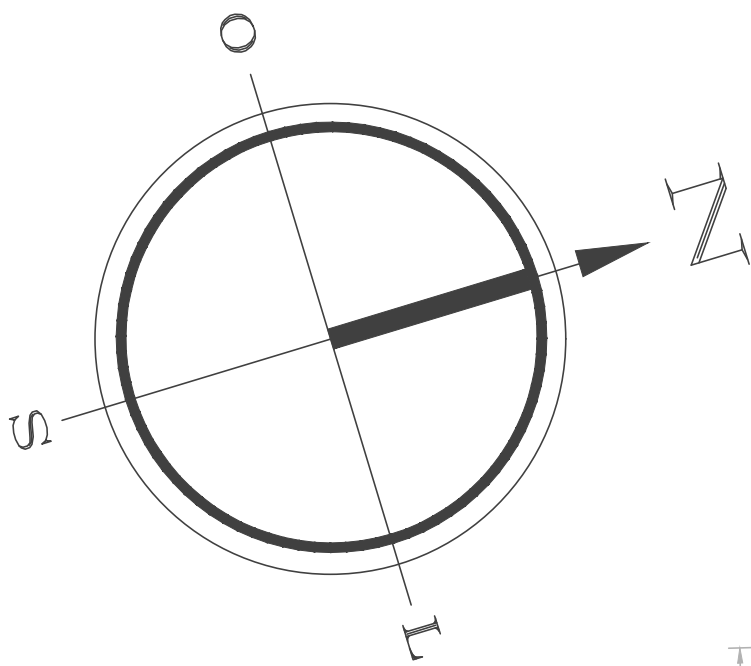
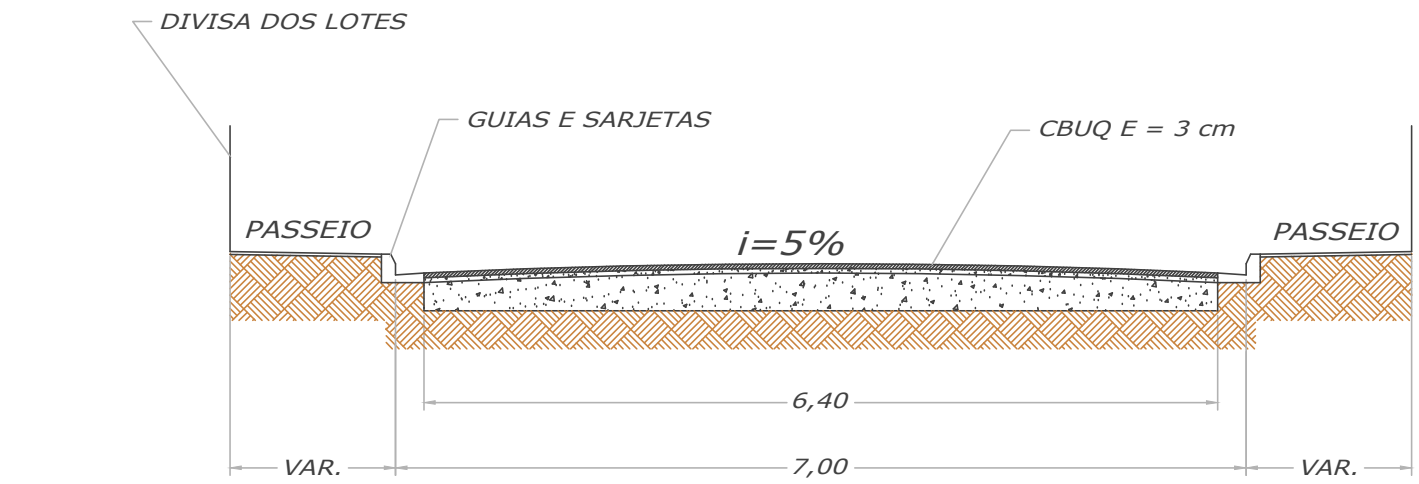
PLANTA BAIXA
ESCALA 1/1000

NOTAS :-
-DIMENSÕES EM METROS.

Platagem	
Perna	Exp.
01 (cor 07)	0,10
02 (cor 07)	0,20
03 (cor 07)	0,25
04 (cor 07)	0,35
05 (cor 07)	0,45
06 (cor 07)	0,60
07	0,70
08	0,18
09	0,18
10	0,18
30	0,18
35	0,18
160	0,18
170	0,18
210	0,18
Demais	0,18

Platar com as cores correspondentes, menos a perna 02.

DETALHE DOS PERFIS DE RUA
S/ ESCALA



PLANTA BAIXA
ESCALA 1/50

RUA JOSÉ NORIS	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	48,27 m²
ÁREA - A2	604,95 m²
TOTAL	653,22 m²

R. ANTHERO MORATORI	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	52,35 m²
ÁREA - A2	775,36 m²
ÁREA - A3	111,44 m²
TOTAL	939,15 m²

R. FRANCISCO VILALVA	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	49,71 m²
ÁREA - A2	1.042,17 m²
ÁREA - A3	108,07 m²
TOTAL	1.199,95 m²

RUA STO SCAVASSA	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	50,63 m²
ÁREA - A2	970,81 m²
ÁREA - A3	108,30 m²
TOTAL	1.129,74 m²

RUA GUIDO DALDOSSO	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	49,23 m²
ÁREA - A2	1.120,12 m²
ÁREA - A3	103,08 m²
TOTAL	1.272,43 m²

RESUMO GERAL DA RUA	
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	
ÁREA TOTAL DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	5.194,49 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

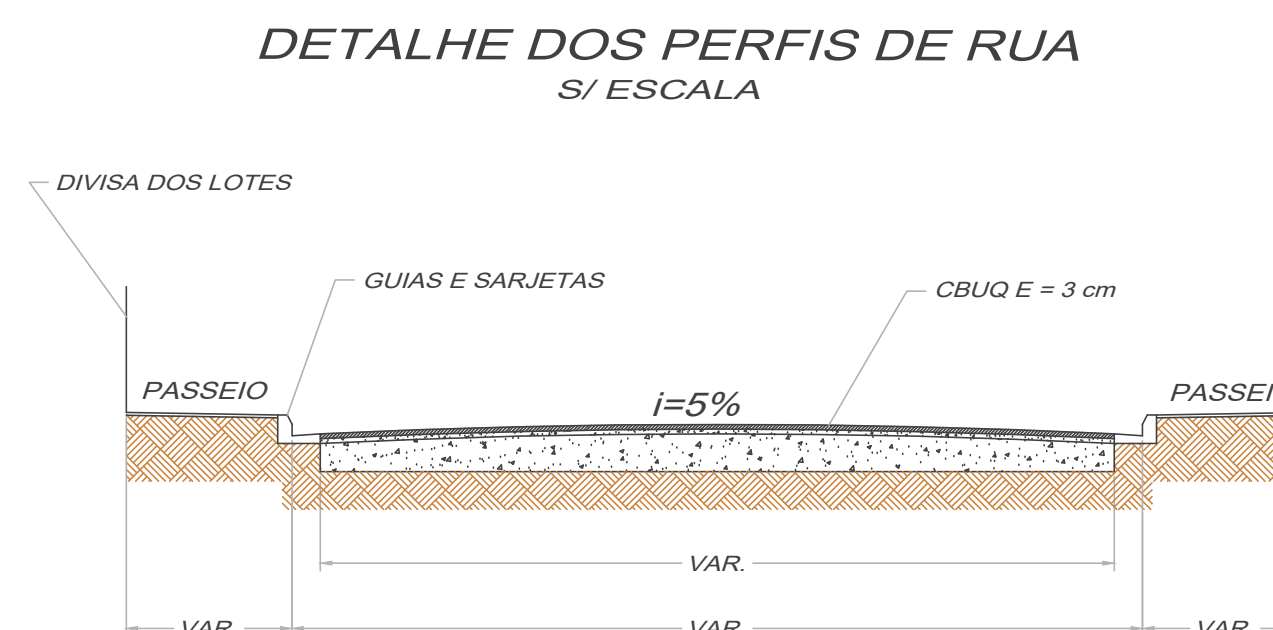
PROPRIET:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
OBRA:	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO
LOCAL:	RUAS JOSÉ NORIS, ANTHERO MORATORI, SANTO SCAVASSA, FRANCISCO VILALVA E GUIDO DALDOSSO - JARDIM TRIUNFO 78 - PEDREIRA - SP
DES:	LAVEZZO
DATA:	05/12/2023
ESCALA:	INDIC.
FOLHA:	01/01

Pedreira

Pedreira

Pedreira

Pintagem	
Pena	Esp.
01 (cor 01)	0,10
02 (cor 02)	0,20
03 (cor 03)	0,25
04 (cor 04)	0,35
05 (cor 07)	0,45
06 (cor 07)	0,60
07	0,70
08	0,18
09	0,18
10	0,18
30	0,18
35	0,18
160	0,18
170	0,18
210	0,18
Dieta	0,18
Pintar com as cores correspondentes, menos a pena 02.	



RUA GUIDO DALDOSSO	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	120,93 m²
ÁREA - A2	1.516,54 m²
ÁREA - A3	343,91 m²
TOTAL	1.981,38 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

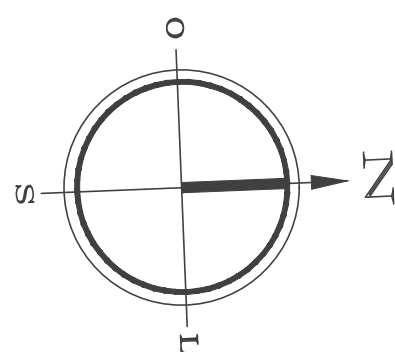
AUTOR DO PROJETO

ENG^o CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5080266178

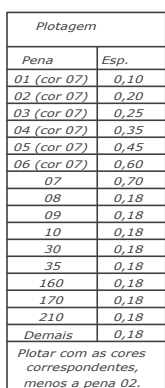
ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO				
PROPRIET.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA			
OBRA:	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO			
LOCAL:	RUAS NOSSA SENHORA APARECIDA (PARCIAL) TRIUNFO 78 - PEDREIRA - SP			
DES.:	AVEZZO	DATA:	05/12/2023	FOLHA: 01/01
		ESCALA:	INDIC.	



DETALHE DOS PERFIS DE RUA
S/ ESCALA



<i>RUA JOSÉ STRANIERI</i>	
<i>RECAPEAM. ASFÁLTICO</i>	
<i>ÁREA - A1</i>	<i>4.309,29 m²</i>
<i>TOTAL</i>	<i>4.309,29 m²</i>

RESUMO GERAL DA RUA	
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	
ÁREA TOTAL DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	4.309,29 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

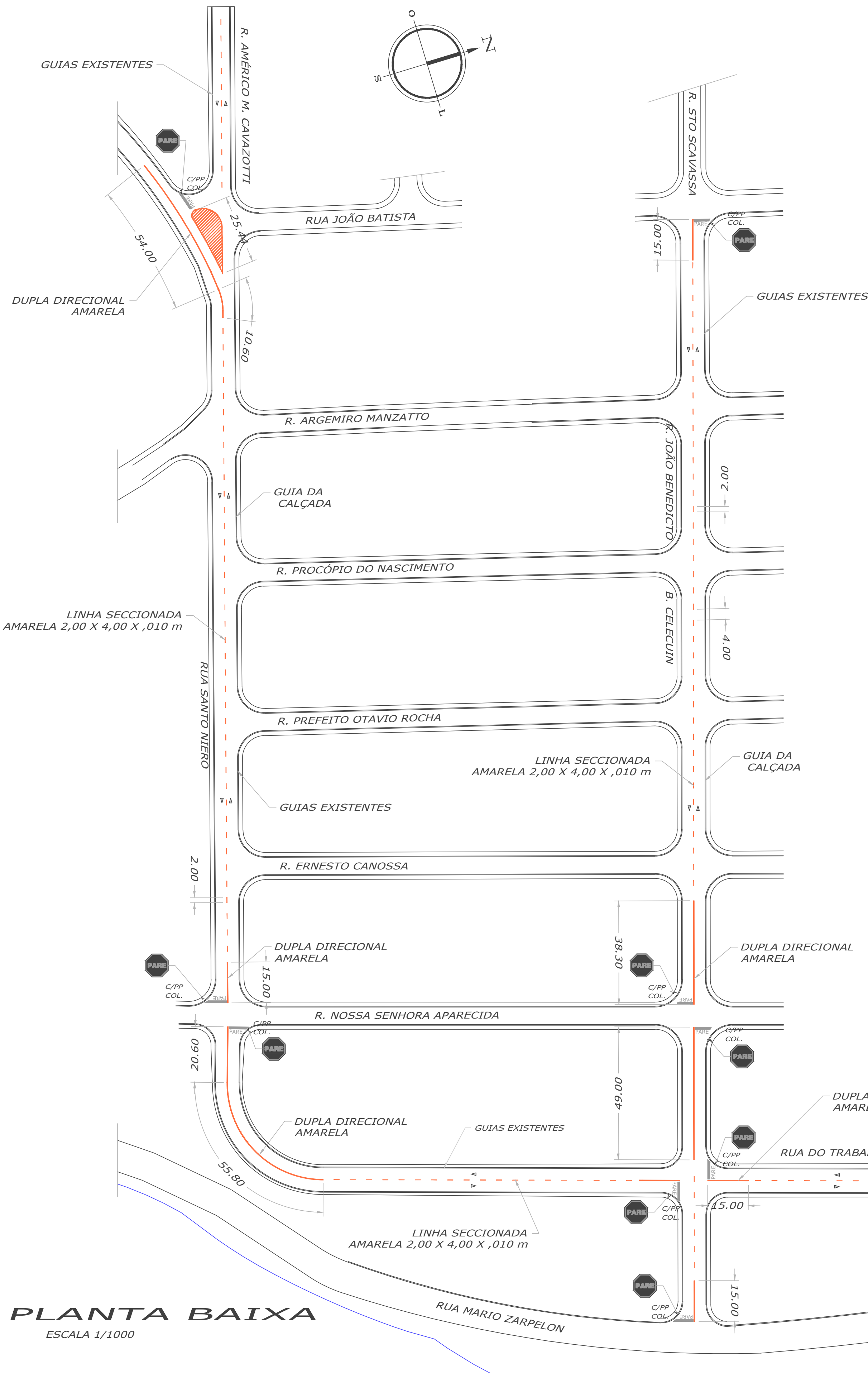
AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

PROPRIET. <i>PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA</i>			
OBRA <i>RECAPEAMENTO ASFÁLTICO</i>			
LOCAL <i>RUA JOSÉ STRANIERI - JARDIM DO YPÊ PEDREIRA - SP</i>			
DES. <i>LAVEZZO</i>	DATA <i>05/12/2023</i>	ESCALA <i>INDIC.</i>	FOLHA <i>01/01</i>





PLANTA BAIXA
ESCALA 1/1000

TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES

	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SIMBOLOS E LETRAS	BRANCA	44,00 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	199,40 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	-----

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

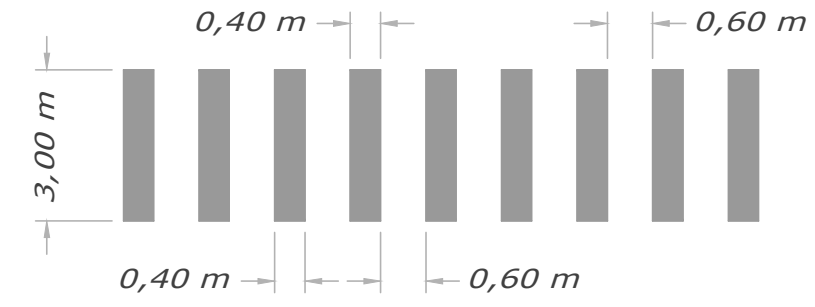
ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIARIA

PROPRIET.	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
OBRA	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
LOCAL	RUAS AMÉRICO CAVAZOTTI, SANTO NIERO, JOÃO BENEDICTO B. CELEGUIN E RUA DO TRABALHADOR JARDIM TRIUNFO 78 - PEDREIRA - SP
DES.	LAVEZZO
DATA	05/12/2023
ESCALA	INDIC.
FOLHA	01/01

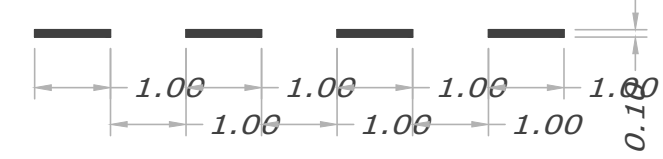


FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES S/ESC



(MATERIAL - TERMOPLASTICO)

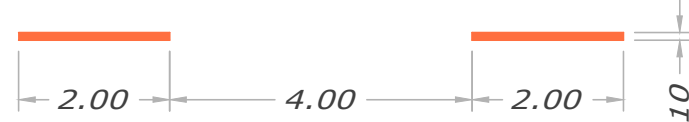
DETALHE - LINHA SECCIONADA BRANCA 1,0X1,0X0,10m



DETALHE - DUPLA DIRECIONAL AMARELA 0,10m

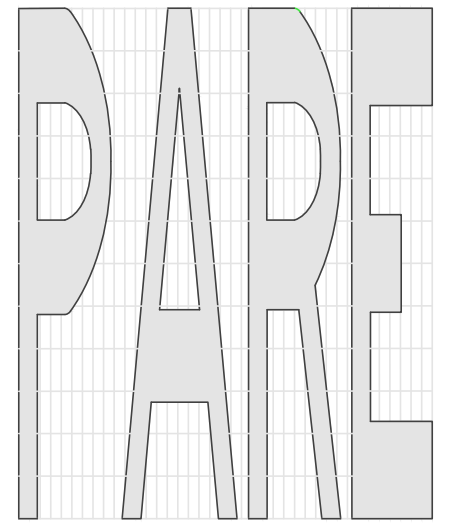


DETALHE - LINHA SECCIONADA AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m



(MATERIAL - HOT SPRAY)

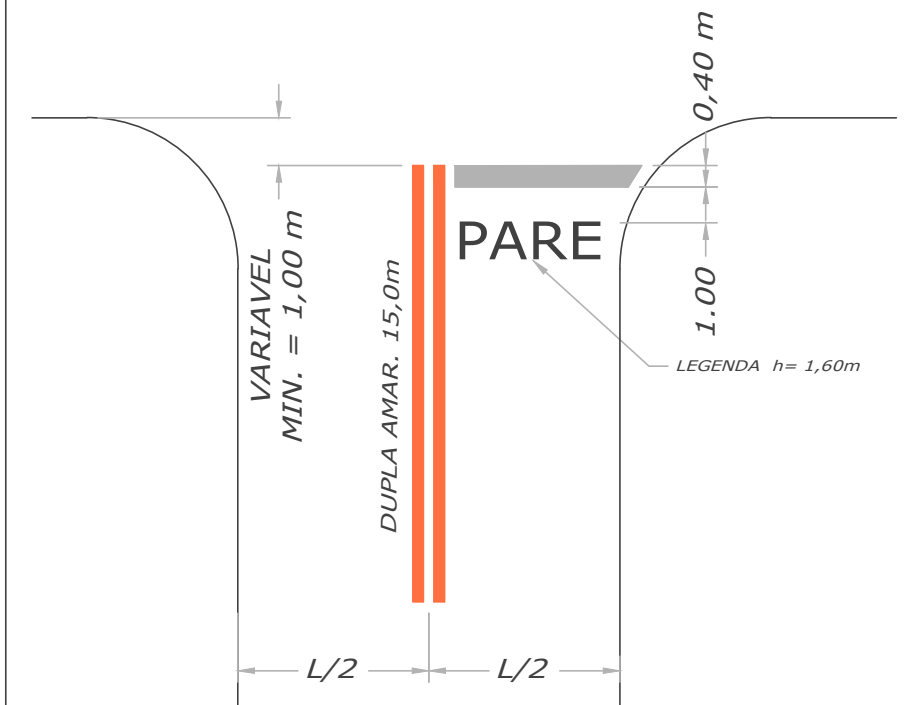
LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM.=1,95m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m

(MATERIAL - LAMINADO)

DETALHE CRUZAMENTO S/ESC

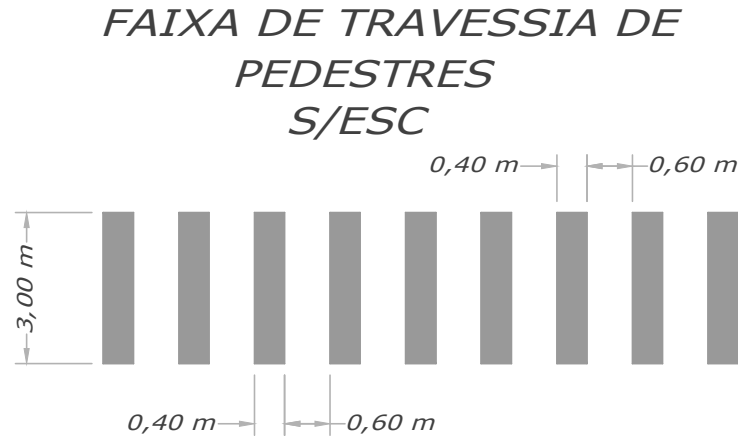
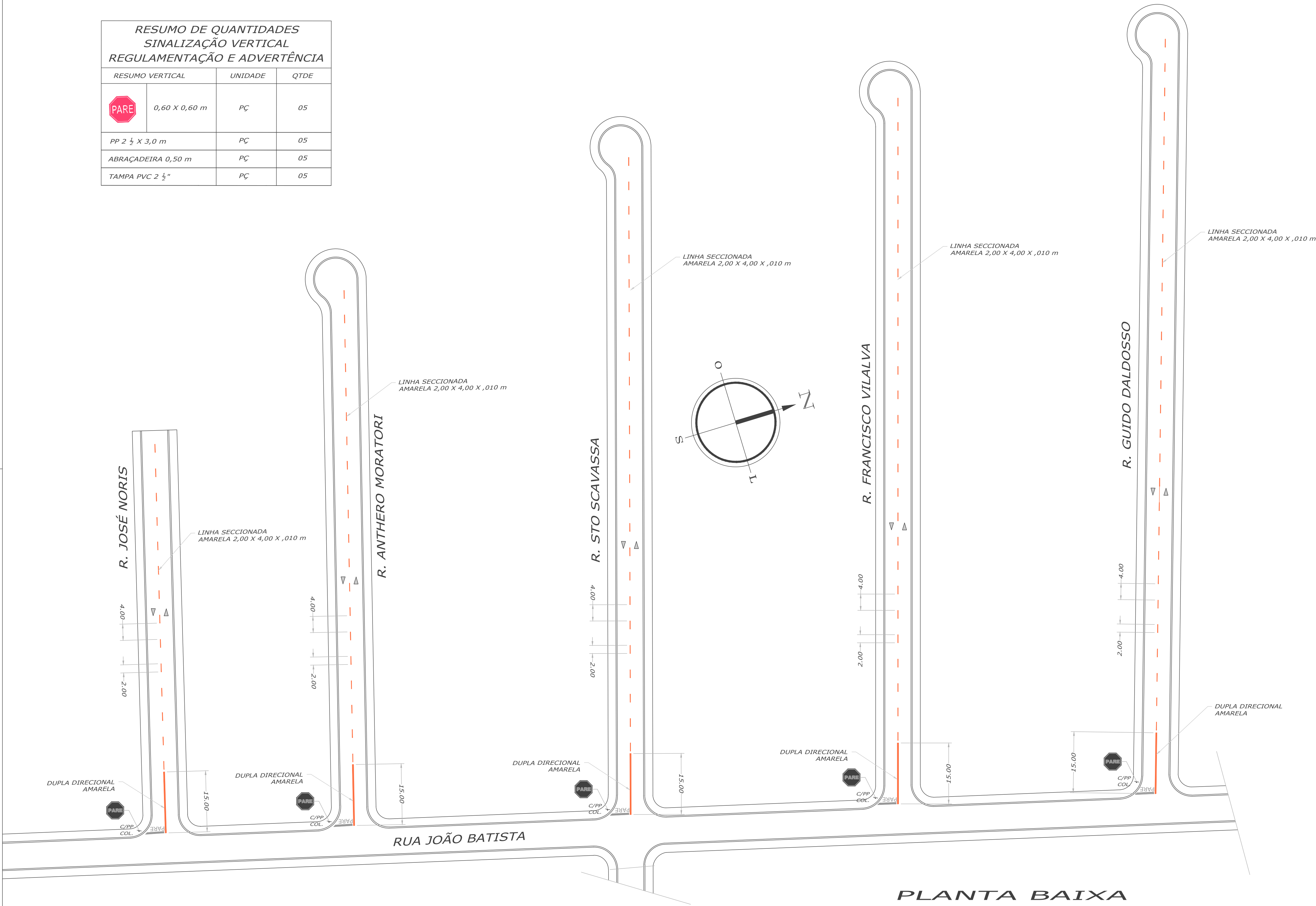


(MATERIAL - HOT SPRAY)

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA

RESUMO VERTICAL	UNIDADE	QTDE
 0,60 x 0,60 m	PÇ	10
PP 2 ½ x 3,0 m	PÇ	10
ABRAÇADEIRA 0,50 m	PÇ	10
TAMPA PVC 2 ½"	PÇ	10

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA			
RESUMO VERTICAL	UNIDADE	QTDE	
 0,60 X 0,60 m	PÇ	05	
PP 2 ½ X 3,0 m	PÇ	05	
ABRAÇADEIRA 0,50 m	PÇ	05	
TAMPA PVC 2 ½"	PÇ	05	



(MATERIAL - TERMOPLASTICO)

DETALHE - LINHA SECCIONADA
BRANCA 1,0X1,0X0,10m



DETALHE - DUPLA DIRECIONAL
AMARELA 0,10m

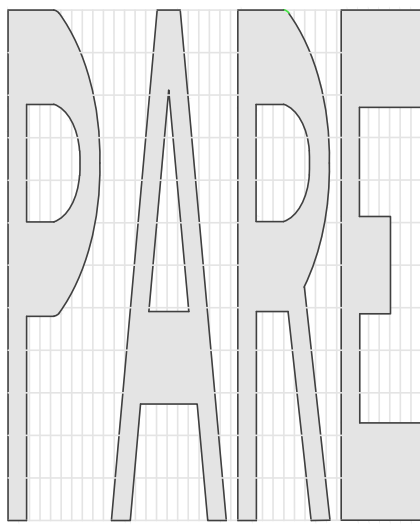


DETALHE - LINHA SECCIONADA
AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m



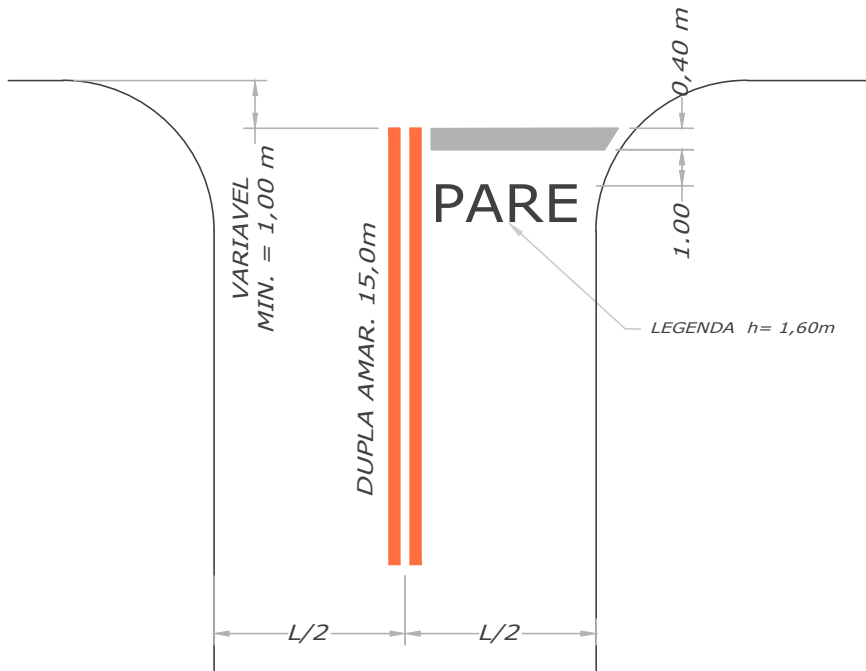
(MATERIAL - HOT SPRAY)

LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM. = 1,95m
ALTURA DA LEGENDA = 1,60m
(MATERIAL - LAMINADO)

DETALHE CRUZAMENTO
S/ESC



(MATERIAL - HOT SPRAY)

TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES

	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SIMBOLOS E LETRAS	BRANCA	22,00 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	37,80 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	-----

PLANTA BAIXA
ESCALA 1/500

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

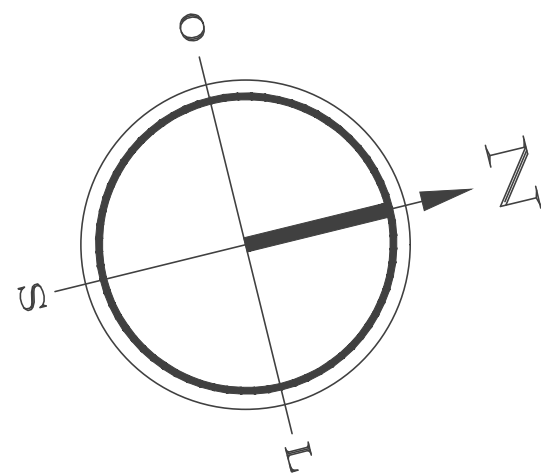
AUTOR DO PROJETO
ENGO CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

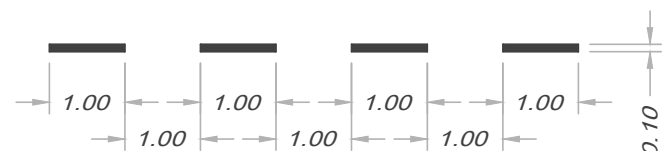
PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIARIA

PROPRIET.	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
OBRA	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
LOCAL	RUAS JOSÉ NORIS, ANTHERO MORATORI, STO SCAVASSA FRANCISCO VILALVA E GUIDO DALDOSSO - JARDIM TRIUNFO 78 - PEDREIRA - SP
DES.	LAVEZZO
DATA	05/12/2023
ESCALA	INDIC.
FOLHA	01/01

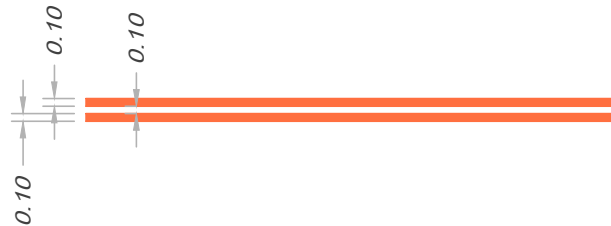




DETALHE - LINHA SECCIONADA
BRANCA 1,0X1,0X0,10m



DETALHE - DUPLA DIRECIONAL
AMARELA 0,10m

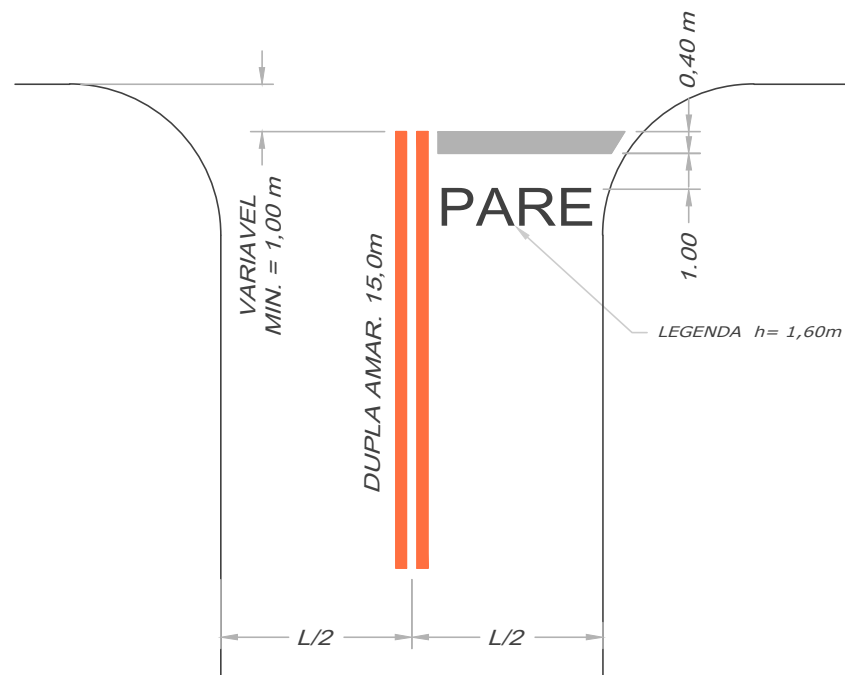


DETALHE - LINHA SECCIONADA
AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m



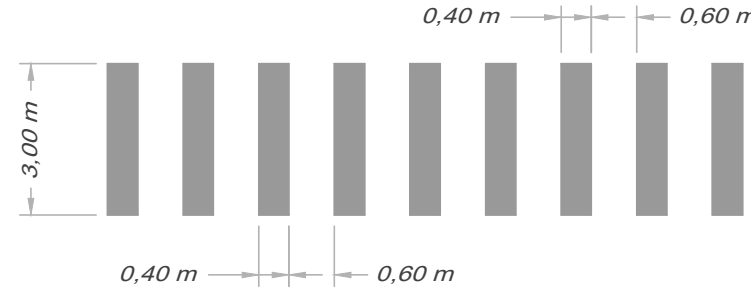
(MATERIAL - HOT SPRAY)

DETALHE CRUZAMENTO
S/ESC



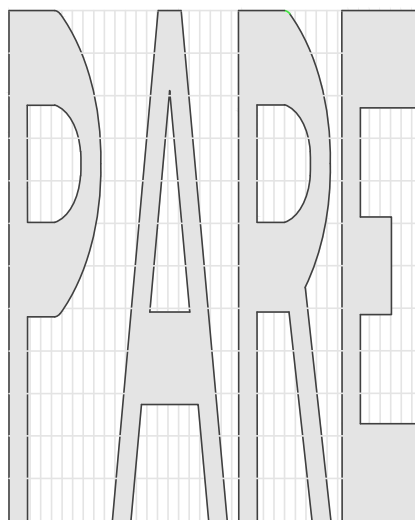
(MATERIAL - HOT SPRAY)

FAIXA DE TRAVESSIA DE
PEDESTRES
S/ESC



(MATERIAL - TERMOPLASTICO)

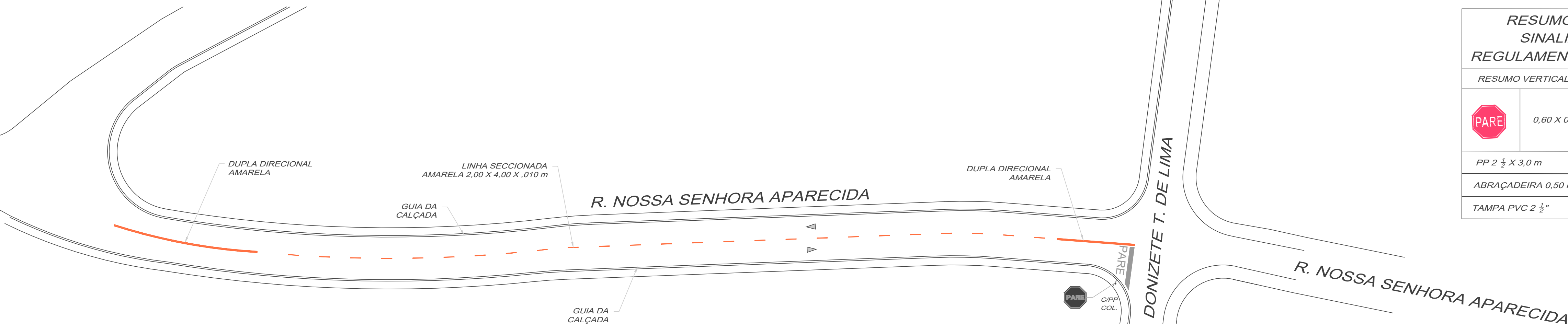
LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM.=1,95m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m

(MATERIAL - LAMINADO)

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA			
RESUMO VERTICAL	UNIDADE	QTDE	
 0,60 X 0,60 m	PÇ	01	
PP 2 1/2 X 3,0 m	PÇ	01	
ABRAÇADEIRA 0,50 m	PÇ	01	
TAMPA PVC 2 1/2"	PÇ	01	



PLANTA BAIXA
ESCALA 1/500

Protagem
Proteção
01 0,10
02 0,20
03 0,30
04 0,40
05 0,50
06 0,60
07 0,70
08 0,80
09 0,90
10 1,00
11 1,10
12 1,20
13 1,30
14 1,40
15 1,50
16 1,60
17 1,70
18 1,80
19 1,90
20 2,00
21 2,10
22 2,20
23 2,30
24 2,40
25 2,50
26 2,60
27 2,70
28 2,80
29 2,90
30 3,00
31 3,10
32 3,20
33 3,30
34 3,40
35 3,50
36 3,60
37 3,70
38 3,80
39 3,90
40 4,00
41 4,10
42 4,20
43 4,30
44 4,40
45 4,50
46 4,60
47 4,70
48 4,80
49 4,90
50 5,00
51 5,10
52 5,20
53 5,30
54 5,40
55 5,50
56 5,60
57 5,70
58 5,80
59 5,90
60 6,00
61 6,10
62 6,20
63 6,30
64 6,40
65 6,50
66 6,60
67 6,70
68 6,80
69 6,90
70 7,00
71 7,10
72 7,20
73 7,30
74 7,40
75 7,50
76 7,60
77 7,70
78 7,80
79 7,90
80 8,00
81 8,10
82 8,20
83 8,30
84 8,40
85 8,50
86 8,60
87 8,70
88 8,80
89 8,90
90 9,00
91 9,10
92 9,20
93 9,30
94 9,40
95 9,50
96 9,60
97 9,70
98 9,80
99 9,90
100 10,00

TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES

70.02.013	70.02.014	70.02.016
DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SIMBOLOS E LETRAS	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS
BRANCA	AMARELA	BRANCA
4,72 m²	13,60 m²	-----

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

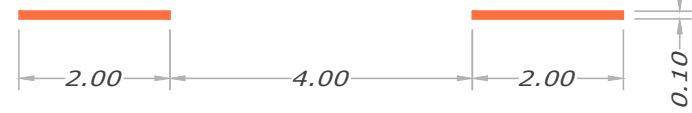
PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIARIA

PROPRIET:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
OBRA:	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
LOCAL:	RUAS NOSSA SENHORA APARECIDA (PARCIAL) TRIUNFO 78 - PEDREIRA - SP
DES:	LAVEZZO
DATA:	05/12/2023
ESCALA:	INDIC.
FOLHA:	01/01



RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA			
RESUMO VERTICAL	UNIDADE	QTDE	
 0,60 X 0,60 m	PÇ	01	
PP 2 ½ X 3,0 m	PÇ	01	
ABRACADEIRA 0,50 m	PÇ	01	
TAMPA PVC 2 ½"	PÇ	01	

DETALHE - LINHA SECCIONADA
AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m

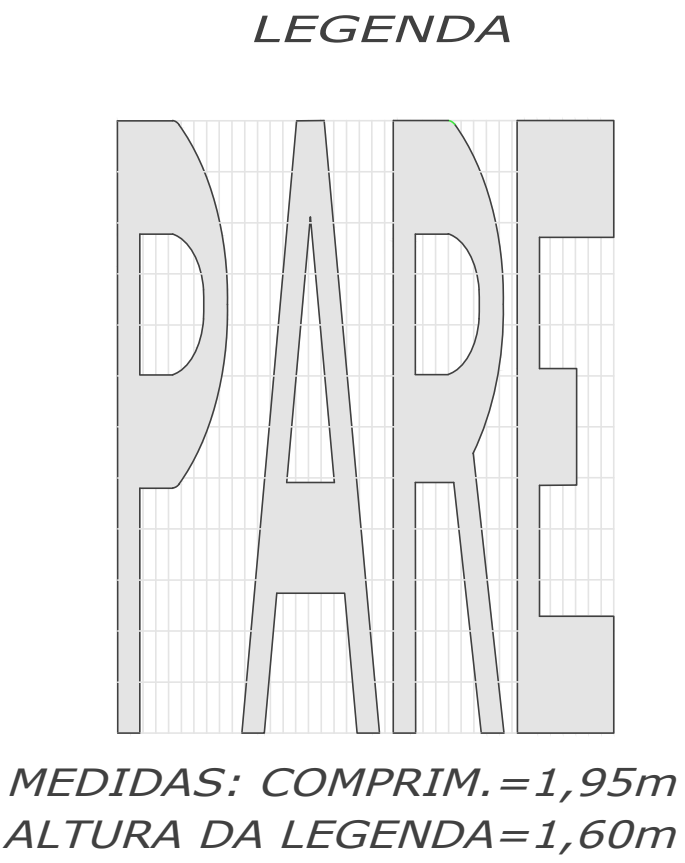


(MATERIAL - HOT SPRAY)

DETALHE - LINHA SECCIONADA
BRANCA 1,0X1,0X0,10m

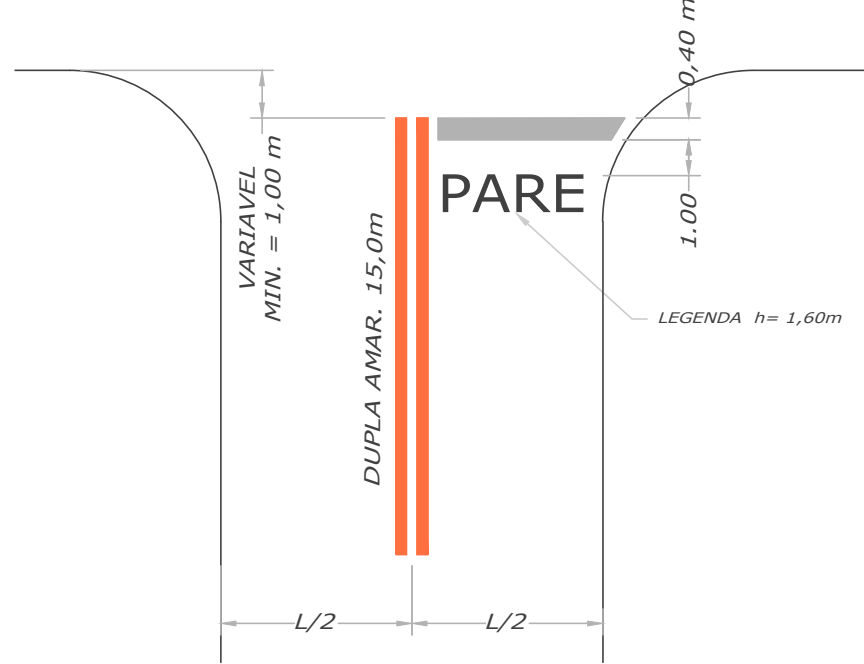


DETALHE - DUPLA DIRECIONAL
AMARELA 0,10m



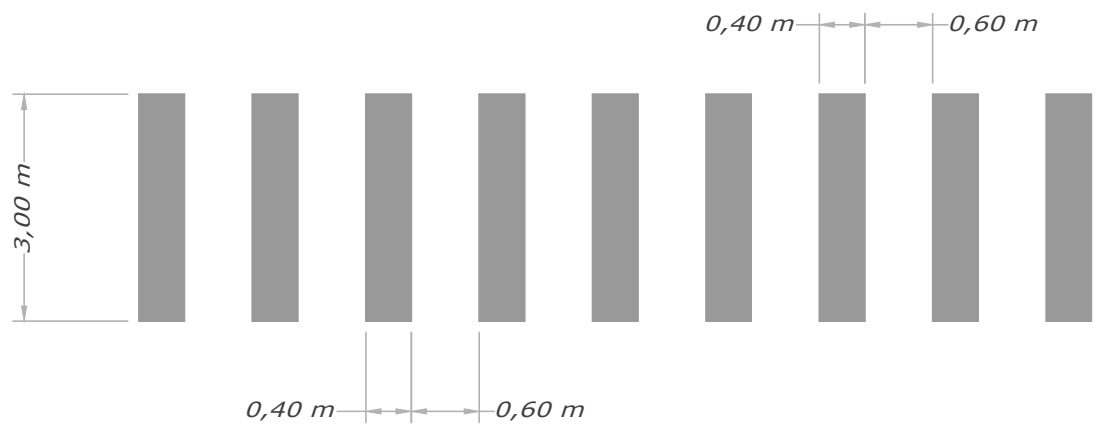
(MATERIAL - LAMINADO)

DETALHE CRUZAMENTO
S/ESC

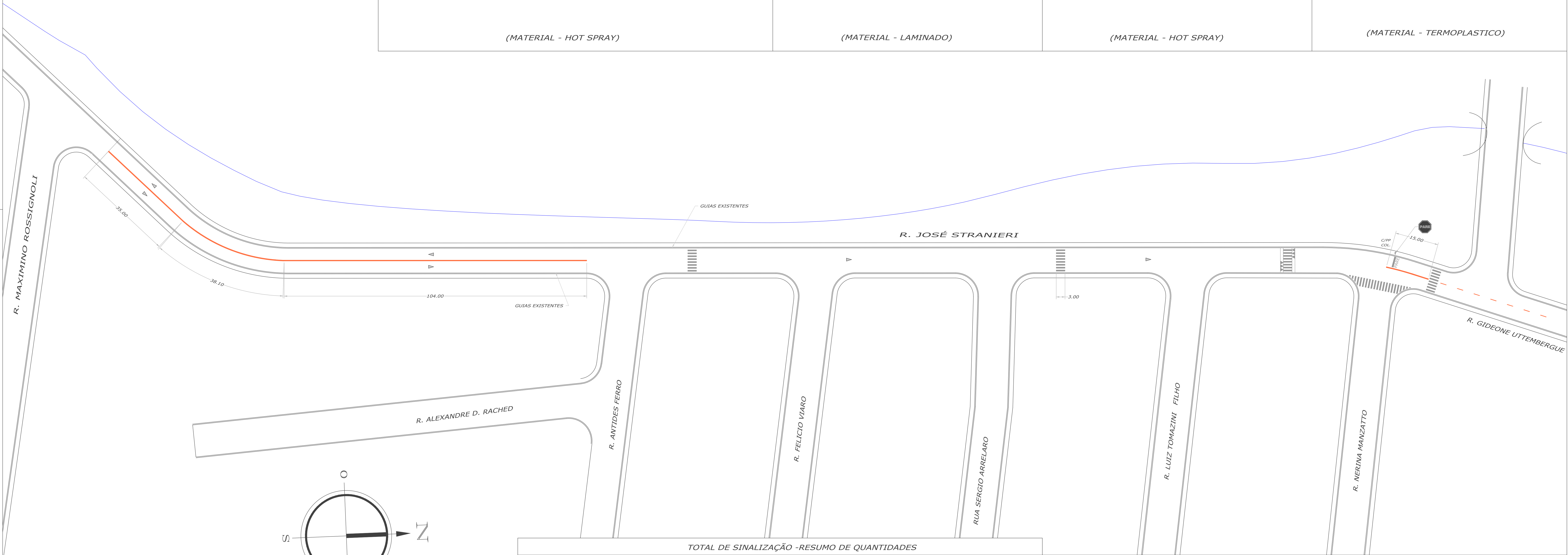


(MATERIAL - HOT SPRAY)

FAIXA DE TRAVESSIA DE
PEDESTRES
S/ESC



(MATERIAL - TERMOPLASTICO)



PLANTA BAIXA
ESCALA 1/500

TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES			
	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SIMBOLOS E LETRAS	BRANCA	4,40 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	44,66 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	61,20 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENRQ CIVIL CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - SP/02564170

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIARIA

PROJET: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
LOCAL: RUA JOSÉ STRANIERI - JARDIM DO YPÊ
PEDREIRA - SP
DES: LAVEZZO DATA: 05/12/2023 ESCALA: INDIC: 01/01



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA						
OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
LOCAL		Ruas Ricardo Milanez, Salvio Steula, Armando Alfaced, Felicio Ferrari, João Lucio de Moraes, José Rabetti, Aurelio Rigobelli (01), Luis Moratori, Travessa José Rabetti (ponte Triunfo 79), Angelo Scarpatto, Antonio Provatti, Luiz P. Faria, Flor do Ypê, Procópio do Nascimento, Ernesto Canossa e Aurélio Rigobelli (02) - Jardim Triunfo 79 - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA		
DATA		30/11/2023		Nº 5060266178		
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
JARDIM TRIUNFO 79						
RUA RICARDO MILANEZ						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	899,16	R\$ 0,71	R\$ 638,40
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	899,16	R\$ 61,63	R\$ 55.415,23
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	31,40	R\$ 77,11	R\$ 2.421,25
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	6,60	R\$ 70,26	R\$ 463,72
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	20,40	R\$ 108,92	R\$ 2.221,97
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 63.894,82
RUA SALVIO STEULA						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.011,89	R\$ 0,71	R\$ 718,44
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.011,89	R\$ 61,63	R\$ 62.362,78
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	11,20	R\$ 77,11	R\$ 863,63
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	6,80	R\$ 70,26	R\$ 477,77
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 67.156,87
RUA ARMANDO ALFACE						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.110,77	R\$ 0,71	R\$ 788,65
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.110,77	R\$ 61,63	R\$ 68.456,76
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	11,60	R\$ 77,11	R\$ 894,48
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	7,20	R\$ 70,26	R\$ 505,87
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47
					SUBTOTAL	R\$ 73.380,01

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			Prefeitura de PEDREIRA Trabalhando por Você			
LOCAL		Ruas Ricardo Milanez, Salvio Steula, Armando Alfaca, Felício Ferrari, João Lucio de Moraes, José Rabetti, Aurelio Rigobelli (01), Luis Moratori, Travessa José Rabetti (ponte Triunfo 79), Angelo Scarpatto, Antonio Provatti, Luiz P. Faria, Flor do Ypê, Procópio do Nascimento, Ernesto Canossa e Aurélio Rigobelli (02) - Jardim Triunfo 79 - Pedreira - SP.						
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA				
DATA		30/11/2023		Nº 5060266178				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL		
		RUA FELICIO FERRARI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	1.343,27	R\$ 0,71	R\$ 953,72		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Limpeza, regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	1.343,27	R\$ 61,63	R\$ 82.785,73		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	13,00	R\$ 77,11	R\$ 1.002,43		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	8,60	R\$ 70,26	R\$ 604,24		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47		
					SUBTOTAL	R\$ 88.080,37		
		RUA JOÃO LUCIO DE MORAES						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	2.212,41	R\$ 0,71	R\$ 1.570,81		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	2.212,41	R\$ 61,63	R\$ 136.350,83		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	98,70	R\$ 77,11	R\$ 7.610,76		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	29,20	R\$ 209,37	R\$ 6.113,60		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	28,70	R\$ 70,26	R\$ 2.016,46		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	40,80	R\$ 108,92	R\$ 4.443,94		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	1,08	R\$ 1.548,76	R\$ 1.672,66		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	3,00	R\$ 1.255,47	R\$ 3.766,41		
					SUBTOTAL	R\$ 163.545,47		
		RUA JOSÉ RABETTI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	2.848,29	R\$ 0,71	R\$ 2.022,29		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	2.848,29	R\$ 61,63	R\$ 175.540,11		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	54,60	R\$ 77,11	R\$ 4.210,21		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	13,20	R\$ 209,37	R\$ 2.763,68		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	21,00	R\$ 70,26	R\$ 1.475,46		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	20,40	R\$ 108,92	R\$ 2.221,97		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	1,08	R\$ 1.548,76	R\$ 1.672,66		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	3,00	R\$ 1.255,47	R\$ 3.766,41		
					SUBTOTAL	R\$ 193.672,79		

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			Prefeitura de PEDREIRA Trabalhando por Você			
LOCAL		Ruas Ricardo Milanez, Salvio Steula, Armando Alfaca, Felicio Ferrari, João Lucio de Moraes, José Rabetti, Aurelio Rigobelli (01), Luis Moratori, Travessa José Rabetti (ponte Triunfo 79), Angelo Scarpatto, Antonio Provatti, Luiz P. Faria, Flor do Ypê, Procópio do Nascimento, Ernesto Canossa e Aurélio Rigobelli (02) - Jardim Triunfo 79 - Pedreira - SP.						
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA				
DATA		30/11/2023		Nº 5060266178				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL		
		RUA AURÉLIO RIGOBELLI (01)						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	472,05	R\$ 0,71	R\$ 335,16		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Limpeza, regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	472,05	R\$ 61,63	R\$ 29.092,44		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	9,20	R\$ 77,11	R\$ 709,41		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,40	R\$ 209,37	R\$ 921,23		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	4,80	R\$ 70,26	R\$ 337,25		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,36	R\$ 1.548,76	R\$ 557,55		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	1,00	R\$ 1.255,47	R\$ 1.255,47		
					SUBTOTAL	R\$ 33.208,51		
		RUA LUIS MORATORI						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	383,15	R\$ 0,71	R\$ 272,04		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	383,15	R\$ 61,63	R\$ 23.613,53		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	38,36	R\$ 77,11	R\$ 2.957,94		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	10,36	R\$ 70,26	R\$ 727,89		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	19,20	R\$ 108,92	R\$ 2.091,26		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94		
					SUBTOTAL	R\$ 35.131,17		
		TRAVESSA JOSÉ RABETTI - (PONTE TRIUNFO 79)						
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	703,67	R\$ 0,71	R\$ 499,61		
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	703,67	R\$ 61,63	R\$ 43.367,18		
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	59,92	R\$ 77,11	R\$ 4.620,43		
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46		
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	12,72	R\$ 70,26	R\$ 893,71		
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	38,40	R\$ 108,92	R\$ 4.182,53		
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11		
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94		
					SUBTOTAL	R\$ 59.031,97		

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			Prefeitura de PEDREIRA Trabalhando por Você 	
LOCAL		Ruas Ricardo Milanez, Salvio Steula, Armando Alfice, Felicio Ferrari, João Lucio de Moraes, José Rabetti, Aurelio Rigobelli (01), Luis Moratori, Travessa José Rabetti (ponte Triunfo 79), Angelo Scarpatto, Antonio Provatti, Luiz P. Faria, Flor do Ypê, Procópio do Nascimento, Ernesto Canossa e Aurélio Rigobelli (02) - Jardim Triunfo 79 - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178		
DATA		30/11/2023				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
		RUA ANGELO SCARPATTO				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	3.654,91	R\$ 0,71	R\$ 2.594,99
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	3.654,91	R\$ 61,63	R\$ 225.252,10
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	118,10	R\$ 77,11	R\$ 9.106,69
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	56,10	R\$ 209,37	R\$ 11.745,66
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	18,80	R\$ 70,26	R\$ 1.320,89
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	43,20	R\$ 108,92	R\$ 4.705,34
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	1,08	R\$ 1.548,76	R\$ 1.672,66
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	3,00	R\$ 1.255,47	R\$ 3.766,41
					SUBTOTAL	R\$ 260.164,74
		RUA ANTONIO PROVATTI				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	4.776,18	R\$ 0,71	R\$ 3.391,09
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	4.776,18	R\$ 61,63	R\$ 294.355,97
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	163,54	R\$ 77,11	R\$ 12.610,57
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	76,80	R\$ 209,37	R\$ 16.079,62
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	43,54	R\$ 70,26	R\$ 3.059,12
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	43,20	R\$ 108,92	R\$ 4.705,34
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2' e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 337.827,76
		RUA LUIZ P. FARIA				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	753,03	R\$ 0,71	R\$ 534,65
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	753,03	R\$ 61,63	R\$ 46.409,24
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	4,40	R\$ 77,11	R\$ 339,28
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	4,40	R\$ 70,26	R\$ 309,14
					SUBTOTAL	R\$ 47.592,31
		RUA FLOR DO YPÊ				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	2.607,58	R\$ 0,71	R\$ 1.851,38
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	2.607,58	R\$ 61,63	R\$ 160.705,16
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	58,24	R\$ 77,11	R\$ 4.490,89
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	17,44	R\$ 209,37	R\$ 3.651,41
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	40,80	R\$ 70,26	R\$ 2.866,61
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	1,08	R\$ 1.548,76	R\$ 1.672,66

OBRA		SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			Prefeitura de PEDREIRA Trabalhando por Você 	
LOCAL		Ruas Ricardo Milanez, Salvio Steula, Armando Alfaced, Felicio Ferrari, João Lucio de Moraes, José Rabetti, Aurelio Rigobelli (01), Luis Moratori, Travessa José Rabetti (ponte Triunfo 79), Angelo Scarpato, Antonio Provatti, Luiz P. Faria, Flor do Ypê, Procópio do Nascimento, Ernesto Canossa e Aurélio Rigobelli (02) - Jardim Triunfo 79 - Pedreira - SP.				
OBJETO		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		RESP TÉCNICO - CARLOS ROBERTO LAVEZZO - CREA Nº 5060266178		
DATA		30/11/2023				
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2´ e comprimento de 3,6 m	UNID.	3,00	R\$ 1.255,47	R\$ 3.766,41
					SUBTOTAL	R\$ 179.004,52
		RUA PROCÓPIO DO NASCIMENTO				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	456,28	R\$ 0,71	R\$ 323,96
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	456,28	R\$ 61,63	R\$ 28.120,54
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	15,80	R\$ 77,11	R\$ 1.218,34
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	7,00	R\$ 70,26	R\$ 491,82
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2´ e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 35.623,17
		RUA ERNESTO CANOSSA				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	588,10	R\$ 0,71	R\$ 417,55
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	588,10	R\$ 61,63	R\$ 36.244,60
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	25,16	R\$ 77,11	R\$ 1.940,09
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	4,00	R\$ 209,37	R\$ 837,48
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	11,56	R\$ 70,26	R\$ 812,21
CDHU	70.02.016	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por extrusão, espessura de 3,0 mm, para faixas	m²	9,60	R\$ 108,92	R\$ 1.045,63
					SUBTOTAL	R\$ 41.297,56
		RUA AURELIO RIGOBELLI (02)				
CDHU	54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	453,10	R\$ 0,71	R\$ 321,70
CDHU	COMPOSIÇÃO 01	Regularização do pavimento existente com binder, imprimação de 3 cm (acabado) de CBUQ de camada de rolamento asfáltico usinado a quente (conforme planilha de composição)	m²	453,10	R\$ 61,63	R\$ 27.924,55
CDHU	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	m²	21,00	R\$ 77,11	R\$ 1.619,31
CDHU	70.02.013	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para símbolos e letras	m²	8,80	R\$ 209,37	R\$ 1.842,46
CDHU	70.02.014	Sinalização horizontal em massa termoplástica à quente por aspersão, espessura de 1,5 mm, para faixas	m²	12,20	R\$ 70,26	R\$ 857,17
CDHU	70.03.001	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	m²	0,72	R\$ 1.548,76	R\$ 1.115,11
CDHU	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2´ e comprimento de 3,6 m	UNID.	2,00	R\$ 1.255,47	R\$ 2.510,94
					SUBTOTAL	R\$ 36.191,24
		SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	6,00	R\$ 913,45	R\$ 5.480,70
CDHU	01.20.010	Taxa de mobilização e desmobilização de equipamentos para execução de levantamento topográfico	TX	1,00	R\$ 1.183,91	R\$ 1.183,91
CDHU	01.20.280	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestres	m²	24.273,84	R\$ 0,17	R\$ 4.126,55
					SUBTOTAL	R\$ 10.791,16
					TOTAL DA OBRA	
					R\$ 1.725.594,44	
					TOTAL DA OBRA + BDI = 26,75%	
					R\$ 2.187.190,95	
					TOTAL GERAL	
					R\$ 2.187.190,95	
BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS - COM DESONERAÇÃO - DATA BASE NOVEMBRO 2023						
VERSÃO						
192						

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ITEM 03



OBRA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA

LOCAL JARDIM TRIUNFO 79 - MUNICIPIO DE PEDREIRA - SP

	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	DIAS								
		15 DIAS	30 DIAS	45 DIAS	60 DIAS	75 DIAS	90 DIAS	105 DIAS	120 DIAS	
Lote 03	JARDIM TRIUNFO 79	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	100,00%
		R\$ 273.398,86	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87
Total Simples		R\$ 273.398,86	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 273.398,87	R\$ 2.187.190,95
Total Acumulado		R\$ 273.398,86	R\$ 546.797,73	R\$ 820.196,60	R\$ 1.093.595,47	R\$ 1.366.994,34	R\$ 1.640.393,21	R\$ 1.913.792,08	R\$ 2.187.190,95	

MEMORIAL DESCRITIVO – ITEM 03

PROJETO:- Recapeamento asfáltico e sinalização viária.

LOCAL:- Conforme quadro abaixo.

PROPRIETÁRIO:- Prefeitura Municipal de Pedreira.

TOTAL DE ÁREA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:	
Jardim Triunfo 79	Total 24.273,84 m²
Rua Ricardo Milanez	899,16 m ²
Rua Salvio Steula	1.011,89 m ²
Rua Armando Alface	1.110,77 m ²
Rua Felício Ferrari	1.343,27 m ²
Rua João Lucio de Moraes	2.212,41 m ²
Rua José Rabetti	2.848,29 m ²
Rua Aurelio Rigobelli (01)	472,05 m ²
Rua Luis Moratori	383,15 m ²
Travessa José Rabetti – (Ponte Triunfo 79)	703,67 m ²
Rua Angelo Scarpatto	3.654,91 m ²
Rua Antonio Provatti	4.776,18 m ²
Rua Luis P. Faria	753,03 m ²
Rua Flor do Ypê	2.607,58 m ²
Rua Procópio Nascimento	456,28 m ²
Rua Ernesto Canossa	588,10 m ²
Rua Aurelio Rigobelli (02)	453,10 m ²
Total de área para recapeamento asfáltico (Item 03)	24.273,84 m²

CARACTERÍSTICAS:-

Aquisição de materiais e mão de obra para o recapeamento asfáltico e sinalização viária, de diversas ruas a serem executadas com concreto betuminoso usinado a quente com espessura de 3,00cm, sobre o pavimento existente de acordo com os projetos anexos.

SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA DE SEGURANÇA NAS OBRAS:-

A contratada deverá prover toda a sinalização provisória para desvio de tráfego nas vias públicas, com cavaletes, placas, cones, telas tipo tapume, etc., garantindo a segurança dos motoristas usuários, pedestres e funcionários nos locais de execução dos serviços.

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:-

Será feita a varrição da via a fim de retirar todo o material solto evitando que o mesmo prejudique a aderência do asfalto novo ao existente.

Após a varrição, será aplicada a imprimação betuminosa ligante RR-1C, incluindo perdas, em toda área que receberá a camada asfáltica. Após a pintura será executada a camada para a base da pista de rolamento em concreto asfáltico usinado a quente tipo Binder, após será aplicado a camada de rolamento em concreto betuminoso, usinado a quente, tipo CBUQ com espessura mínima compactada de 3 cm.

Observação: A executora do serviço de recapeamento deve apresentar em cada etapa do serviço, o Laudo de Controle Tecnológico das obras de recapeamento asfáltico e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

SINALIZAÇÃO VIARIA:-

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL:-

Deverá ser aplicada mediante processos de projeção pneumática, mecânica ou combinada. Deverá ser aplicada com película uniforme sobre pavimento limpo, seco e isento de óleos.

Materiais descritos na planilha orçamentária para a implantação do projeto de sinalização viária horizontal onde a execução da obra será feita de acordo com o projeto. Os serviços deverão atender as exigências da ABNT NBR 15741, 13159, 15402 e 13132.

SINALIZAÇÃO VERTICAL:-

Serão instaladas placas de sinalização em chapa de aço tipo NB 1010/1020 com espessura de 1,25 mm, bitola 18, ou espessura de 1,50 mm, bitola 16 – ABNT NBR 11904, totalmente refletiva com película IA/IA – ABNT NBR 14644, com abraçadeira, parafusos e porcas para fixação da placa, fixadas em suportes em tubo de aço galvanizado de diâmetro de 2 ½". Para o chumbamento do suporte, será executado um furo com profundidade mínima de 0,5 m, que receberá concreto de FCK = 15MPa, com preparo mecânico em betoneira.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES:-

Deverá ser instalada a placa de identificação da obra no local indicado pelo responsável da fiscalização.

Após a finalização dos serviços de recapeamento asfáltico, deverá ser feito o levantamento planimétrico das áreas pavimentadas e a documentação entregue ao responsável pela fiscalização do contrato em arquivo digital e impresso com a ART ou RRT do responsável pelo levantamento.

*Autor do projeto
Eng. Civil Carlos Roberto Lavezzo
CREA - 5060266178*

RUA RICARDO MILANEZ	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	91,98 m ²
ÁREA - A2	807,18 m ²
TOTAL	899,16 m ²

RUA SALVIO STEULA	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	92,81 m ²
ÁREA - A2	772,85 m ²
ÁREA - A3	146,23 m ²
TOTAL	1.011,89 m ²

RUA ARMANDO ALFACE	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	85,90 m ²
ÁREA - A2	830,15 m ²
ÁREA - A3	194,72 m ²
TOTAL	1.110,77 m ²

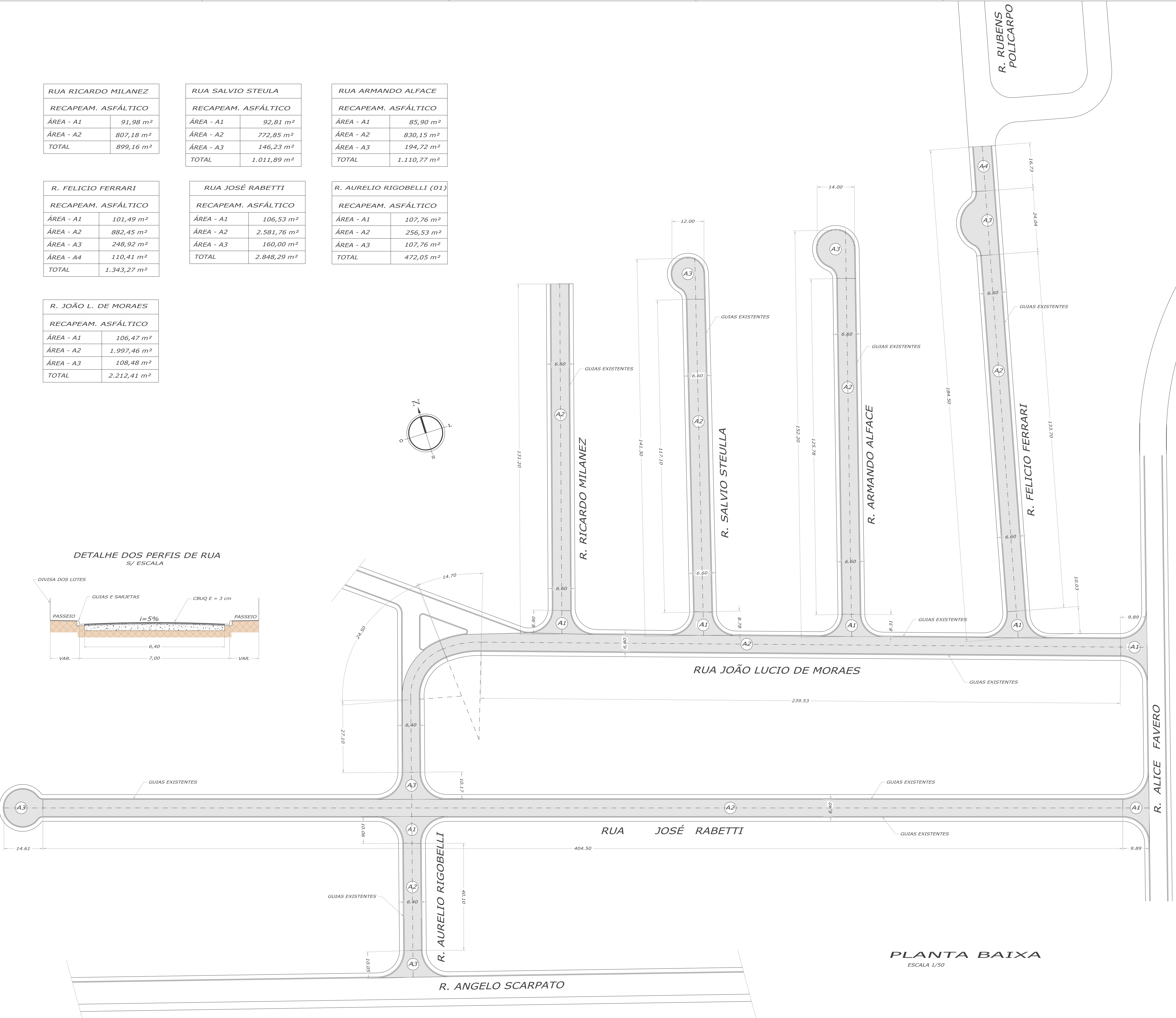
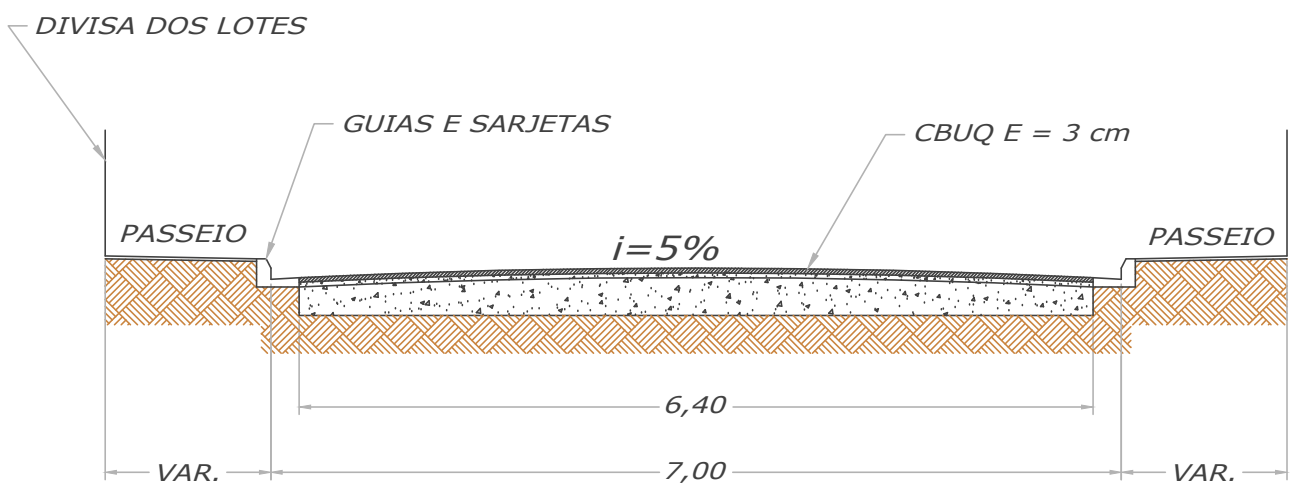
R. FELICIO FERRARI	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	101,49 m ²
ÁREA - A2	882,45 m ²
ÁREA - A3	248,92 m ²
ÁREA - A4	110,41 m ²
TOTAL	1.343,27 m ²

RUA JOSÉ RABETTI	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	106,53 m ²
ÁREA - A2	2.581,76 m ²
ÁREA - A3	160,00 m ²
TOTAL	2.848,29 m ²

R. AURELIO RIGOBELLI (01)	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	107,76 m ²
ÁREA - A2	256,53 m ²
ÁREA - A3	107,76 m ²
TOTAL	472,05 m ²

R. JOÃO L. DE MORAES	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	106,47 m ²
ÁREA - A2	1.997,46 m ²
ÁREA - A3	108,48 m ²
TOTAL	2.212,41 m ²

DETALHE DOS PERFIS DE RUA
S/ ESCALA



PLANTA BAIXA
ESCALA 1/50

RESUMO GERAL DA RUA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	
ÁREA TOTAL DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	9.897,84 m ²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGRº CIVIL CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060265178

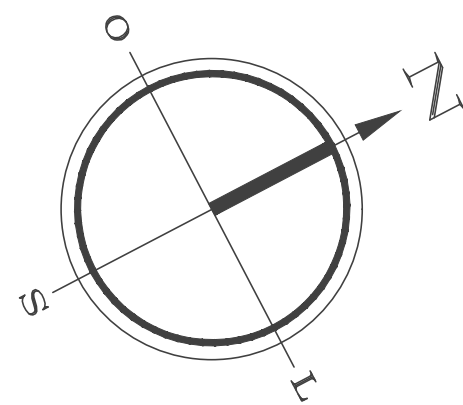
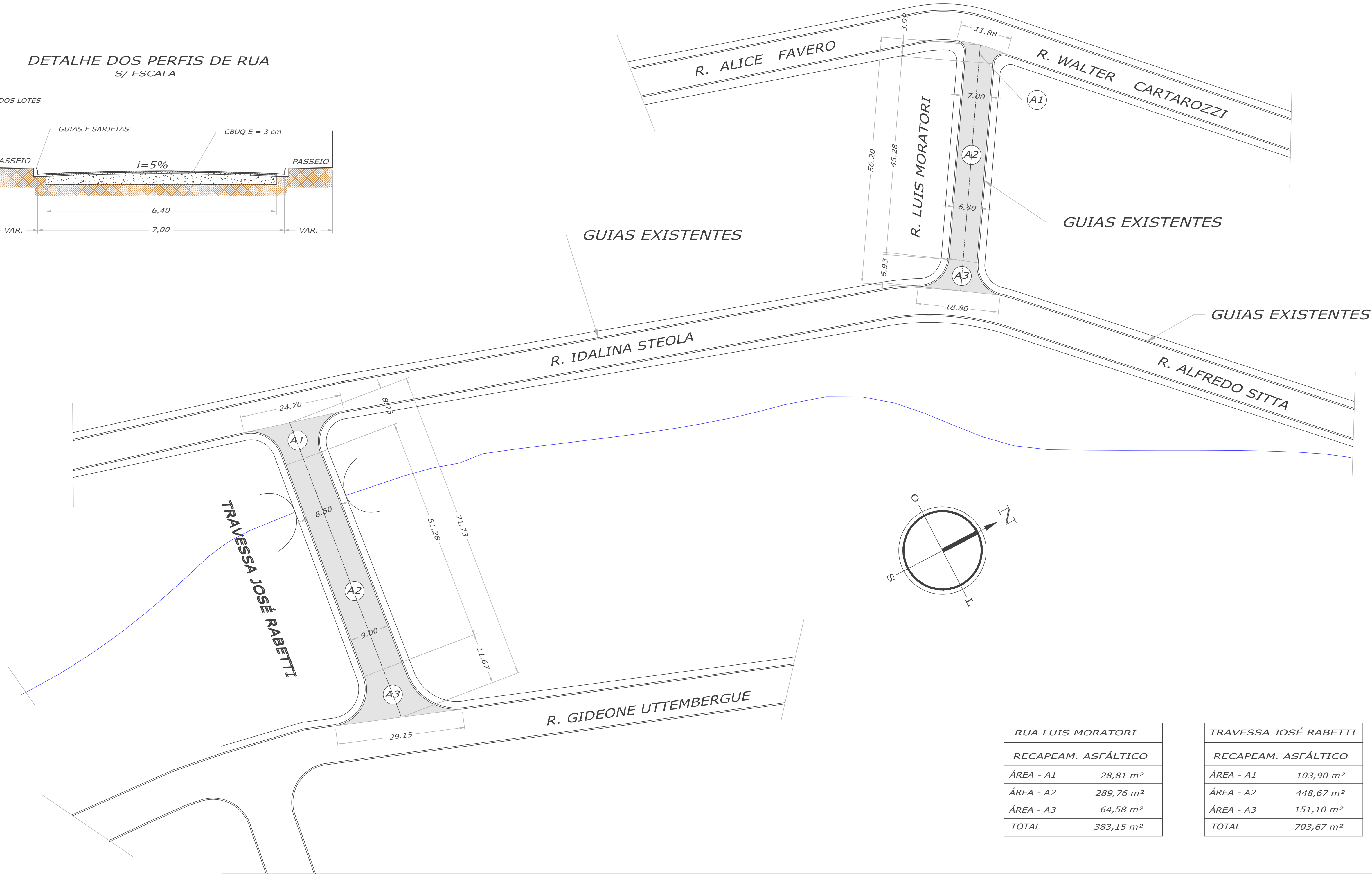
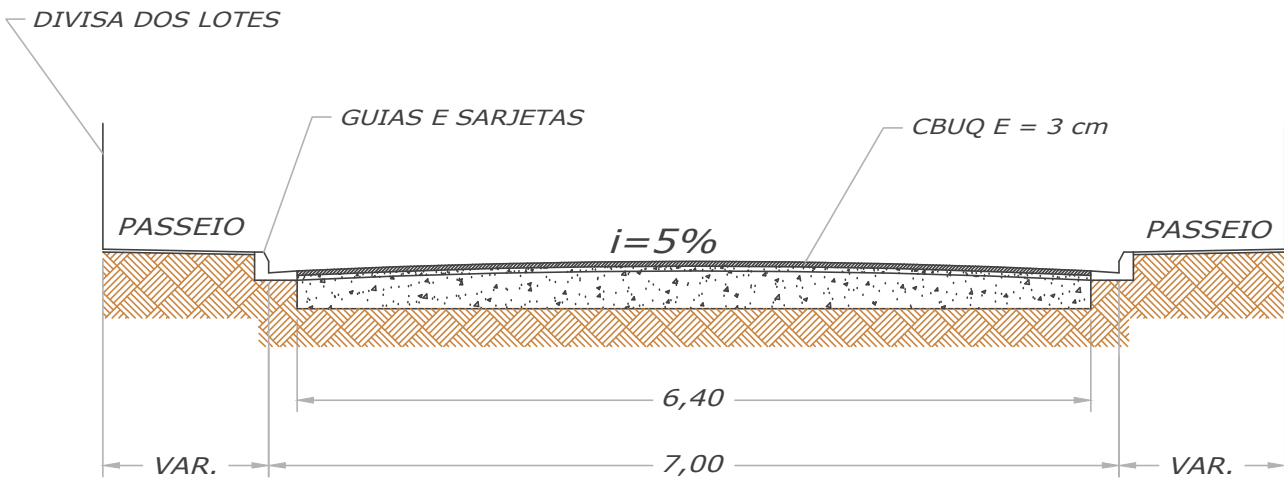
ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

PROJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA			
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO			
LOCAL: RUAS JOSÉ RABETTI, FELICIO FERRARI, JOÃO LUCIO DE MORAES, SALVIO STEULA, ARMANDO ALFACE E AURELIO RIGOBELLI (01) E RICARDO MILANEZ - JARDIM TRIUNFO 7º - PEDREIRA - SP			
PROJ: LAVEZZO	DATA: 05/12/2023	INDIC: 01/01	ESCALA: 1/50



DETALHE DOS PERFIS DE RUA
S/ ESCALA



RUA LUIS MORATORI	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	28,81 m²
ÁREA - A2	289,76 m²
ÁREA - A3	64,58 m²
TOTAL	383,15 m²

TRAVESSA JOSÉ RABETTI	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	103,90 m²
ÁREA - A2	448,67 m²
ÁREA - A3	151,10 m²
TOTAL	703,67 m²

Perfis	Altura
10	0,10
15	0,15
20	0,20
25	0,25
30	0,30
35	0,35
40	0,40
45	0,45
50	0,50
55	0,55
60	0,60
65	0,65
70	0,70
75	0,75
80	0,80
85	0,85
90	0,90
95	0,95
100	1,00
105	1,05
110	1,10
115	1,15
120	1,20
125	1,25
130	1,30
135	1,35
140	1,40
145	1,45
150	1,50
155	1,55
160	1,60
165	1,65
170	1,70
175	1,75
180	1,80
185	1,85
190	1,90
195	1,95
200	2,00
205	2,05
210	2,10
215	2,15
220	2,20
225	2,25
230	2,30
235	2,35
240	2,40
245	2,45
250	2,50
255	2,55
260	2,60
265	2,65
270	2,70
275	2,75
280	2,80
285	2,85
290	2,90
295	2,95
300	3,00
305	3,05
310	3,10
315	3,15
320	3,20
325	3,25
330	3,30
335	3,35
340	3,40
345	3,45
350	3,50
355	3,55
360	3,60
365	3,65
370	3,70
375	3,75
380	3,80
385	3,85
390	3,90
395	3,95
400	4,00
405	4,05
410	4,10
415	4,15
420	4,20
425	4,25
430	4,30
435	4,35
440	4,40
445	4,45
450	4,50
455	4,55
460	4,60
465	4,65
470	4,70
475	4,75
480	4,80
485	4,85
490	4,90
495	4,95
500	5,00
505	5,05
510	5,10
515	5,15
520	5,20
525	5,25
530	5,30
535	5,35
540	5,40
545	5,45
550	5,50
555	5,55
560	5,60
565	5,65
570	5,70
575	5,75
580	5,80
585	5,85
590	5,90
595	5,95
600	6,00
605	6,05
610	6,10
615	6,15
620	6,20
625	6,25
630	6,30
635	6,35
640	6,40
645	6,45
650	6,50
655	6,55
660	6,60
665	6,65
670	6,70
675	6,75
680	6,80
685	6,85
690	6,90
695	6,95
700	7,00
705	7,05
710	7,10
715	7,15
720	7,20
725	7,25
730	7,30
735	7,35
740	7,40
745	7,45
750	7,50
755	7,55
760	7,60
765	7,65
770	7,70
775	7,75
780	7,80
785	7,85
790	7,90
795	7,95
800	8,00
805	8,05
810	8,10
815	8,15
820	8,20
825	8,25
830	8,30
835	8,35
840	8,40
845	8,45
850	8,50
855	8,55
860	8,60
865	8,65
870	8,70
875	8,75
880	8,80
885	8,85
890	8,90
895	8,95
900	9,00
905	9,05
910	9,10
915	9,15
920	9,20
925	9,25
930	9,30
935	9,35
940	9,40
945	9,45
950	9,50
955	9,55
960	9,60
965	9,65
970	9,70
975	9,75
980	9,80
985	9,85
990	9,90
995	9,95
1000	10,00

RESUMO GERAL DA RUA
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

ÁREA TOTAL DE
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

1.086,82 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL - CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

PROPRIET: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

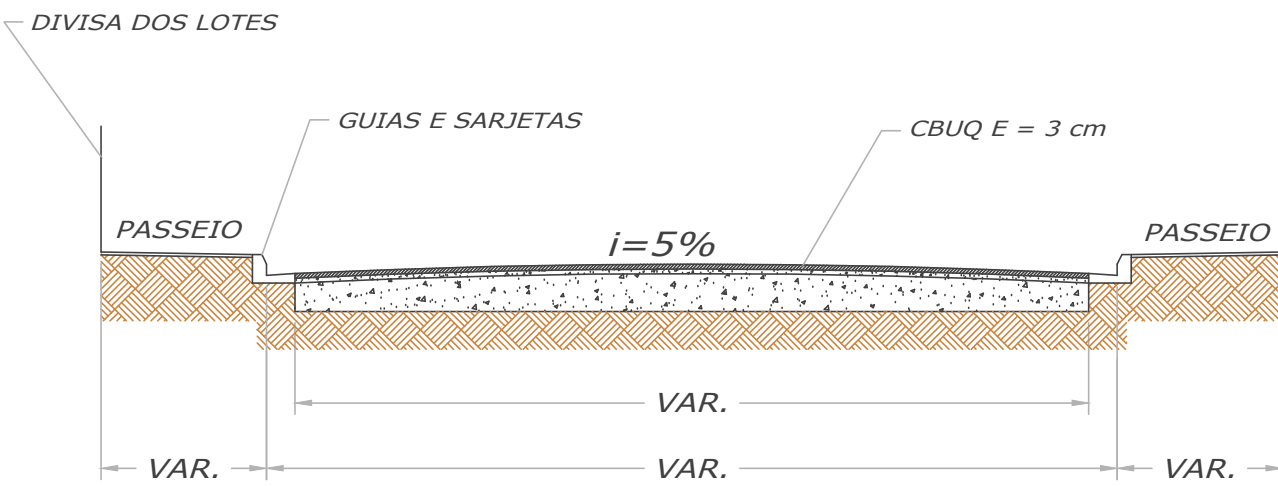
OBRA: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

LOCAL: RUAS LUIS MORATORI E TRAVESSA JOSÉ RABETTI
JARDIM TRIUNFO 79 - PEDREIRA - SP

DES: LAVEZZO DATA: 05/12/2023 ESCALA: INDIC. FOLHA: 01/01



DETALHE DOS PERFIS DE RUA
S/ ESCALA



R. ANGELO SCARPATTO	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	1.213,54 m ²
ÁREA - A2	2.311,22 m ²
ÁREA - A3	130,15 m ²
TOTAL	3.654,91 m ²

RUA ANTONIO PROVATTI	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	4.776,18 m ²
TOTAL	4.776,18 m ²

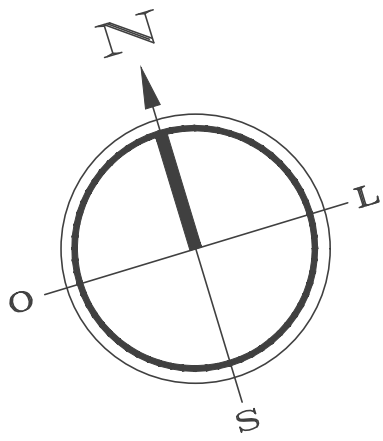
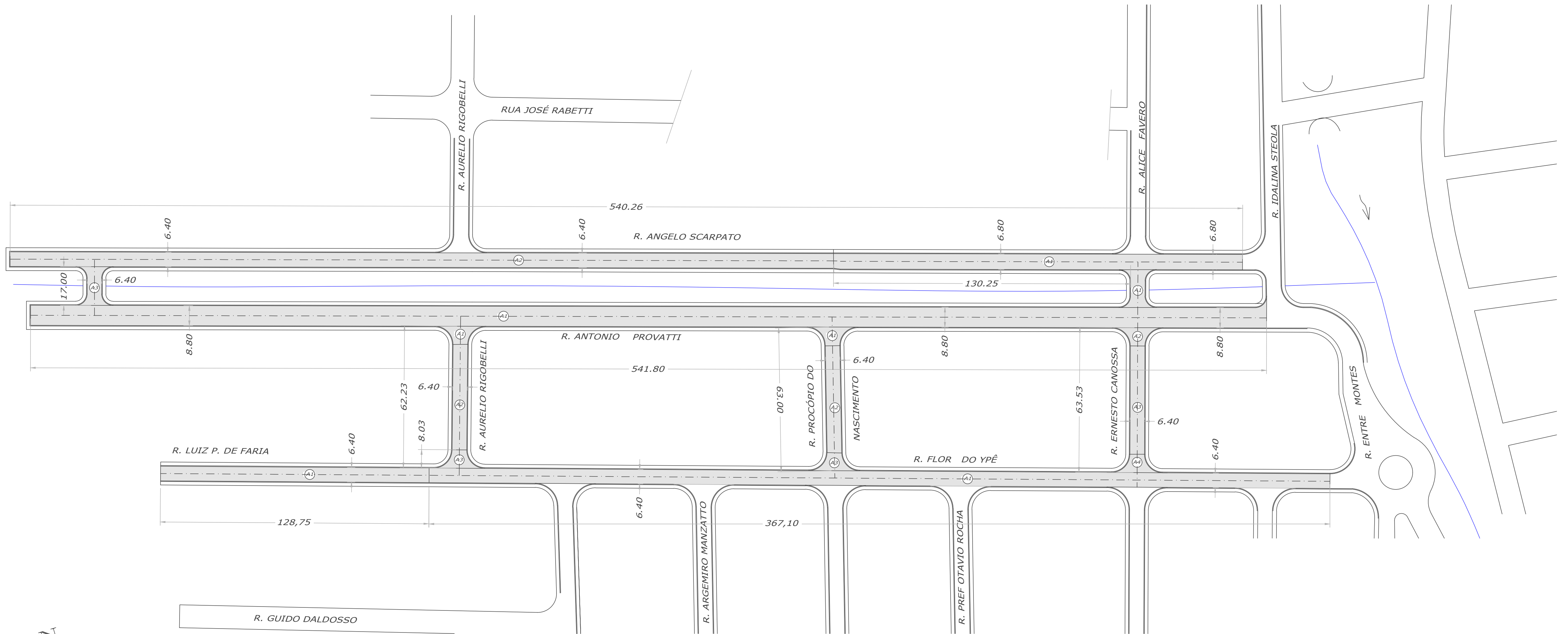
RUA LUIZ P. FARIA	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	753,03 m ²
TOTAL	753,03 m ²

RUA FLOR DO YPÊ	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	2.607,58 m ²
TOTAL	2.607,58 m ²

R. AURELIO RIGOBELLI (02)	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	78,38 m ²
ÁREA - A2	295,89 m ²
ÁREA - A3	78,83 m ²
TOTAL	453,10 m ²

R. PROCÓPIO NASCIMENTO	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	79,85 m ²
ÁREA - A2	298,92 m ²
ÁREA - A3	77,51 m ²
TOTAL	456,28 m ²

R. ERNESTO CANOSSA	
RECAPEAM. ASFÁLTICO	
ÁREA - A1	127,40 m ²
ÁREA - A2	78,73 m ²
ÁREA - A3	303,23 m ²
ÁREA - A4	78,74 m ²
TOTAL	588,10 m ²



NOTAS :-
-DIMENSÕES EM METROS.

RESUMO GERAL DA RUA
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

ÁREA TOTAL DE
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

13.289,18 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

PROPRIET. PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

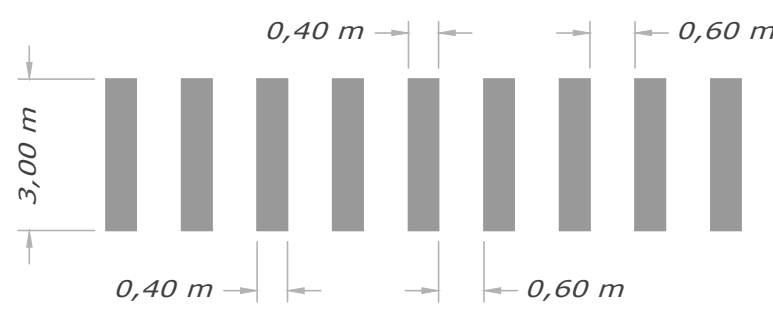
OBRA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

LOCAL RUAS ANGELO SCARPATTO, ANTONIO PROVATTI, LUIS P. FARIA, FLOR DO YPÊ, PROCÓPIO NASCIMENTO, ERNESTO CANOSSA, AURELIO RIGOBELLI (02) - JD. TRIUNFO 79 - PEDREIRA - SP

DES. LAVEZZO DATA 05/12/2023 ESCALA INDIC. 01/01

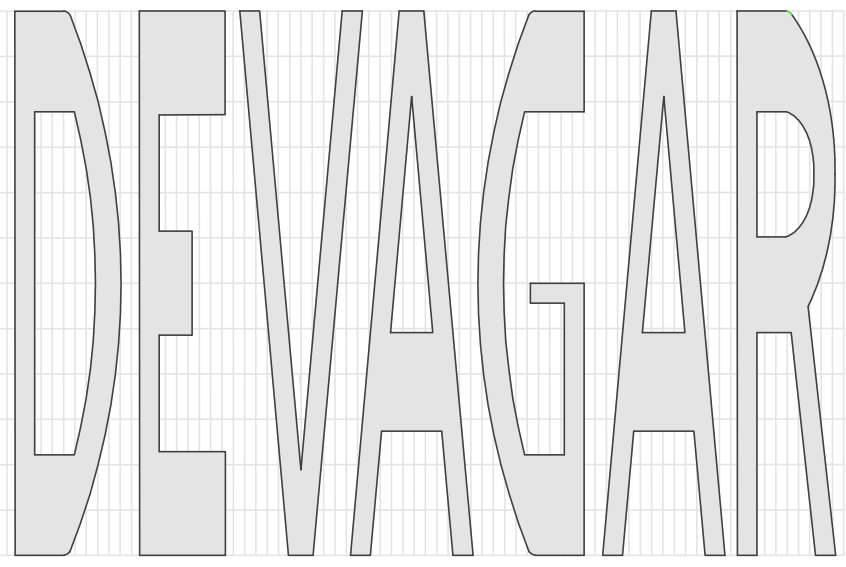


FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES S/ESC



(MATERIAL - TERMOPLASTICO)

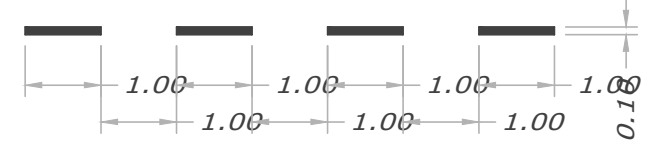
LEGENDA



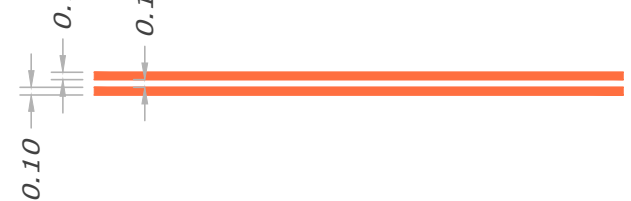
MEDIDAS: COMPRIM.=2,50m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m

(MATERIAL - LAMINADO)

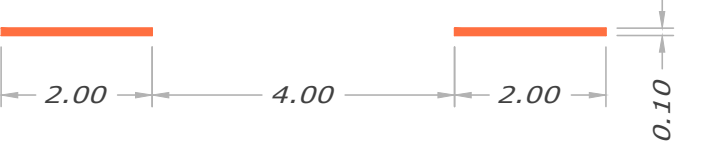
DETALHE - LINHA SECCIONADA BRANCA 1,0X1,0X0,10m



DETALHE - DUPLA DIRECIONAL AMARELA 0,10m

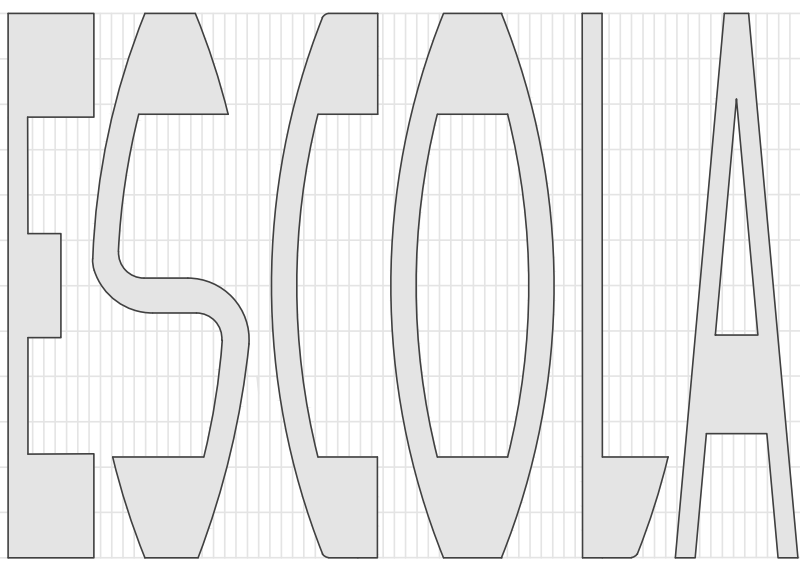


DETALHE - LINHA SECCIONADA AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m



(MATERIAL - HOT SPRAY)

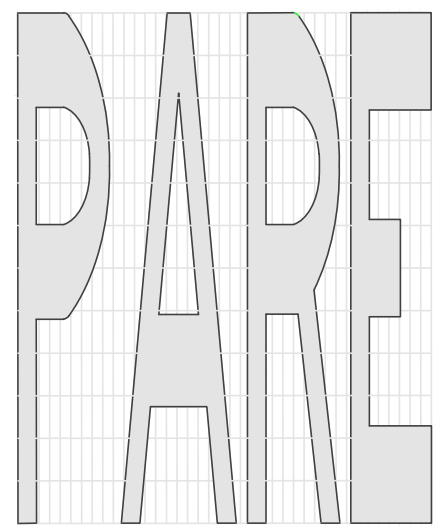
LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM.=2,50m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m

(MATERIAL - LAMINADO)

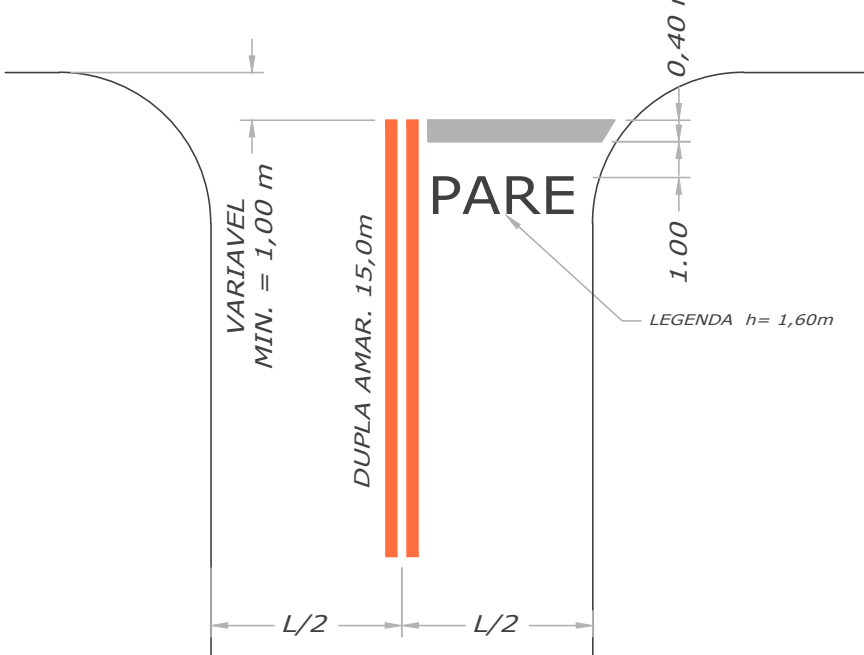
LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM.=1,95m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m

(MATERIAL - LAMINADO)

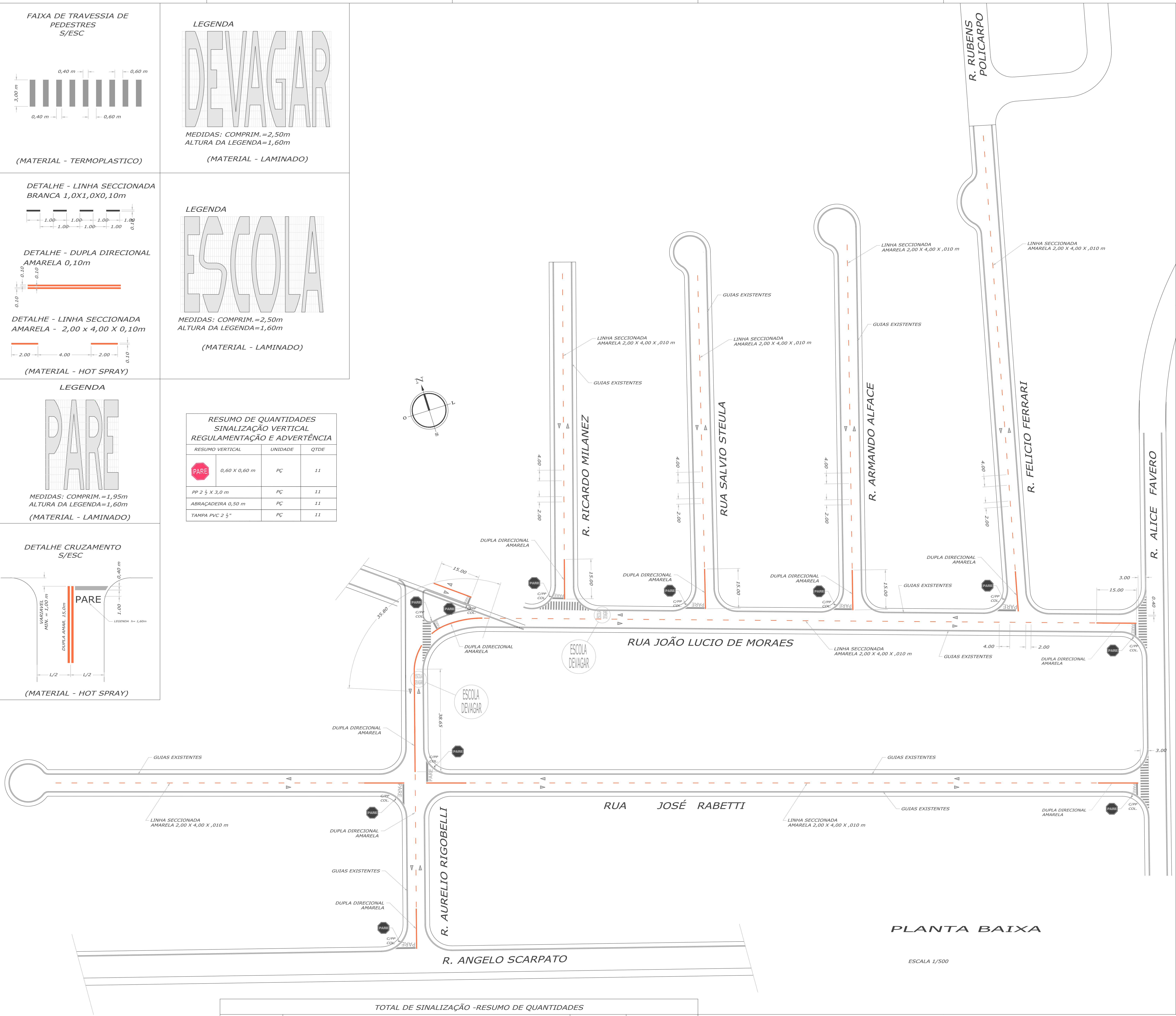
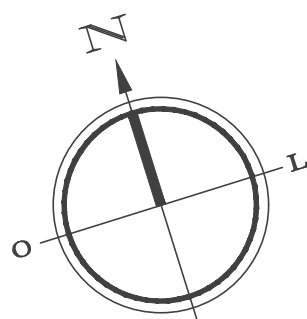
DETALHE CRUZAMENTO S/ESC



(MATERIAL - HOT SPRAY)

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA

RESUMO VERTICAL		UNIDADE	QTDE
	0,60 X 0,60 m	PC	11
PP 2 1/2 X 3,0 m		PC	11
ABRAÇADEIRA 0,50 m		PC	11
TAMPA PVC 2 1/2"		PC	11



TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES

	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SÍMBOLOS E LETRAS	BRANCA	64,40 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	83,70 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	81,60 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

AUTOR DO PROJETO
ENGP CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIARIA

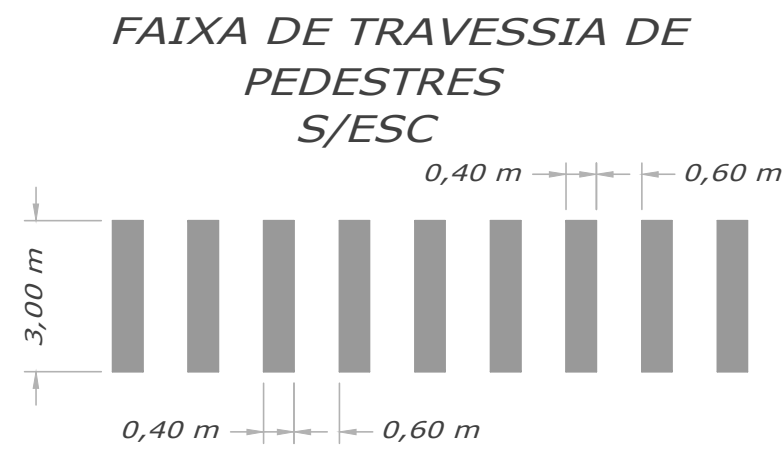
PROPOSTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

OBJETO: SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

LOCAL: RUAS JOSÉ RABETTI, FELICIO FERRARI, JOÃO LUCIO DE MORAES, SALVIO STEULA, ARMANDO ALFACE E AURELIO RIGOBELLI 011 F. RICARDO MILANEZ - JD. TRUFINO 79 - PEDREIRA/SP.

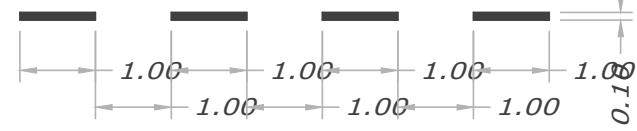
PROJ. LAVEZZO DATA 05/12/2023 ESCALA INDIC. 01/01





(MATERIAL - TERMOPLASTICO)

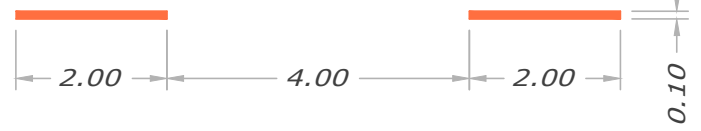
DETALHE - LINHA SECCIONADA BRANCA 1,0X1,0X0,10m



DETALHE - DUPLA DIRECIONAL AMARELA 0,10m

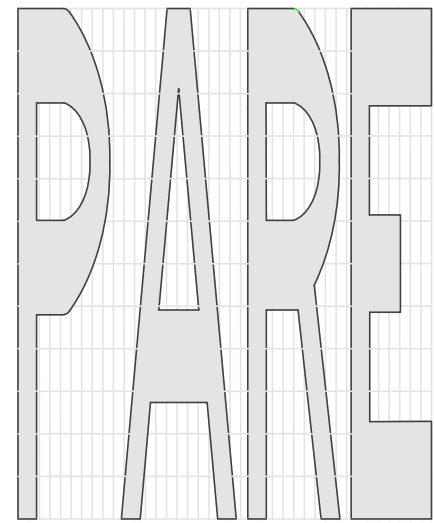


DETALHE - LINHA SECCIONADA AMARELA - 2,00 x 4,00 X 0,10m



(MATERIAL - HOT SPRAY)

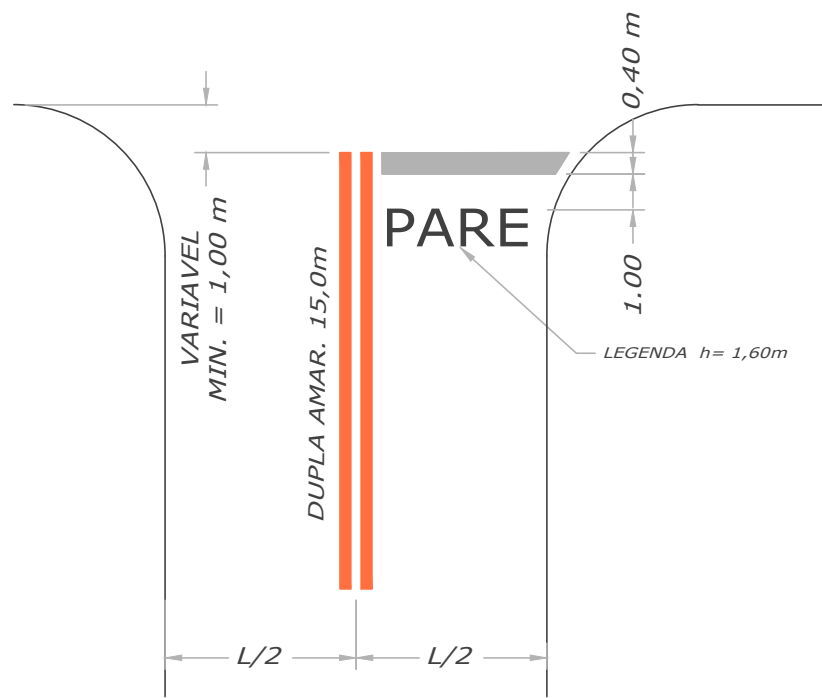
LEGENDA



MEDIDAS: COMPRIM.=1,95m
ALTURA DA LEGENDA=1,60m

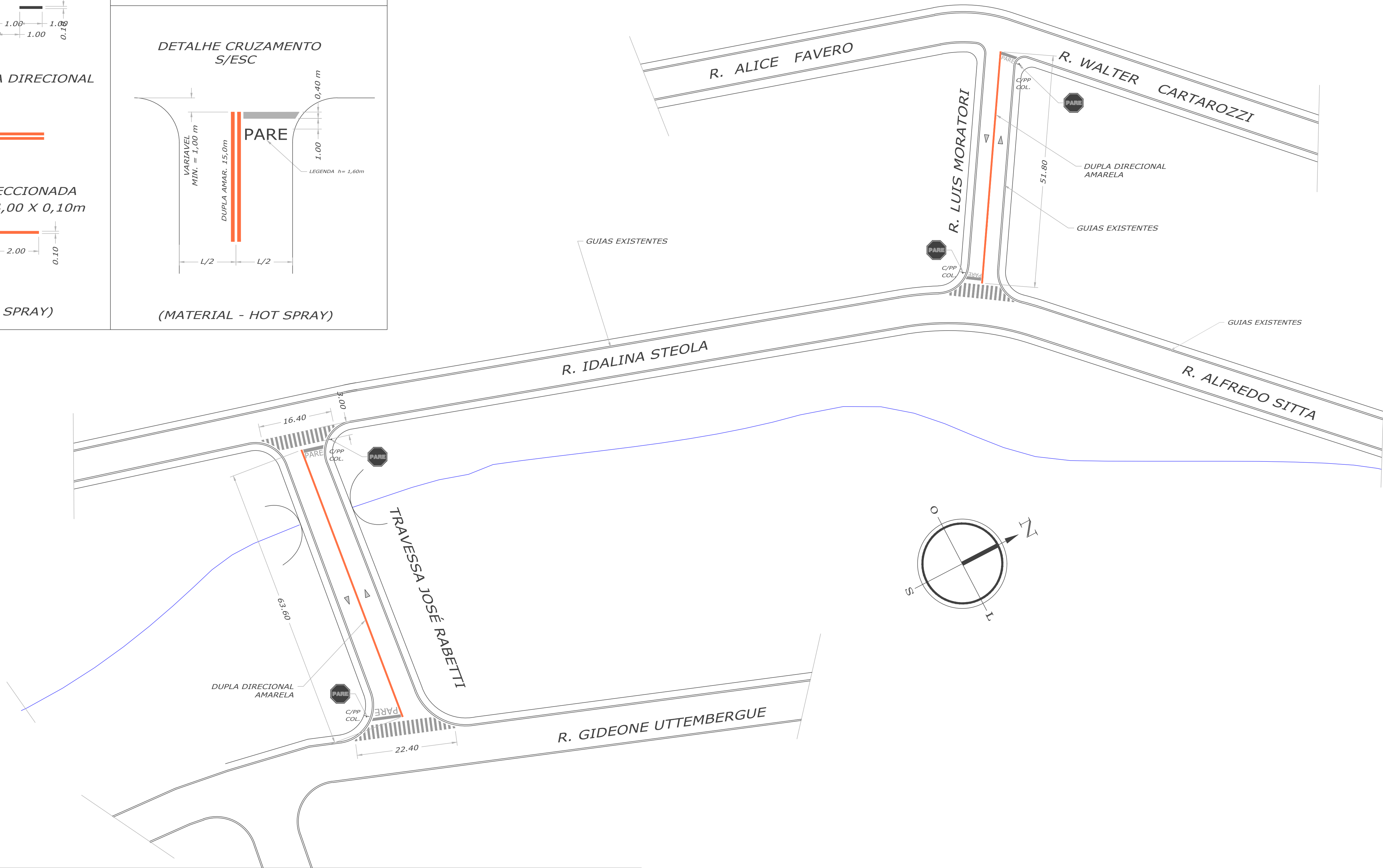
(MATERIAL - LAMINADO)

DETALHE CRUZAMENTO S/ESC



(MATERIAL - HOT SPRAY)

RESUMO DE QUANTIDADES SINALIZAÇÃO VERTICAL REGULAMENTAÇÃO E ADVERTÊNCIA			
RESUMO VERTICAL	UNIDADE	QTDE	
0,60 X 0,60 m	PÇ	04	
PP 2 1/2 X 3,0 m	PÇ	04	
ABRAÇADEIRA 0,50 m	PÇ	04	
TAMPA PVC 2 1/2"	PÇ	04	



TOTAL DE SINALIZAÇÃO -RESUMO DE QUANTIDADES

	DESCRIÇÃO	CÔR	QTDE (m²)
70.02.013	SINAL. HOR. EM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO RETROREFLETIVO E ANTIDERRAPANTE P/ SÍMBOLOS E LETRAS	BRANCA	17,60 m²
70.02.014	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POR ASPERSÃO ESP. = 1,5 mm, P/ FAIXAS - (HOT SPRAY)	AMARELA	23,08 m²
70.02.016	SINAL. HORIZ. EM MASSA TERMOPLÁSTICA À QUENTE POREXTRUSÃO ESP. = 3,0 mm, P/ FAIXAS	BRANCA	57,60 m²

FABIO VINICIUS POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

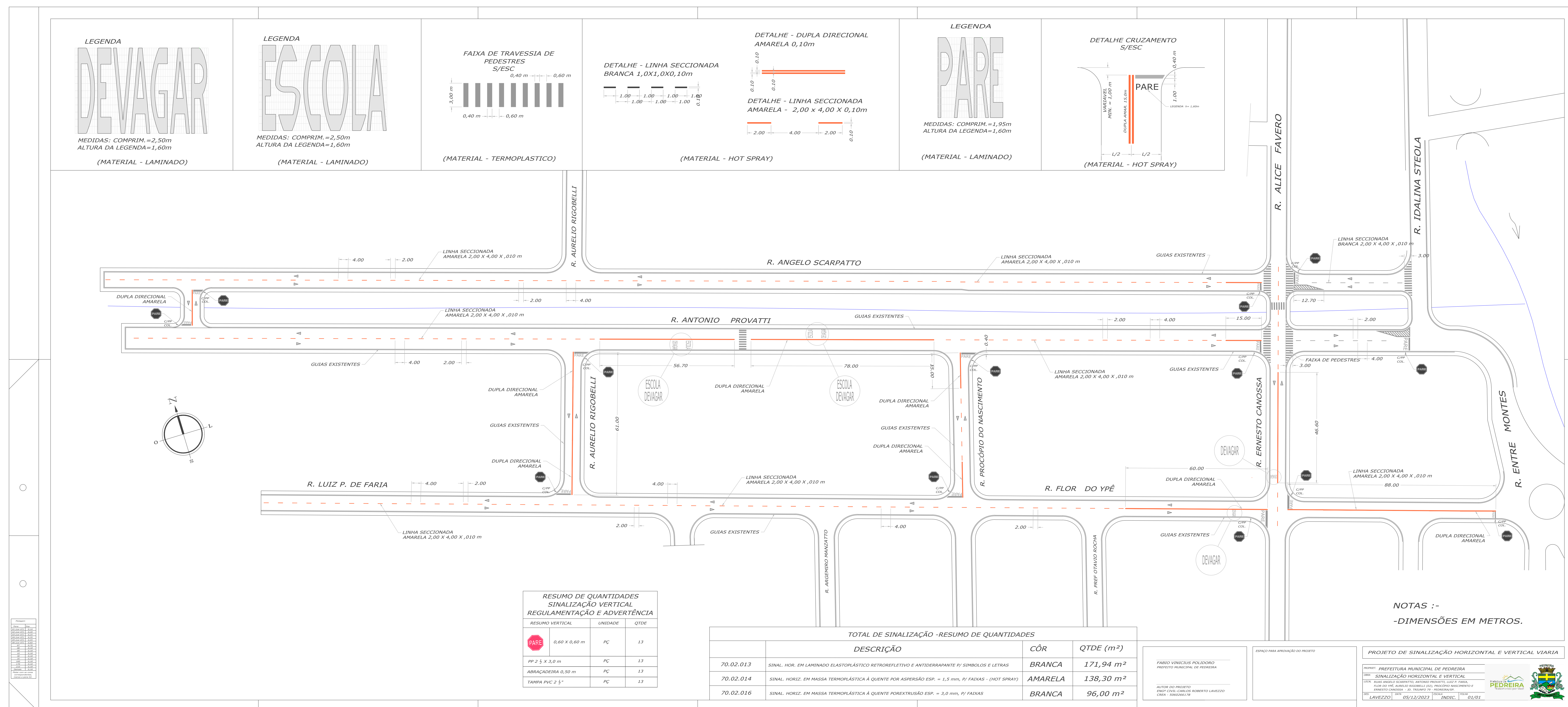
AUTOR DO PROJETO
ENGº CIVIL-CARLOS ROBERTO LAVEZZO
CREA - 5060266178

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL VIARIA

PROPRIET:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
OBRA:	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
LOCAL:	RUAS LUIS MORATORI E TRAVESSA JOSÉ RABETTI JARDIM TRIUNFO 79 - PEDREIRA - SP
DES:	LAVEZZO
DATA:	05/12/2023
ESCALA:	INDIC.
FOLHA:	01/01





Contrato - nº 0623312-61

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE,
ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL E O MUNICÍPIO DE
PEDREIRA/SP DESTINADO AO APOIO
FINANCEIRO PARA O FINANCIAMENTO
DE DESPESAS DE CAPITAL, CONFORME
PLANO DE INVESTIMENTO – COM
RECURSOS DO FINISA: PROGRAMA DE
FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E
AO SANEAMENTO.**

Por este instrumento, as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm justo e contratado, entre si, a concessão de **FINANCIAMENTO**, na forma a seguir ajustada:

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, neste ato representada pela Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Campinas/SP, Sra. Helen Rodrigues Vieira, brasileira, solteira, economiária, carteira de identidade RG 35.046.400-5, expedida pela SSP/SP em 02/03/2015, CPF nº 219.309.468-30, domicílio comercial na Rua Barão de Jaguará, 1511 - 2º andar, CEP 13015-002, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

II – TOMADOR - Prefeitura Municipal de Pedreira, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 46.410.775/0001-36, representado pelo prefeito, senhor Fábio Vinicius Polidoro, CPF nº. 259.553.938-89, RG nº 26.395.491-2 SSP/SP, brasileiro, casado, advogado, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

CAIXA e TOMADOR, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

CONSIDERANDO,

I – a manifestação favorável quanto à verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, na forma do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio do OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1732/2023/MF, de 22/09/2023;

II – a adimplência do **TOMADOR** com a **CAIXA** e as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a inexistência de pendências de registro no Sistema de Registro de Operações com o Setor Público (CADIP), bem como a comprovação das adimplências a que se referem art. 16 e o inciso VIII do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal: INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), RFB/PGFN (Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União), e o cumprimento do disposto no inciso IV do § 10º do art. 97 do ADCT (EC 62/2009).

III – a entrega de parecer jurídico atualizado do contratante sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito;

IV – a Autorização Legislativa para contratação de operação de crédito, por meio da Lei Autorizadora de nº 4.321, de dezessete de agosto de dois mil e vinte e três, publicada no Diário Oficial do **TOMADOR**;

V – os limites estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.995/22;

VI – que os recursos foram captados no mercado pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**;

VII – considerando, ainda, que cada expressão abaixo tem, para efeito deste **CONTRATO**, o seguinte significado:

BACEN – Banco Central do Brasil.

CADIP – Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros/Interbancários, divulgado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.

CONTA VINCULADA – É a conta bancária individualizada, aberta pelo **TOMADOR** em seu nome, em agência da Caixa Econômica Federal, com a finalidade específica de registrar os recursos financeiros relativos ao(s) desembolso(s).

DESEMBOLSO DE RECURSOS – É a movimentação de recursos originados do presente financiamento para a **CONTA VINCULADA**, feita pela **CAIXA**, após solicitação do **TOMADOR**.

DIA ELEITO – É aquele definido para que o **TOMADOR** efetue o pagamento de suas prestações.

DÍVIDA VINCENDA – Significa a dívida composta pelas liberações, suas respectivas amortizações, e que é base de cálculo para os encargos previstos neste instrumento.

FIEL DEPOSITÁRIO – Pessoa jurídica que assume o encargo pela boa guarda, conservação e entrega dos livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos que lhe pertencem, decorrentes das operações de compra, referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como dos documentos fiscais referentes à prestação de serviços realizados.

FINISA – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA – Para fins do disposto neste **CONTRATO**, a inadimplência de quaisquer obrigações financeiras será caracterizada na ocorrência de não pagamento do serviço da dívida, seja na fase de carência ou na fase de retorno, compreendendo no todo ou em parte, do principal, encargos, juros de mora, multas, tarifas e acessórios, entre outras obrigações financeiras, conforme previsto neste **CONTRATO**.

JUROS – Significa a taxa nominal negociada para este **CONTRATO**, previsto na **CLÁUSULA QUINTA**;

LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Trata-se das Leis Orçamentárias do **TOMADOR**, que são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, devendo estar previstas nessas leis as ações/projetos a serem financiadas com recursos deste **CONTRATO**:

- PPA: Lei 4.105, de 22/12/2021, publicada no Diário Oficial dia 23/12/2021;
- LDO: Lei 4.184, de 22/06/2022, publicada no Diário Oficial dia 22/06/2022; e,
- LOA: Lei 4.252, de 19/12/2022, publicada no Diário Oficial dia 20/12/2022.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS – É a movimentação dos recursos disponíveis na **CONTA VINCULADA**, solicitada pelo **TOMADOR** ou pelo **AGENTE PROMOTOR** à **CAIXA**, para pagamento dos bens adquiridos e serviços prestados, conforme **PROJETOS/AÇÕES** previstos na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**.

PROJETOS/AÇÕES – São os **PROJETOS/AÇÕES** previstos na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** a serem executados pelo **TOMADOR** com recursos deste **CONTRATO**, conforme **ANEXO I**.

RECOMPOSIÇÃO – É a devolução de valores à **CAIXA** com a concomitante redistribuição do valor devolvido no cronograma de desembolso, para nova utilização.

RESSARCIMENTO – É a devolução de valores à **CAIXA** com a concomitante redução do Valor do Empréstimo e amortização do saldo devedor.

SAC – Sistema de Amortização Constante.

VISITA DE CONSTATAÇÃO – Visita técnica que tem como objetivo constatar se a execução financeira das obras e/ou aquisição de máquinas/veículos/equipamentos/mobiliários está sendo realizada conforme descrito na documentação apresentada pelo **TOMADOR**.

Têm, entre si, justo e acordado o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** A **CAIXA** concede ao **TOMADOR** financiamento no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), proveniente de recursos ordinários da **CAIXA**, com a finalidade única e exclusiva de financiar as Despesas Capital, discriminadas no **ANEXO I**, previstas na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do ano de 2023 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações e conforme lei Autorizativa nº 4.321, de dezessete de agosto de dois mil e vinte e três, a saber: apoio financeiro de Despesa de Capital.
- 1.2** É vedada a aplicação dos recursos obtidos com o presente financiamento em Despesas Correntes nos termos do artigo 35, §1º, inciso I, da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- 1.3** A presente operação de crédito encontra-se devidamente enquadrada no limite de endividamento público no âmbito da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.995/22, seus aditamentos e alterações, requerendo confirmação nos termos da **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DO CRÉDITO

- 2.1** É de inteira e exclusiva responsabilidade do **TOMADOR** a execução das ações e atividades, obras de engenharia civil, a aquisição de bens e serviços e quaisquer outros investimentos, enquadrados como Despesas de Capital, que venham a ultrapassar o valor inicialmente previsto nos **PROJETOS/AÇÕES** citados neste **CONTRATO**.
- 2.2** É vedada a destinação dos recursos para pagamento de despesa realizada em data anterior à assinatura deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1 DO PRAZO DE DESEMBOLSO

3.1.1 O prazo para o desembolso do crédito deste **FINANCIAMENTO** é de até 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura deste contrato.

3.2 DO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO 1º DESEMBOLSO

3.2.1 O prazo para realização do 1º desembolso é de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**.

3.3 DO PRAZO TOTAL DO FINANCIAMENTO

3.3.1 O prazo total deste **CONTRATO** é de 120 meses, compostos por um período de carência de 24 meses, e um período de amortização de 96 meses.

3.4 DO PRAZO DE CARÊNCIA

3.4.1 O período de carência será de 24 meses, contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**, considerando como primeiro, o mês subsequente ao da contratação.

3.4.2 O término da carência é 12/11/2025.

3.5 DO PRAZO DE RETORNO

3.5.1 Este **CONTRATO** será amortizado em 96 meses contados a partir do mês seguinte ao do término de carência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

4.1 NA CARÊNCIA

4.1.1 Durante esta fase e após o primeiro desembolso, serão devidos e cobrados, mensalmente, Juros de Carência.

4.1.2 Os Juros de Carência terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na **CLÁUSULA QUINTA**.

4.2 NO RETORNO

4.2.1 As prestações, mensais e sucessivas, serão calculadas segundo o Sistema SAC.

4.2.2 As prestações, compostas por cotas de Amortização e Juros Contratuais, terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na **CLÁUSULA QUINTA**.

4.2.3 O **DIA ELEITO** para o **TOMADOR** corresponde ao dia 12 de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS

5.1 Sobre a **DÍVIDA VINCENDA**, tanto na fase de carência quanto na fase de retorno, incidirão juros correspondentes a 145,81% (cento e quarenta e cinco e oitenta e um centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do Certificado de Depósitos Interfinanceiros – CDI ao ano.

5.1.1 O cálculo de Juros previsto no item 5.1, observará a equação presente no **ANEXO IV**.

5.2 Observado o estabelecido abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa CDI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista no presente **CONTRATO**, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa CDI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do **TOMADOR** quanto por parte da **CAIXA**, quando da divulgação posterior da Taxa CDI que seria aplicável.

5.3 Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que a **CAIXA** e o **TOMADOR** poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

CLÁUSULA SEXTA – DA COBRANÇA

6.1 **PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA** – a cobrança do principal e encargos será feita da seguinte forma:

6.1.1 A **CAIXA** expedirá Aviso de Cobrança ao **TOMADOR**, para que este promova a liquidação de suas obrigações até o **DIA ELEITO** em qualquer Agência da **CAIXA**.

6.1.2 O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o **TOMADOR** da obrigação de pagar as prestações do principal e dos encargos nas datas estabelecidas neste **CONTRATO**.

6.1.3 Neste ato, o **TOMADOR** também autoriza a **CAIXA**, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar em sua conta de nº **0741.006.00020002-4**, mantida na **Agência Pedreira**, os montantes necessários ao pagamento de cada prestação de principal e/ou encargos, nos respectivos vencimentos, bem como **TARIFAS, COMISSÕES, TAXAS E MULTAS** até o encerramento dos compromissos assumidos neste Contrato e sua total liquidação.

6.1.4 Vencimento em dias feriados - ocorrendo vencimento em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, este será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta data, se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

6.1.5 A **CAIXA** manterá à disposição do **TOMADOR** as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO FINANCEIRO

7.1 Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste **CONTRATO**, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas neste **CONTRATO**, aos seguintes encargos:

- I. multa, de 3% (três por cento) sobre o valor da dívida vencida e não paga;
- II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos na **CLÁUSULA QUINTA**; e
- III. juros moratórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano), incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito.

7.1.1 Nos casos em que o valor oferecido em pagamento for insuficiente para liquidação do débito em atraso, e caso a **CAIXA** admita o pagamento parcial da dívida vencida, esse procedimento não importará em novação da dívida, nem poderá ser invocado como causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.

7.2 Sobre as parcelas vincendas da dívida continuarão a ser aplicados os juros contratuais.

7.3 Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, incidirão sobre todo o disposto o saldo devedor, a pena convencional, juros moratórios, juros contratuais, previstos neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA OITAVA – DA PENA POR VENCIMENTO ANTECIPADO

- 8.1** O **TOMADOR**, nas hipóteses de vencimento antecipado, fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante dos recursos liberados e não aplicados na forma contratualmente ajustada, ou que não tenha ocorrido o aceite pela **CAIXA**, na forma e prazos ora pactuados.
- 8.2** Além da multa prevista acima, caso seja declarado o vencimento antecipado da dívida por quaisquer dos motivos listados na **CLÁUSULA DÉCIMA NONA** e tenham ocorrido despesas operacionais após a contratação desta operação objetivando sua eficácia, ou outras que porventura sejam pertinentes, o **TOMADOR** deve ressarcir a **CAIXA** tais despesas, limitadas a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

- 9.1** O **TOMADOR** poderá realizar a liquidação antecipada da dívida, bem como pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, desde que a quantia amortizada corresponda ao valor mínimo de 02 (duas) prestações.
- 9.1.1** Os recursos provenientes de rendimento de aplicação financeira não observam o valor mínimo de 02 (duas) prestações, conforme item acima, e podem ser utilizados a qualquer momento.
- 9.2** Para qualquer evento, liquidação antecipada da dívida ou amortização extraordinária, serão cobradas as taxas previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS e QUINTA - DOS JUROS**, aplicadas sobre o saldo devedor atualizado *pro rata* até a data prevista de liquidação, conforme fórmulas abaixo, em sua integralidade, de forma a assegurar o retorno à **CAIXA** dos custos operacionais, de captação e de capital alocado para o presente **FINANCIAMENTO**.
- 9.3** O Saldo Devedor para Liquidação Antecipada será igual ao saldo devedor atualizado *pro rata*, multiplicado pelo fator correspondente à taxa de juros prevista na **CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS**.

$$SDLA = SD \times (1 + \text{preencher com o percentual do CDI} \% \times \text{CDI}):$$

Onde:

SDLA = Saldo Devedor para Liquidação Antecipada; e,

SD = Saldo Devedor atualizado *pro rata*.

- 9.4** O Valor Total da Amortização Extraordinária será igual ao valor da amortização antecipada, multiplicado pelo fator correspondente ao somatório da taxa de juros acrescida de **CDI**, previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS, QUINTA - DOS JUROS e SEXTA - DA COBRANÇA**.

$$VTAE = VAE \times (1 + \text{preencher com o percentual do CDI} \% \times \text{CDI});$$

Onde:

VTAE = Valor Total da Amortização Extraordinária; e,

VAE = Valor da Amortização Extraordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLEMENTO NÃO-FINANCEIRO

- 10.1** Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, o **TOMADOR** ficará sujeito a multa de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor corrigido de principal e encargo, a partir do dia seguinte fixado pela **CAIXA** ou por meio de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento da obrigação inadimplida.
- 10.2** Se ocorrer descumprimento de obrigação não-financeira, na hipótese de liquidação antecipada, a multa será calculada sobre o valor recebido antecipadamente pela **CAIXA**, corrigido de acordo com os critérios do subitem 9.3 deste **CONTRATO**.
- 10.2.1** Se o descumprimento de obrigação não-financeira ocorrer em operação de prestação de garantia, o saldo devedor será o da obrigação garantida.
- 10.2.2** Nas hipóteses de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento, o **TOMADOR** ficará sujeito, a partir da data fixada por meio de notificação judicial ou extrajudicial, ao ressarcimento dos pedidos de devolução dos recursos da **CAIXA**, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada até a data da efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE UTILIZAÇÃO

- 11.1** O desembolso dos recursos é efetuado pela **CAIXA**, mediante a solicitação do **TOMADOR**, conforme Modelo para Solicitação De Desembolsos – **ANEXO III**.
- 11.1.1** Os desembolsos deverão respeitar os totais por exercício definidos no Cronograma de Desembolso – **ANEXO II**.
- 11.1.2** O **TOMADOR** se responsabiliza pela aplicação dos recursos deste **FINANCIAMENTO** nos **PROJETOS/AÇÕES** contratados.

- 11.2** Os recursos de que trata o item 11.1 serão creditados na **CONTA VINCULADA** aberta na agência da **CAIXA - Pedreira**, sob o nº **0741.006.00071017-0**, cujos recursos destinam-se, obrigatoriamente, ao pagamento dos faturamentos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes no **ANEXO I** deste **CONTRATO** e nos documentos de solicitação de desembolso apresentados pelo **TOMADOR**, vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim que não a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**.
- 11.3** As parcelas do **FINANCIAMENTO** a serem desembolsadas não farão jus à atualização monetária, independentemente do prazo previsto para a execução das obras e/ou serviços.
- 11.4** O **TOMADOR** assume, perante a **CAIXA**, inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização, reclamadas por terceiros, que porventura recaiam sobre o **FINANCIAMENTO** ora concedido.
- 11.5** A transferência dos recursos depositados na **CONTA VINCULADA** é exclusivamente para pagamento ao beneficiário de direito e ocorre mediante solicitação do **TOMADOR**, devendo ser apresentada listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas de destino, observadas as rubricas orçamentárias constantes no Anexo I deste **CONTRATO**.
- 11.6** O prazo para o **TOMADOR** comprovar à **CAIXA** a aplicação dos recursos desembolsados é contado a partir da data do depósito dos recursos na conta vinculada indicada no item 11.2.
- 11.6.1** Para a realização dos desembolsos, deve-se observar os seguintes prazos e percentuais de comprovação de aplicação dos recursos conforme tabela abaixo:

DESEMBOLSO	PRAZO DE COMPROVAÇÃO	PERCENTUAL DE COMPROVAÇÃO	RECOMPOSIÇÃO E RESSARCIMENTO DOS VALORES NÃO COMPROVADOS
1º	Até 180 dias	Não se aplica	Para o primeiro desembolso é vedada a recomposição integral do valor da parcela desembolsada, exceto para a situação de vencimento antecipado ou redução do valor financiado do contrato.

Demais Desembolsos	Até 180 dias	100% dos desembolsos anteriores	Para os desembolsos intermediários é permitida a recomposição de valores não comprovados, de modo a permitir a continuidade dos desembolsos. Não havendo continuidade dos desembolsos os valores não comprovados devem ser ressarcidos à CAIXA em até 30 dias contados do fim do prazo de comprovação.
Único	Até 30 dias	Não se aplica	Ressarcir à CAIXA em até 30 dias contados do fim do prazo de comprovação.

11.6.2 Caso o **TOMADOR** não comprove aplicação dos recursos desembolsados ou a comprovação não seja fundamentada e aceita pela **CAIXA** nos prazos definidos nesta **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, a **CAIXA** poderá suspender o desembolso, ou, a seu critério, declarar o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

12.1 O **TOMADOR** declara e concorda que a **CAIXA** não detém competência ou atribuição para fiscalizar a atuação do **TOMADOR** nos procedimentos licitatórios, ou execução de obras e serviços sendo a **CAIXA** isenta de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação para avaliar ou fiscalizar tais procedimentos.

12.2 O **TOMADOR** se obriga a ressarcir e/ou indenizar a **CAIXA** e seus empregados, por qualquer perda ou dano, de qualquer prejuízo financeiro ou à imagem e/ou qualquer quantia que vier a ser compelida a pagar por conta de decisões judiciais transitadas em julgado, decisões administrativas dentro das esferas administrativa, legislativa e/ou jurídica, ou procedimentos de arbitragem ou inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público ou ações civis públicas ou Termos de Ajustamento que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos procedimentos licitatórios e de fiscalização de responsabilidade do **TOMADOR** relativos ao objetivo deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TARIFAS, TAXAS E MULTAS

- 13.1** Tarifas pós-contratuais podem ser cobradas pela **CAIXA**, conforme Tabela de Tarifas publicada e afixada em suas agências, tarifas estas cobradas individualmente, pagas pelo **TOMADOR** no momento do recebimento da solicitação do evento pela **CAIXA**.
- 13.2** As alterações contratuais motivadas por iniciativa da **CAIXA**, em decorrência de normas legais e/ou infralegais não serão objeto de cobrança de tarifas, taxas ou multas.
- 13.3** O **TOMADOR** obriga-se a reembolsar a **CAIXA** por todas as multas e penalidades a esta impostas pelo **BACEN**, por atrasos ou cancelamentos de desembolsos, decorrentes de fatos imputáveis ao **TOMADOR**, tais como atraso ou irregularidade nas obras, serviços, estudos e projetos, ou por estar o **TOMADOR** em situação cadastral irregular, comprovada por documentos, que não lhe permita receber recursos da **CAIXA**.
- 13.4** O **TOMADOR** autoriza, desde já, a cobrança de Comissão de Estruturação devida de 2,00% (dois por cento) sobre o valor total do **FINANCIAMENTO** em favor da **CAIXA**, a ser paga com recursos próprios.
- 13.4.1** A Comissão de Estruturação será paga pelo **TOMADOR** sendo no mínimo 1,00% em até dois dias úteis após a assinatura deste contrato e, 1,00% previamente ao primeiro desembolso.
- 13.4.2** O recurso que trata esta comissão não é valor financiável e não faz parte do valor a ser garantido.
- 13.5** A eventual tolerância da **CAIXA** quanto aos direitos instituídos por este **CONTRATO**, inclusive sobre a cobrança, ou, eventual não cobrança de multas, taxas e outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos pela **CAIXA** a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS TRIBUTOS OU ENCARGOS

- 14.1** Fica expressamente acordado entre o **TOMADOR** e a **CAIXA** que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluindo quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições devidos), relacionados à celebração, registro ou execução e acompanhamento do presente **CONTRATO** e da garantia nele prevista, ou, de qualquer alteração, serão de responsabilidade e correrão por conta do **TOMADOR**, inclusive o acompanhamento por parte da **CAIXA** no que seja pertinente às visitas de constatação e inspeções que serão realizadas, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS GARANTIAS

15.1 Em garantia ao pagamento do **FINANCIAMENTO** ora concedido, demais obrigações contraídas neste **CONTRATO**, e recomposição de valor liberado e não comprovado nos termos pactuados, o **TOMADOR** oferece à **CAIXA**:

15.2 VINCULAÇÃO DE RECEITA DO ENTE DA FEDERAÇÃO

15.2.1 O **TOMADOR** outorga à **CAIXA**, nesta data, poderes irrevogáveis e irretratáveis para, em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, efetuar o bloqueio e repasse dos recursos decorrentes da arrecadação de receitas provenientes do FPM, conforme estabelecido nos Artigos 157 e 158 e nos incisos I e II do Artigo 159 da Constituição Federal de 1988, e pela Lei MUNICIPAL nº 4.321, de dezessete de agosto de dois mil e vinte e três, publicada no Diário Oficial do Município, em 17/08/2023, até o limite do saldo devedor atualizado.

15.2.2 Em decorrência da vinculação da receita ora constituída, e para o efeito de assegurar a efetividade das garantias oferecidas neste instrumento, o **TOMADOR**, como forma e meio de efetivo pagamento integral da dívida, cede e transfere à **CAIXA**, em caráter irrevogável e irretratável, os créditos efetuados na(s) sua(s) conta(s) de depósito, mantida(s) no **BANCO DO BRASIL S/A**. A cessão ora estipulada se faz a título “pro solvendo” e nos exatos valores a serem requisitados por escrito pela **CAIXA**.

15.2.2.1 Na ocorrência de inadimplemento por parte do **TOMADOR**, a **CAIXA** solicita ao **BANCO DO BRASIL S/A** a retenção dos recursos do **FPM**, destinando-os à quitação do encargo, nos termos do **ACORDO OPERACIONAL** firmado entre a **CAIXA** e o **BANCO DO BRASIL S/A**, em 23/03/1998, o qual regulamenta esse procedimento.

15.2.2.1.1 Fica o **TOMADOR** ciente neste ato que, por força do acordo operacional supracitado, o **BANCO DO BRASIL** comprometeu-se a:

- I. não acatar contraordem de pagamento do **TOMADOR**, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- II. obedecer à ordem de priorização estabelecida para liquidação de dívidas, qual seja; dívidas junto ao Tesouro Nacional, junto ao **BANCO DO BRASIL S/A** e junto à **CAIXA**;
- III. pagar à **CAIXA**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis bancários a partir da efetiva retenção de que trata o subitem anterior, as quantias suficientes à quitação das obrigações vencidas, levando a débito daquela conta os valores correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1 Constituem obrigações do **TOMADOR**, independentemente de outras previstas neste **CONTRATO**:

- I. manter-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – **FGTS**, o Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS** e a **CAIXA**;
- II. realizar os **PROJETOS/AÇÕES** com o devido empenho e eficiência e de acordo com normas e práticas técnicas, econômicas, financeiras, gerenciais, ambientais e sociais confiáveis;
- III. contratar e/ou adquirir os bens, obras e serviços para os quais foram destinados recursos deste **CONTRATO** de acordo com a legislação em vigor;
- IV. garantir que todos os bens, obras e serviços para os quais foram destinados os recursos deste **FINANCIAMENTO** sejam utilizados exclusivamente para o cumprimento dos objetivos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes nas rubricas orçamentárias relacionadas no Anexo I deste **CONTRATO**;
- V. manter procedimentos adequados para registrar o andamento de suas respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, inclusive o custo e os benefícios dele resultantes, com o objetivo de identificar os bens, as obras e os serviços para os quais foram destinados recursos deste **FINANCIAMENTO** e divulgar o seu uso nos **PROJETOS/AÇÕES**, bem como fornecer esses registros à **CAIXA**;
- VI. manter todos os registros – contratos, pedidos, faturas, cobranças, recibos e outros documentos – que comprovem as despesas relacionadas às suas respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;
- VII. elaborar e apresentar à **CAIXA** todas as informações que a **CAIXA** justificadamente solicitar com relação às obrigações indicadas neste instrumento;
- VIII. responsabilizar-se pelo retorno à **CAIXA** deste **FINANCIAMENTO** nos prazos e condições estabelecidos no presente **CONTRATO**;
- IX. pagar todas as importâncias devidas por força deste **CONTRATO** em Agência da **CAIXA**, em especial aquelas a que der causa por impontualidade, previstas neste **CONTRATO**;
- X. arquivar em sua contabilidade analítica, todos os documentos comprobatórios das despesas que permanecem à disposição da **CAIXA** pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;
- XI. apresentar à **CAIXA**, a critério desta ou quando por esta exigido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros e/ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória referentes ao presente **CONTRATO**;
- XII. comunicar prontamente à **CAIXA** qualquer ocorrência que importe modificação dos investimentos previstos, indicando as providências a serem adotadas;

- XIII. manter vigentes, durante todo o prazo do **FINANCIAMENTO**, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigências de órgãos governamentais;
- XIV. fornecer à **CAIXA**, quando for o caso, cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) objeto(s) dos **PROJETOS/AÇÕES**, e suas renovações, bem como de todas as autuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
- XV. permitir aos representantes da **CAIXA** livre acesso, em horário comercial, a todos os documentos, informações e registros contábeis a eles pertinentes, mediante aviso prévio daquela ao **TOMADOR**, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para análise do andamento dos **PROJETOS/AÇÕES** e verificação das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
- XVI. apresentar à **CAIXA**, quando por esta solicitado, listagem de pendências que envolvam assuntos ambientais, relativas aos empreendimentos objetos dos **PROJETOS/AÇÕES**, consubstanciadas em ações judiciais, procedimentos administrativos ou procedimentos de arbitragem, incluindo descrição pormenorizada das respectivas pendências, montantes envolvidos e atual estágio de eventuais negociações, incluindo: autos de infração emitidos pela autoridade ambiental; inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público; ações civis públicas; Termos de Ajustamento – TAC – assinados com o Ministério Público ou órgão ambiental;
- XVII. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, bem como não vender ou, de qualquer forma, alienar os bens financiados sem a autorização expressa da **CAIXA**, sob pena de rescisão de pleno direito do **CONTRATO**, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis;
- XVIII. apresentar, preferencialmente, por meio de arquivo eletrônico, listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do **FINANCIAMENTO** a ser utilizada, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**. Em relação aos bens, deverão ser apresentadas informações de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos são adquiridos com recursos do presente **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDICIONANTES CONTRATUAIS

17.1 CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

- 17.1.1** Sob pena de resolução do **CONTRATO** de **FINANCIAMENTO** fica condicionado que o **TOMADOR** deverá apresentar o presente **CONTRATO**, à **CAIXA**, devidamente

registrado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura, observadas as exigências legais de registro deste **CONTRATO** no(s) cartório(s) competente(s), bem como de publicação do ato em meio oficial e encaminhamento de uma via do **CONTRATO** ao Tribunal de Contas do Estado ou Distrito Federal ou do Município, apresentando à **CAIXA** as competentes provas da realização desses atos, sendo este prazo prorrogável a critério da **CAIXA**.

17.1.2 O valor de financiamento do presente **CONTRATO** deverá estar dentro do limite global de endividamento do setor público ou de excepcionalidade, regulado pelo Conselho Monetário Nacional e controlado pelo **BACEN**, por meio do CADIP - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

17.1.3 Fica condicionado ao **TOMADOR**, sob pena de resolução do presente **CONTRATO**, o pagamento à **CAIXA** da Comissão de Estruturação, definida no item 13.4 deste **CONTRATO**.

17.2 CONDIÇÕES PARA DESEMBOLSO:

17.2.1 Para utilização do **FINANCIAMENTO**, o **TOMADOR obriga-se** a cumprir, além das condições previstas nas Cláusulas de Garantias, as seguintes condições:

- a) apresentação de pedido de desembolso de recursos, dentro dos prazos definidos nos subitens 3.1.1 e 3.2.1 do presente contrato, discriminando a(s) despesa(s) de capital a que se destinarão os recursos;
- b) atender integralmente as condições de eficácia, se houver, e resolutivas expressas neste **CONTRATO**;
- c) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante a **CAIXA**, e/ou de qualquer fato que, a critério da **CAIXA**, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do **TOMADOR** e, que a critério da **CAIXA**, possa afetar a segurança do crédito a ser concedido;
- d) comprovação da regularidade fiscal do **TOMADOR**, mediante consulta pela **CAIXA** da Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND ou da Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN;
- e) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante consulta pela **CAIXA** do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- f) comprovação da regularidade junto ao **FGTS** e à **CAIXA**;
- g) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, em relação aos **PROJETOS/AÇÕES**, ou quando tal comprovação já tenha sido

apresentada e esteja em vigor, declaração do **TOMADOR** sobre a continuidade da validade de tal documento;

h) quando for o caso, apresentar, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, a listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**;

i) comprovação, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público - CADIP, do Banco Central do Brasil, da inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **TOMADOR**;

j) observar a legislação trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e a segurança ocupacional, a inexistência de trabalho infantil e também da inscrição do **TOMADOR** no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 de 11/05/2016, a ser verificada pela **CAIXA**, mediante consulta na internet, no endereço <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>;

k) apresentação de toda a documentação necessária e suficiente para a análise, pela **CAIXA**, do Plano de Investimento, caso o início do desembolso esteja previsto para o exercício financeiro subsequente ao deste **CONTRATO**;

l) pagamento à **CAIXA** de taxas ou tarifas ou comissões pré-contratuais, devidas pelo **TOMADOR**;

m) em ano eleitoral deverão ser observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e disposições contidas na **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA**;

n) Pagamento integralizado da tarifa FEE no valor de 2% (dois por cento) do valor total do financiamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

18.1 A **CAIXA** pode, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao **TOMADOR**, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrerem, e enquanto persistirem, quaisquer das seguintes circunstâncias:

- I. mora no pagamento de importâncias devidas por força do presente contrato, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
- II. irregularidade de situação do **TOMADOR** perante o **FGTS**, **INSS** e a **CAIXA**;

- III. qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **TOMADOR** ou a capacidade de disposição de seus bens;
- IV. inadimplemento, por parte do **TOMADOR**, de obrigação assumida com a **CAIXA** no presente contrato;
- V. atraso, falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da **CAIXA**, ou aceite da comprovação pela **CAIXA**;
- VI. alteração de qualquer das disposições das normas legais e infralegais federais, distritais, municipais ou estaduais, que possam surtir efeitos neste **CONTRATO**, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado neste **CONTRATO** e nos demais a ele vinculados;
- VII. ocorrência de fato superveniente que venha a afetar a **CAIXA** e/ou afete a(s) garantia(s) constituída(s) para este **CONTRATO**;
- VIII. descumprimento da comprovação das parcelas liberadas.
- IX. descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente instrumento de acordo com os **PROJETOS/AÇÕES** relacionados no **ANEXO I** deste **CONTRATO**;
- X. realização de declaração falsa ou incorreta pelo **TOMADOR**, no âmbito deste **CONTRATO**, ou ainda qualquer exposição de fatos ou declaração incorreta em qualquer aspecto relevante fornecida pelo **TOMADOR** à **CAIXA** para a concessão deste **FINANCIAMENTO**;
- XI. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, que não observem a legislação trabalhista, que utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 de 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
- XII. demais situações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação correlata;
- XIII. em decorrência de decisão ou determinação judicial ou de órgão de controle externo ou interno, podendo ser glosados os valores que correspondam a irregularidades apontadas, sem prejuízo a outras medidas a serem tomadas.

18.2 Caso a suspensão dos desembolsos para as situações descritas acima não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser declarado o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

19.1 Constituem motivos de vencimento antecipado da dívida, a critério da **CAIXA**:

- I. ineficácia da suspensão dos desembolsos para os motivos que lhe originaram;
- II. inexatidão ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o presente **CONTRATO**;
- III. inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste **CONTRATO**;
- IV. ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete a garantia constituída em favor da **CAIXA**;
- V. a cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**;
- VI. modificação ou inobservância dos **PROJETOS/AÇÕES** e demais documentos aceitos e integrantes do respectivo processo de contratação desta operação de crédito, sem prévio e expresse consentimento da **CAIXA**;
- VII. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, que não observem a legislação trabalhista, que utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 de 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
- VIII. descumprimento de qualquer obrigação do **TOMADOR** prevista no presente instrumento;
- IX. se ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos vigentes;
- X. eventos de responsabilidade do **TOMADOR** que possam causar prejuízo à imagem da **CAIXA** no contexto da sociedade e do Sistema Financeiro Nacional;
- XI. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, consequentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, após o primeiro desembolso.

19.2 Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, devidamente enquadrada pela **CAIXA**, e/ou não comprovação da aplicação dos recursos após transcorrido todos os prazos previstos neste **CONTRATO** com o respectivo aceite da **CAIXA**, além de adotar as medidas previstas nesta Cláusula e neste **CONTRATO**, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº. 7.492 de 16 de junho de 1986.

- 19.3** Nos casos de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, desde logo, o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil, devendo a **CAIXA**, depois de constatada a irregularidade, notificar o **TOMADOR**, concedendo-lhe o prazo de até 60 (sessenta) dias, também a critério da **CAIXA**, contados do recebimento da notificação, para sanar qualquer dos casos acima elencados.
- 19.4** O **TOMADOR** obriga-se a dar conhecimento e/ou esclarecimento expresso e imediato à **CAIXA** da ocorrência, iminência ou veiculação de notícia a respeito de qualquer situação relacionada nos incisos das **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, sob pena de incorrer na hipótese do inciso II do item 19.1.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 20.1** O presente **CONTRATO** pode ser extinto, via rescisão contratual, pelo descumprimento das obrigações pactuadas, nos seguintes casos:
- I. não sendo cumprida(s) a(s) condição(ões) resolutive(s) ou impedimento para desembolso, conforme **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**;
 - II. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, consequentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, antes da realização do primeiro desembolso;
 - III. se, verificada qualquer uma das hipóteses relacionadas nas **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**;
 - IV. se ocorrerem divergências entre o pedido de financiamento apresentado e/ou as premissas e parâmetros dos **PROJETOS/AÇÕES** analisados e, consequentemente, alterando as análises econômico-financeiras e jurídica que subsidiaram a presente contratação;
 - V. se ocorrerem eventos graves que, de comum acordo entre **TOMADOR** e **CAIXA**, tornem impossíveis, ou desaconselháveis, o cumprimento das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
 - VI. descumprimento, por parte do **TOMADOR**, do prazo para o primeiro desembolso, estipulado na **CLAUSULA TERCEIRA**.
- 20.2** O presente **CONTRATO** poderá ser extinto, ainda, via rescisão, por acordo mútuo entre a **CAIXA** e o **TOMADOR**.

Contrato - nº 0623312-61

20.3 Tanto no caso de rescisão quanto no caso de resilição, a extinção do pacto se operará mediante comunicação escrita, ficando o **TOMADOR** obrigado a pagar à **CAIXA** o valor equivalente a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**, referente a despesas operacionais ocorridas.

20.4 O valor apurado será cobrado mediante a emissão de **AVISO DE COBRANÇA** ao **TOMADOR**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

21.1 O **TOMADOR**, a partir da assinatura do presente instrumento, autoriza à **CAIXA** negociar, a qualquer momento, durante a vigência deste **CONTRATO**, o montante do crédito ora concedido, em parte ou no todo, junto às outras instituições financeiras, desde que mantidas as condições contratuais e mediante prévia ciência do **TOMADOR**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES DO TOMADOR

22.1 O **TOMADOR** declara:

- I. responsabilizar-se pela execução e conclusão dos **PROJETOS/AÇÕES** para os quais foram destinados recursos do objeto/objetivo deste **CONTRATO**;
- II. conhecer e estar de acordo com a condição estabelecida na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** e declara, ainda, reconhecer que nenhuma responsabilidade é imputada à **CAIXA** em relação às despesas incorridas por ele, **TOMADOR**, no período de vigência da condição resolutiva, caso seja realizada ou autorizada alguma despesa relativa aos **PROJETOS/AÇÕES**;
- III. que todas as aprovações e medidas necessárias para celebrar o presente **CONTRATO** foram tomadas, obtidas e estão válidas e eficazes;
- IV. que a celebração do presente **CONTRATO** não infringe ou viola qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que o **TOMADOR** seja parte;
- V. cumprir a legislação relativa à Reserva Legal, Reserva Indígena, Área de Preservação Permanente, Área de Preservação Ambiental, Zoneamento Urbano, Zoneamento Ecológico Econômico e Zoneamento Agroecológico e a legislação sobre o patrimônio cultural brasileiro, assim compreendido o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, geológico e paleontológico;
- VI. que a execução dos investimentos dos **PROJETOS/AÇÕES** não implica violação à Legislação Ambiental em vigor;

- VII. que a área dos **PROJETOS/AÇÕES** não é área embargada, área contaminada e/ou área degradada;
- VIII. não haver Termo de Ajustamento de Conduta relativo aos **PROJETOS/AÇÕES** ou que, caso existente, se obrigará a todos os termos e condições acordados com o Ministério Público.

22.2 As declarações prestadas pelo **TOMADOR** subsistirão até o final e total cumprimento das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ficando todos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, responsáveis por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à **CAIXA** oriundos da não veracidade ou da inexatidão de todas as declarações aqui prestadas.

22.3 O **TOMADOR** declara, ainda, estar ciente de que os dados e informações referentes ao presente **CONTRATO** serão registrados no Sistema de Informações de Créditos - SCR, atendendo à determinação do **BACEN**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

23.1 O **TOMADOR** obriga-se a respeitar a legislação ambiental e informar à **CAIXA** sobre a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES** que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental.

23.2 O **TOMADOR** deverá ressarcir à **CAIXA** qualquer quantia a que a **CAIXA** venha a ser compelida a pagar por conta do dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES**, assim como deverá indenizar a **CAIXA** por qualquer perda ou dano que esta venha a experimentar em razão do dano ambiental.

23.3 O **TOMADOR** obriga-se a monitorar suas atividades de forma a identificar e mitigar impactos ambientais não antevistos no momento da contratação do crédito e comunicar imediatamente à **CAIXA** qualquer evento que cause grave lesão ao meio ambiente ou violação às leis e práticas de proteção ambiental durante a execução dos **PROJETOS/AÇÕES** apoiados com os recursos deste **CONTRATO**, com a indicação das ações reparadoras das ocorrências e as atitudes de reversão adotadas para a respectiva solução.

23.4 O **TOMADOR** obriga-se a informar a **CAIXA**, em até 30 (trinta) dias, caso haja o conhecimento de descumprimento de obrigação ambiental ou existência de trabalho análogo ao escravo ou infantil por parte de fornecedor direto e relevante.

- 23.5** O **TOMADOR** declara que as obras já executadas e a executar estão em completa consonância com as leis de acessibilidade e de prioridade de atendimento das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES DO TOMADOR

- 24.1** O **TOMADOR** expressamente autoriza a **CAIXA**, durante a vigência deste **CONTRATO**, a solicitar e receber informações acerca da existência ou não de registros no **CADIN** a seu respeito, bem como a acessar a Central de Risco do Banco Central do Brasil para obter dados sobre o seu endividamento junto ao Sistema Financeiro Nacional, nos termos do inciso I do Art. 8º da Resolução CMN n.º 3.658, de 17 de dezembro de 2008, e suas alterações.
- 24.2** O **TOMADOR** declara ter ciência de que a **CAIXA**, bem como as demais instituições financeiras, por força de determinação do Conselho Monetário Nacional, com base nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, está obrigada a prestar informações ao **BACEN** sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade, sendo essas informações consolidadas no sistema Central de Risco de Crédito, na forma da Resolução CMN n.º 3.658, de 17 de dezembro de 2008, e suas atualizações, cujo propósito é permitir ao **BACEN** a supervisão indireta da solvência das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
- 24.3** O **TOMADOR** autoriza a **CAIXA**, de forma irrevogável e irretratável, a prestar informações sobre o presente **CONTRATO** aos órgãos de fiscalização e/ou de controle externo e/ou judicante, quando legalmente a isso obrigada, ou em razão de ordem judicial.
- 24.4** O **TOMADOR** autoriza a **CAIXA** a remeter informação ao Sistema de Informações de Créditos (SCR) do **BACEN**, nos termos definidos na Resolução CMN n.º 5.037, de 29 de setembro de 2022.
- 24.5** As autorizações acima mencionadas serão automaticamente estendidas a qualquer outra entidade que, no curso deste **CONTRATO**, venha a substituir, em sua competência e função, os órgãos regulatórios/fiscalizadores acima mencionados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CONDIÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO

- 25.1** O **TOMADOR** assume o encargo de guardar, conservar e entregar em perfeito estado os livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos relativos às operações de compra referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como os documentos fiscais referentes aos serviços

realizados relativamente aos **PROJETOS/AÇÕES**, possuindo-os em nome da **CAIXA**.

25.2 Desde já, o **TOMADOR** se obriga a guardar, conservar e entregar de imediato e em perfeito estado tal documentação à **CAIXA**, quando por esta solicitado, sob as penas civis e criminais previstas na legislação em vigor.

25.3 O **TOMADOR** assume o encargo previsto nesta Cláusula, em nome da **CAIXA**, de forma não onerosa durante toda a vigência deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

26.1 Qualquer tolerância, por parte da **CAIXA**, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, é considerada como ato de liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo **TOMADOR**.

26.2 Se qualquer item ou cláusula deste **CONTRATO** vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes.

26.3 As partes desde já se comprometem a, no menor prazo possível, negociar item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz.

26.3.1 Nessa negociação, deverá ser considerado o objetivo das **PARTES** na data de assinatura deste **CONTRATO**, bem como o contexto no qual o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA CERTEZA E LIQUIDEZ DA DÍVIDA

27.1 Ficam expressamente asseguradas, a qualquer tempo, a certeza e a liquidez da dívida do **TOMADOR**, que reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste **CONTRATO**, os lançamentos que a **CAIXA** realizar, por sua vez, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas na respectiva **CONTA VINCULADA**, indicada na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PRESERVAÇÃO DE DIREITOS

28.1 Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte da **CAIXA**, de quaisquer direitos que lhe assista por força deste **CONTRATO** ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigações

do **TOMADOR**, não afetarão aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem obrigarão a **CAIXA** relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO

29.1 As quantias recebidas para crédito do **TOMADOR** serão imputadas ao pagamento das verbas a seguir discriminadas, obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – MARKET FLEX

30.1 A **CAIXA** e o **TOMADOR**, de comum acordo, reservam-se o direito de, a qualquer momento, requererem modificação de quaisquer termos deste **CONTRATO** nas seguintes, mas não limitadas, situações:

- I. Ocorrência de mudança material ou substancial nas condições de mercado;
- II. Ocorrência de alteração material adversa nas operações, no negócio ou nas condições financeiras do **TOMADOR**.

30.2 As modificações citadas no subitem acima devem ser previamente submetidas à apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA COMPROVAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

31.1 A sistemática a ser adotada para efeitos de comprovação da aplicação do **FINANCIAMENTO** obedecerá, no mínimo, ao que segue:

- I. A obrigação pela comprovação da aplicação correta dos recursos cabe ao **TOMADOR**, cabendo à **CAIXA** promover a aceitação, ou não, após análise da documentação apresentada para tal;
- II. O **TOMADOR** deverá apresentar notas fiscais com a respectiva quitação financeira (tais como: TED, DOC, ordem de pagamento, depósito em conta, boleto bancário quitado e recibos), além das notas de empenho e de liquidação; sejam dos recursos obtidos com este **CONTRATO**, sejam com outras fontes de financiamento, recursos próprios, entre outros:

- a) tais documentos, para efeitos de comprovação, serão aceitos com data a partir da assinatura deste **CONTRATO**;
 - b) nas notas de empenho, devem constar os códigos da ação orçamentária e o código do grupo de natureza de despesa de capital previstos no contrato de financiamento, bem como o código de fonte de recursos de operação de crédito;
 - c) nas notas fiscais ou recibos apresentados devem constar o número do presente contrato.
- III. No caso de bens fabricados sob encomenda, a comprovação da aplicação do crédito deverá ser por meio da apresentação de cópia autenticada de contrato de compra e venda para entrega futura, firmado entre o fabricante, com aceite do **TOMADOR**, contendo a descrição dos serviços a serem realizados, os valores e as datas de conclusão previstas para cada etapa, acompanhado dos recibos de pagamentos ou adiantamentos porventura efetuados, ou nota fiscal de venda futura, além da comprovação do cumprimento dos ditames da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações);
- IV. No caso de apresentação de recibos, e quando o vendedor ou prestador de serviços esteja legalmente desobrigado da emissão de nota fiscal, do recibo deverá constar: o registro do CPF, do documento de identidade (ou do CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica), com a identificação do representante legal do CNPJ, devidamente assinado;
- V. No caso de desapropriação, a comprovação é feita com recibo de depósito judicial em favor do desapropriado;
- VI. A **CAIXA** realizará visitas de constatação, devendo o **TOMADOR** disponibilizar à **CAIXA**, assim que disponível, e no mínimo com 30 dias úteis de antecedência da visita de constatação, os projetos descritivos de engenharia, as especificações, os orçamentos, os cronogramas de andamento físico e físico-financeiro das obras e os contratos de empreitadas, bem como o roteiro de acesso com croqui de localização do empreendimento devendo, se possível, identificar em qual trecho das obras foram aplicados os recursos obtidos com o **FINANCIAMENTO** deste **CONTRATO**;
- a) tais documentos apresentados serão utilizados nas demais visitas de constatação, se for o caso.
- VII. O **TOMADOR** deverá apresentar, também, licenças ambientais prévias, de instalação ou operação, na forma da legislação ambiental aplicável, conforme a respectiva etapa do projeto/ações, expedidas pelo órgão ambiental competente, em nome do **TOMADOR** ou entidade diretamente responsável pela execução dos **PROJETOS/AÇÕES**;

VIII. O **TOMADOR** se obriga a efetuar o pagamento aos fornecedores, com a utilização dos recursos obtidos deste **CONTRATO**, liberados na **CONTA VINCULADA**.

31.1.1 A **CAIXA** poderá solicitar outros documentos que venham a ser exigíveis pelas políticas e/ou normas internas da **CAIXA** ou legislação que lhe é aplicável.

31.2 O **TOMADOR** obriga-se a guardar as notas fiscais, faturas, recibos, notas de empenho, notas de liquidação e outros documentos decorrentes das operações de venda e prestação de serviços realizados com os recursos deste **CONTRATO** e entregar cópias autenticadas, por agente público do próprio **TOMADOR**, à **CAIXA**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quando por este solicitado, podendo a **CAIXA** considerar o **CONTRATO** vencido, na forma da **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, caso o prazo seja descumprido.

31.2.1 Tais documentos comprovarão as despesas públicas (de capital) realizadas, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964.

31.3 Nenhum documento de comprovação de aplicação de recursos será aceito contendo ressalvas, rasuras, acertos e/ou condições restritivas, os quais ficarão sujeitos à análise e aceitação pela **CAIXA**.

31.4 O **TOMADOR** assume o compromisso de manter arquivado, pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**, toda e qualquer documentação utilizada para comprovação de aplicação dos recursos.

31.5 O **TOMADOR** se compromete a apresentar comprovantes de que o pagamento a fornecedor estrangeiro, no caso de sua ocorrência, se deu mediante a comprovação da entrega dos bens adquiridos no exterior, conforme previsto no contrato de compra e venda e de acordo com as especificações constantes do projeto financiado, observadas as disposições legais pertinentes a tais transações, inclusive quanto ao cumprimento da legislação licitatória pertinente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

32.1 Caso o objeto deste contrato preveja o financiamento de Despesas de Capital – investimento com obras, deverá ser observado o que se segue:

32.1.1 PLACA DE OBRA

Contrato - nº 0623312-61

I. A colocação de Placa de Obra é **OBRIGATÓRIA**, quando solicitada pela **CAIXA** e deve ser afixada pelo **TOMADOR**, sendo mantida durante toda a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**;

II. A confecção, manutenção e instalação são custeadas pelo **TOMADOR**.

32.1.2 PLACA INSTITUCIONAL

I. A Placa Institucional, composta por peças e materiais publicitários, é destinada à divulgação da marca, produtos e serviços da **CAIXA**.

II. As peças ou materiais publicitários serão disponibilizados e custeados pela **CAIXA**.

III. Fica a **CAIXA** autorizada, de forma irrevogável e irretratável, a instalar e realizar a manutenção da Placa Institucional durante toda a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**.

32.2 Todas as placas descritas nesta **CLÁUSULA** serão confeccionadas conforme modelo definido pela **CAIXA** e devem ser afixadas no local do empreendimento objeto de execução das obras financiadas por meio do presente contrato, em local visível ao público.

32.3 O **TOMADOR** declara também que autoriza a **CAIXA**, de forma irrevogável e irretratável, a realizar ações promocionais, das obras executadas com recursos deste **CONTRATO**, por meio de materiais publicitários impressos ou veiculados na mídia.

32.4 Para o disposto nesta **CLÁUSULA** deverão ser observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – LIVRE ACESSO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

33.1 O **TOMADOR** assume o compromisso de permitir, além de facilitar, à **CAIXA** e seus representantes devidamente identificados e indicados por ela, ampla verificação da aplicação dos recursos deste **CONTRATO** e do desenvolvimento das atividades por meio deste **CONTRATO** financiadas, franqueando a seus representantes e prepostos, quando for o caso, livre acesso às dependências do **TOMADOR** e às obras de engenharia civil, bem como os comprovantes de pagamentos de fornecedores, documentos comprobatórios do regular processo licitatório envolvido, pagamento de impostos, registros contábeis, jurídicos e qualquer outra informação solicitada e atinente aos recursos deste **CONTRATO**, sob pena de vencimento antecipado deste **CONTRATO** e imediata exigibilidade da dívida.

- 33.2** A **CAIXA** poderá, sempre que julgar necessário, exigir a apresentação de comprovação na modalidade pertinente (dispensa; pregão; tomada de preços; concorrência; diálogo competitivo, bem como seus procedimentos auxiliares), de homologação de resultados, bem como a apresentação de contratos com empreiteiros e outros fornecedores, consultores e auditores externos que tenham sido pagos ou que serão pagos com os recursos oriundos deste **CONTRATO**.
- 33.3** O **TOMADOR** compromete-se a apresentar à **CAIXA**, sempre que por esta solicitado, a documentação referente ao processo de regularização das áreas de intervenção promovidas com os recursos deste **CONTRATO**, revestidas das formalidades legais, de acordo com cada situação.
- 33.4** O **TOMADOR** e a **CAIXA** poderão, de comum acordo, revisitar a sistemática constante desta Cláusula, estabelecendo novas condições ou as alterando, desde que de acordo com os meios previstos na legislação nacional e verificadas as exigências da legislação local.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 34.1** O **TOMADOR** obriga-se a atender às intimações que lhe venham a ser feitas pela **CAIXA**, no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo que delas constarem, as quais se tornarão efetivas pela aposição do “ciente” do **TOMADOR**, representado por agente público ou carimbo/recibo do seu protocolo oficial, ou em virtude de aviso por via postal.
- 34.2** Fica facultado à **CAIXA** mencionar, em qualquer divulgação que fizer sobre suas atividades, a colaboração financeira concedida por meio deste **CONTRATO**.
- 34.3** O **TOMADOR** assume o compromisso de mencionar expressamente a cooperação da **CAIXA**, como entidade financiadora dos **PROJETOS/AÇÕES** objetos deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DO PERÍODO ELEITORAL

- 35.1** O **TOMADOR** declara estar ciente que deverão ser observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para o desembolso dos recursos previstos no contrato ora firmado.
- 35.2** O **TOMADOR** declara estar ciente e anuente de que, em atendimento ao art. 73, VI, alínea “a” da Lei n.º 9.504/1997, o desembolso dos recursos previstos no contrato firmado, durante o período eleitoral, só ocorrerá em período posterior à conclusão do

processo eleitoral, ficando automaticamente estendido este período caso haja 2º turno”.

- 35.3** O **TOMADOR** declara estar ciente e anuente de que a aquisição do direito expresso na declaração anterior está condicionada ao atendimento das demais condições de eficácia, resolutivas e de realização do primeiro desembolso expressas neste instrumento”.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 36.1** As obrigações assumidas neste **CONTRATO** poderão ser objeto de execução específica por iniciativa da **CAIXA**, nos termos do disposto do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente **CONTRATO**.
- 36.2** Nenhuma ação ou omissão, tanto do **TOMADOR** quanto da **CAIXA** importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente **CONTRATO**.
- 36.3** Os direitos e recursos previstos neste **CONTRATO** são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.
- 36.4** O **TOMADOR** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos e obrigações previstos no presente **CONTRATO** sem o prévio consentimento da **CAIXA**.
- 36.5** Os **PROJETOS/AÇÕES** descritos neste **CONTRATO** serão executados por intermédio da **Secretaria Municipal de Finanças**, que será responsável pela coordenação geral de suas atividades.
- 36.6** Toda e qualquer notificação ou comunicação trocada entre o **TOMADOR** e a **CAIXA**, relativamente ao presente **CONTRATO**, deverá ser feita por escrito e entregue via correio ao portador, para o endereço indicado a seguir:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Endereço: Rua Barão de Jaguará, 1511, 2º andar - GIGOV/CP, Centro -
CEP 13015-002 - Campinas/SP
Telefone: (19) 3343-4220

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

Endereço: Praça Eptácio Pessoa, 3 – Centro – CEP 13.920-000 -
Pedreira/SP
Telefone: (19) 3893-3522

- 36.7** Qualquer alteração no endereço acima deverá ser comunicada à **CAIXA**, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 37.1** O **TOMADOR** declara que está expressamente ciente e autoriza a **CAIXA**, de forma irrevogável e irretratável, a prestar informações no âmbito do presente **CONTRATO**, ciente de que a **CAIXA** poderá encaminhá-las aos órgãos de fiscalização.
- 37.2** O **TOMADOR** está ciente que o Banco Central do Brasil – **BACEN**, a Secretaria Federal de Controle Interno – **SFCI** da Controladoria-Geral da União - **CGU**, o Tribunal de Contas da União – **TCU**, a Secretaria do Tesouro Nacional – **STN** e o Ministério Público Federal - **MPF**, por meio de seus representantes indicados, podem nos termos e limites da lei, ter livre acesso às informações relativas ao presente **FINANCIAMENTO** com a finalidade de efetuar, quando necessário, inspeções técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, inclusive, a critérios daquelas instituições, à sua contabilidade e arquivos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – VALIDADE

- 38.1** A validade do presente **CONTRATO** está condicionada à existência de margem no limite estabelecido nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.995/22, verificado pela **CAIXA** na contratação desta operação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

- 39.1** O **TOMADOR** obriga-se a providenciar a publicação deste **CONTRATO** ou de extrato, no Diário Oficial do Estado/Distrito Federal/Município, ou no caso de inexistência de Diário, em outro meio oficial, às suas expensas, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para fins de validade e eficácia do instrumento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

- 40.1** Integram o presente **CONTRATO**, para todos os fins de direito, além dos documentos entregues à **CAIXA**:

- I. ANEXO I – Detalhamento **PROJETOS/AÇÕES**;
- II. ANEXO II – Cronograma de Desembolso;
- III. ANEXO III – Modelo para Solicitação de Desembolso;
- IV. ANEXO IV – Fórmulas das taxas de juros contratuais;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

41.1 As **PARTES** aceitam este instrumento tal como está redigido e se obrigam, por si e sucessores, ao fiel e exato cumprimento do que ora ficou ajustado, estabelecendo-se como foro, com privilégio sobre qualquer outro, para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da sua interpretação ou execução, o da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição no local de assinatura deste **CONTRATO**.

E, por estarem assim acordes, firmam com as testemunhas abaixo o presente instrumento.

Campinas/SP, 24 de novembro de 2023
Local/Data

HELEN RODRIGUES
VIEIRA:21930946830
Assinado de forma digital por
HELEN RODRIGUES
VIEIRA:21930946830
Dados: 2023.11.24 15:54:53 -03'00'



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
AGENTE FINANCEIRO
Nome: Helen Rodrigues Vieira
CPF: 219.309.468-30

MUNICÍPIO DE PEDREIRA
TOMADOR
Nome: Fábio Vinicius Polidoro
CPF: 259.553.938-89

TESTEMUNHAS

Nome: Flavio Augusto Cajuela da Silva
CPF: 218.545.858-27

ALBERTO DALBO
NETO:14910197869
869
Assinado de forma digital
por ALBERTO DALBO
NETO:14910197869
Dados: 2023.11.24 16:49:25
-03'00'

Nome: Alberto Dalbo Neto
CPF: 149.101.978-69

Aiô CAIXA: 4004 0104 (Capitais e Regiões Metropolitanas) 0800 104 0104 (Demais Regiões)

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

ANEXO I – DETALHAMENTO PROJETOS/AÇÕES

AÇÕES FINANCIADAS			
RESPONSÁVEL	CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PROJETOS/AÇÕES
TOMADOR	02.07.01.18.541.0004.1.814.0000	4.4	Infraestrutura ZOO Bosque Municipal
TOMADOR	02.07.01.18.541.0004.2.008.0000	4.4	Manut. Do Depto. Meio Ambiente
TOMADOR	02.09.03.15.452.0006.1.834.0000	4.4	Const. Pç Jardim Triunfo
TOMADOR	02.09.03.15.452.0006.2.023.0000	4.4	Manut. Divisão Praças, Parques e Jardins
TOMADOR	02.09.05.15.452.0006.2.025.0000	4.4	Manut. Divisão de Limpeza Pública
TOMADOR	02.09.06.17.512.0006.1.543.0000	4.4	Const. Estação Tratamento de Lodo
TOMADOR	02.11.01.27.812.0011.2.040.0000	4.4	Manut. Secretaria Munic. De Esportes e Lazer
TOMADOR	02.12.01.23.695.0012.1.697.0000	4.4	Const. Praça/Área Lazer- Jd. Andrade
TOMADOR	02.12.01.23.695.0012.1.804.0000	4.4	Revitalização Pç Angelo Ferrari
TOMADOR	02.12.01.23.695.0012.2.041.0000	4.4	Manut. Secretaria Mun. Divulgação Turismo
TOMADOR	02.13.01.15.451.0013.1.039.0000	4.4	Aquisição /Infraestrutura - Distritos Industriais
TOMADOR	02.13.01.15.451.0013.1.188.0000	4.4	Recapeamento, pavimentação e Infraestrutura diversas ruas da cidade
TOMADOR	02.13.01.15.451.0013.2.042.0000	4.4	Manut. Da Div. De Obras e Conservação de Vias Urbanas e Rurais

Contrato - nº 0623312-61

TOMADOR	02.14.01.10.301.0014.1.535.0000	4.4	Reforma, Ampliação e Reestruturação – Unidade Atenção Especializada
TOMADOR	02.14.01.10.301.0014.1.673.0000	4.4	Construção NAECAP/Núcleo de Equoterapia
TOMADOR	02.14.01.10.301.0014.2.048.0000	4.4	Manutenção Divisão de Assistência Médica
TOMADOR	02.14.05.10.304.0014.2.045.0000	4.4	Manutenção da Divisão de Vigilância Sanitária
TOMADOR	02.17.01.13.392.0017.1.570.0000	4.4	Reforma Teatro Municipal
TOMADOR	02.17.01.13.392.0017.2.037.0000	4.4	Manutenção da Divisão De Cultura, Eventos e Coordenadoria do Centro Cultural
TOMADOR	02.21.01.26.782.0019.2.087.0000	4.4	Manut. do Depto. Trânsito e Transportes urbanos
TOMADOR	02.21.02.26.451.0019.1.640.0000	4.4	Implantação do Plano de Mobilidade Urbana



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital – Outras
Garantias

Contrato - nº 0623312-61

ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CT nº	Estado/Município/Distrito Federal	UF
0623312-61	PEDREIRA	SP

Programa	TOMADOR
FINISA	Município de Pedreira

Valor do Financiamento
R\$ 15.000.000,00

Total por Exercício

Ano	Valor (R\$)
2023	12.000.000,00
2024	3.000.000,00

ANEXO III
MODELO PARA SOLICITAÇÃO DE DESEMBOLSOS

_____, ____ de _____ de _____

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
GIGOV Campinas/SP
Rua Barão de Jaguará, 1511 - 2º andar - Centro - CEP 13015-002 - Campinas/SP

REF: Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA –
Despesas de Capital nº **0623312-61 (CONTRATO)**.

Nos termos do pactuado no Contrato em referência, solicitamos o desembolso de recursos,
em favor do Município de Pedreira, no valor de R\$ _____ (_____).

O **TOMADOR**, nos termos do **CONTRATO** e dos respectivos Documentos de Garantia,
concorda com o valor ora solicitado, ficando ratificadas todas as garantias prestadas.

Atesto, para todos os efeitos da presente:

- (i) estar em dia com todas as obrigações decorrentes do **CONTRATO**;
- (ii) ter atendido a todas as condições previstas no **CONTRATO**, para a realização do
presente desembolso;

Também para os efeitos do presente desembolso, apresentamos, anexos, os seguintes
documentos:

- (i) Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social
– INSS; e
- (ii) <indicar demais documentos pertinentes para cada solicitação de desembolso>

Reitero nossa concordância com todas as cláusulas e condições do **CONTRATO**, inclusive,
sem limitação, as condições financeiras aplicáveis ao presente desembolso e o
compromisso de aplicar os recursos desembolsados, exclusivamente, nos
PROJETOS/AÇÕES relacionados no **ANEXO I** do **CONTRATO**.

Os termos e expressões aqui utilizados em maiúscula ou com iniciais em maiúscula e não
definidos neste instrumento terão o significado a eles atribuído no **CONTRATO**.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal do **TOMADOR**

Nome:

CPF:

ANEXO IV
FÓRMULAS DAS TAXAS DE JUROS CONTRATUAIS

- 1.** Sobre o valor contratado incidirão encargos financeiros correspondentes ao da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários - **CDI**, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - **CETIP**, nos seguintes termos:

1.1 PERCENTUAL DO CDI

- 1.1.1** É utilizado um percentual do CDI (% DO CDI), a prestação do financiamento será calculada conforme segue:

$$J_{DIA} = SD \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{CDI_{DIA}}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] \times \frac{P}{100} \right\}$$

$$J_{PERÍODO} = \sum_{i=1}^{DU_n} J_{DIA}$$

Onde:

J_{DIA} = juros do dia.

$J_{PERÍODO}$ = juros do período.

SD = saldo devedor para a data de início do período.

DU_n = período em dias úteis compreendido entre o dia útil anterior ao Dia Eleito anterior (inclusive) ou Dia do Evento (inclusive) e o dia útil anterior (inclusive) ao Dia Eleito do Vencimento.

P = percentual da taxa DI.

CDI_{DIA} = CDI diário anualizado divulgado pela CETIP.

- 1.2** Os juros na fase de carência serão cobrados mensalmente.

Contrato - nº 0623312-61

- 1.3** As prestações mensais e sucessivas são compostas por cobrança de juros acrescidas de amortização e calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante – SAC.
- 1.4** Os referidos encargos financeiros são calculados e capitalizados por dias úteis, sendo incorporados ao saldo devedor e serão cobrados juntamente com a prestação.
- 1.5** Nos casos de pagamento, amortização extraordinária ou liquidação antecipada em épocas diferentes da data de aniversário do presente **CONTRATO**, será feita a aplicação “pro rata” dia útil.
- 1.5.1** Consideram-se, para esse fim, como dias não úteis, sábados, domingos, feriados bancários nacionais e o dia 31 de dezembro.
- 1.6** O índice de **CDI CETIP** utilizado no cálculo dos encargos é o índice acumulado diariamente para o período de apuração, sendo que se o índice não estiver atualizado para algum dos dias do período, é utilizado o último índice divulgado.
- 1.7** O índice de **CDI CETIP** é divulgado pela **CETIP** – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.
- 1.8** Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que a **CAIXA** e o **TOMADOR** poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.